

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LILITH SCHNEIDER BIZARRO

**POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DA COEXISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES NOS PLANOS DE
AÇÃO NACIONAIS PARA ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO**

Porto Alegre

2023

LILITH SCHNEIDER BIZARRO

**POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DA COEXISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES NOS PLANOS DE AÇÃO
NACIONAIS PARA ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gabriela Coelho-de-Souza
Coorientador: Dr. Walter Steenbock

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Bizarro, Lilith Schneider
Políticas de conservação da biodiversidade no
Brasil: uma análise da co-existência e
territorialidades nos planos de ação nacionais para
espécies ameaçadas de extinção / Lilith Schneider
Bizarro. -- 2023.
142 f.
Orientadora: Gabriela Coelho-de-Souza.

Coorientador: Walter Steenbock.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Políticas ambientais. 2. Enfoque territorial. 3.
Práticas sustentáveis. 4. Sociobiodiversidade. I.
Coelho-de-Souza, Gabriela, orient. II. Steenbock,
Walter, coorient. III. Título.

LILITH SCHNEIDER BIZARRO

POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA CO-EXISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES NOS PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS PARA ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: 13 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Gabriela Coelho-de-Souza - Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Flávia Charão Marques
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dr. Andreas Kindel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Roberta Aguiar dos Santos
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Dr. Leonardo Marques Urruth
Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do RS (SEMA)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi idealizada desde seu início para retratar as diferentes perspectivas e sentimentos de pessoas que se dedicam para a conservação da sociobiodiversidade. Assim, esse trabalho só foi possível pela contribuição de pessoas incríveis, que compartilharam comigo seu tempo, sabedoria e visões de mundo.

Agradeço a minha orientação, meus queridos mentores, que me auxiliaram adentrar na política PAN Lagoas do Sul e guiaram as etapas desse trabalho. À orientadora e professora Dra. Gabriela COELHO-DE-SOUZA, que se fez presente no processo de construção da pesquisa e mostrava empolgação com minhas ideias, sempre identificando as potencialidades do projeto. Ao coorientador Dr. Walter Steenbock, que compartilhou muito sobre PANs, ensinando sobre os PANs e a prática da gestão de políticas públicas.

Agradeço todos os participantes desta pesquisa, aos interlocutores que dedicaram parte do seu tempo e compartilharam seus conhecimentos e visões sobre as políticas públicas de conservação da sociobiodiversidade, permitindo a construção desta dissertação. Ao Grupo de Assessoramento Técnico PAN Lagoas do Sul, que em muitos momentos me receberam em suas reuniões permitindo maior compreensão da política. Aos meus colegas e amigos, Dr. Andreas Kindel, Ma. Brenda Alexandre Godoy e Ma. Cristiane Veeck, que trocaram ideias sobre os conceitos utilizados, construção da minha visão sobre territorialidades e conservação.

Aos meus amigos e amigas próximos, que suavizaram os momentos de cansaço, com sua companhia e momentos de descontração. Às minhas amigas e colegas do mestrado, sempre unidos em se auxiliar durante os processos acadêmicos e construir fortes laços a partir dos espaços virtuais, que muitas vezes escutaram minhas angústias e ajudamos a superar as dificuldades de construir ciência durante a pandemia causada pela COVID-19. Agradeço à Joseane dos Santos, amiga querida com quem compartilhei muitas conversas, ideias e risadas.

A minha família que sempre esteve me incentivando a continuar neste caminho que trilho, e principalmente dar as pausas necessárias quando cansada. Em especial a minha noiva, Juliana Castilhos Beauvalet, que esteve ao meu lado por todo o período dessa pesquisa, que além da melhor companhia e colo, esteve sempre disposta a me auxiliar com minhas dificuldades.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), aos docentes que apresentaram as potencialidades de uma pós-graduação multidisciplinar e aos funcionários e funcionárias da instituição, que de diferentes formas, me auxiliaram a finalizar

minha pesquisa. Ao projeto PANexus: governança da sociobiodiversidade para as seguranças hídrica, energética e alimentar na Mata Atlântica Sul - Chamada Nexus (CNPq/MCTI), processo 441526/2017-9. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Milton Santos, 2011.

RESUMO

A grande diversidade biológica e de ecossistemas presente na vasta extensão territorial brasileira está constantemente ameaçada pelo modo de vida globalizado. Diversas políticas públicas ambientais, como os Planos de Ação Nacionais (PANs), têm em seus objetivos a conservação dessa biodiversidade. Os PANs apresentam diferentes abordagens: específica, taxonômica, ecossistêmica e territorial, sendo esta última, presente no PAN para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul). Nesse contexto, esta dissertação objetiva analisar como as diferentes territorialidades existentes nos PANs com abordagem territorial são consideradas, e tecer reflexões sobre a conservação das espécies ameaçadas envolvidas. Como objetivos específicos, a pesquisa busca: a) caracterizar as abordagens dos PANs executados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); b) entender como os atores sociais envolvidos percebem a conservação das espécies ameaçadas e as diferentes territorialidades presentes nos PANs, em especial no PAN Lagoas do Sul; e c) tecer reflexões sobre a potencialidade da abordagem dos PANs que consideram a coexistência entre as territorialidades da sociobiodiversidade e das práticas sustentáveis em seu território. Para tal, foi utilizada metodologia qualitativa, de caráter exploratório, composta por seis etapas principais. Foi possível identificar que a metodologia estabelecida pela International Union for Conservation of Nature (IUCN), organizada pelo ICMBio como base para a construção dos PANs brasileiros, permite uma variedade de formatos dessa política. Ademais, verificou-se a evolução nos enfoques dos PANs, partindo do específico e do taxonômico e, a partir da instituição do ICMBio como gestor dos PANs, a implementação de enfoques ecossistêmicos e, por último, o surgimento do enfoque territorial, em 2018. Quanto à percepção dos atores entrevistados, esses relataram que as ações do PAN Lagoas do Sul são voltadas para fortalecer práticas tradicionais e sustentáveis já existentes no território, sendo destacada a existência de poucas ações voltadas especificamente para a conservação das espécies ameaçadas, em função da implementação do plano sem recursos financeiros. Além da equipe de gestão reduzida, e da carência de especialistas dos grupos taxonômicos das espécies ameaçadas, considerando os extensos números. A interação dos atores coexistindo com os territórios da fauna ameaçada de extinção, proporciona maior integração nas ações, reduzindo o gasto público e aumentando a efetividade da política pública. Ao mesmo tempo, as dinâmicas territoriais permitem maior visibilidade dos modos de vida de Povos e Comunidades Tradicionais associados à conservação da biodiversidade nos territórios, bem como maior articulação das demandas desses coletivos permitindo uma ação social mais eficiente, mecanismo que se mostrou de extrema importância no período pandêmico. No cenário nacional de reestruturação da agenda ambiental, políticas públicas de conservação da biodiversidade gerenciadas por meio da participação social estão apresentando maior efetividade, ao mesmo tempo em que incluem povos e comunidades tradicionais em dinâmicas territoriais fortalecendo seus modos de vida.

Palavras-chave: Políticas ambientais. Enfoque territorial. Práticas sustentáveis. Sociobiodiversidade.

ABSTRACT

The great biological and ecosystem diversity in Brazil due to its territorial extension is constantly threatened by the hegemonic way of life. As a result, several environmental public policies, such as the National Actions Plans (NAPs), have as their objectives the conservation of this biodiversity. The NAPs present different approaches: specific; taxonomic; ecosystemic; and territorial, the latter being present in the NAP to the Conservation of the Lacustrine and Lagoon Systems of Southern Brazil (PAN Lagoas do Sul). In this context, this dissertation aims to analyze how the different territorialities existing in the NAPs with a territorial approach are considered in these policies and to reflect on their effectiveness in the conservation of the threatened species involved. As specific objectives, this research seeks to: a) characterize the approaches of the NAPs carried out by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio); b) understand how the social actors involved perceive the conservation of endangered species and the different territorialities present in the PANs, especially in the PAN Lagoas do Sul; and c) reflect on the potential of the approach of the NAPs that consider the coexistence between the territorialities of socio-biodiversity and sustainable practices in their territory. For this, a qualitative exploratory methodology was used, consisting of six main Steps. It was possible to identify that the methodology established by the International Union for Conservation of Nature (IUCN), organized by ICMBio as the basis for the construction of Brazilian NAPs, allows for a variety of formats for this policy. In addition, there was an evolution in the approaches of the NAPs, starting from a specific and taxonomic approach and, from the institution of ICMBio as manager of the NAPs, implementation of ecosystemic approaches and, finally, the emergence of the territorial approach in 2018. Regarding the perception of the actors interviewed, they reported that the actions of the PAN Lagoas do Sul are focused on traditional and sustainable practices that already exist in the territory, and some interlocutors highlighted the existence of few actions aimed at the endangered species. On the difficulties encountered, they brought up the difficulty of implementing the plan without financial resources and with a lack of personnel, with emphasis on specialists on the taxonomic groups. The interaction of actors coexisting with the territories of endangered fauna provides greater integration in actions, reducing public spending and increasing the effectiveness of public policy. At the same time, the territorial dynamics allow greater visibility of the ways of life of Traditional Peoples and Communities associated with the conservation of biodiversity in the territories, as well as greater articulation of the demands of these collectives, allowing for more efficient social action, a mechanism that proved to be of extreme importance in the pandemic period. In the national scenario of restructuring of the environmental agenda, public policies for the conservation of biodiversity managed through social participation are showing greater effectiveness, at the same time that they include traditional peoples and communities in territorial dynamics, strengthening their ways of life.

Keywords: Environmental policies. Territorial approach. Sustainable practices. Sociobiodiversity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação dos grupos de análise e com o nome da espécie correspondente (pseudônimo dos entrevistados).....	23
Figura 2 - Ficha Técnica da espécie <i>Liolaemus arambarensis</i> , contendo nome científico, nome popular, imagem de indivíduo da espécie, imagens dos ambientes de ocorrência e resumo com características dos ambientes de ocorrência	24
Figura 3 - Categorias identificadas referentes à elaboração e gestão dos PANs, a partir da análise de conteúdo sobre as entrevistas realizadas e análise documental	25
Figura 4 - Espécies e ambientes.....	28
Figura 5 - Ilustrações utilizadas para ambientar os cenários da história.....	29
Figura 6 - Algumas políticas de conservação da biodiversidade e dos modos de vida tradicionais na legislação brasileira.....	41
Figura 7 - Enfoques dos PANs e descrições	51
Figura 8 - Relação entre PANs coordenados pelo ICMBio e seus enfoques desde a primeira publicação em 2004 a 2022.....	53
Figura 9 - Nuvem de palavras elaborada a partir dos objetivos gerais dos 46 PANs elaborados pelo ICMBio atualmente em execução.	54
Figura 10 - Relação entre enfoque de conservação e ano de implementação dos 46 PANs, elaborados pelo ICMBio em execução em 2023.....	55
Figura 11- Relação entre enfoque de conservação e centro de pesquisa responsável dos 46 PAN's elaborados pelo ICMBio atualmente em execução.	56
Figura 12 - Sistema de cores para categorização ações do painel de gestão conforme andamento.	60
Figura 13 - Relação de atores e instituições responsáveis pela criação e implementação de um PAN.....	62
Figura 14 - Mapa da região de abrangência do PAN Lagoas do Sul	70
Figura 15 - Práticas sustentáveis e tradicionais e práticas com impactos negativos levantadas pelos interlocutores pertencentes ao GAT.	75
Figura 16 - Ecossistemas, espécies ameaçadas, usos e ações do PAN.....	82
Figura 17 - Objetivos, práticas coletivas e ações com participação social no PAN Lagoas do Sul	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CDB	Convenção Sobre Diversidade Biológica
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEPSUL	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPAN	Coordenação de Planejamento de Ações para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção
COVID-19	Doença provocada pelo vírus SARS-CoV-2
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FZB	Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
GAT	Grupo de Assessoramento Técnico
GEF	Fundo Mundial para o Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMA	Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
IPBES	Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services
IUCN	International Union for Conservation of Nature
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN Lagoas do Sul	Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil
PAN	Plano de Ação Nacional
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais

PROBIO	Projeto de Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
SEMA-RS	Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Governo do Rio Grande do Sul
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
WWF	World Wide Fund For Nature

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
1.2.1	Sistematização e análise dos dados	25
1.2.2	Devolutiva e interação da temática com a sociedade	27
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	30
2	CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUINDO AS BASES CONCEITUAIS	31
2.1	CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA.....	32
2.2	TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES	35
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	37
2.3.1	Histórico das políticas de conservação da biodiversidade	37
2.3.2	Políticas de conservação da biodiversidade e participação social	42
2.3.3	Breve reflexão sobre o desmonte das políticas públicas	46
2.3.4	Políticas públicas participativas, territórios e territorialidades	48
3	ABORDAGENS DOS PLANOS NACIONAIS: A EMERGÊNCIA DOS PANS TERRITORIAIS	50
3.1	EVOLUÇÃO DOS PANS GESTIONADOS PELO ICMBIO	51
3.2	CARACTERÍSTICAS DOS PANS EM EXECUÇÃO	54
3.3	CONSTRUÇÃO DOS PLANOS	57
3.4	PANS TERRITORIAIS: UMA CONSTRUÇÃO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES	65
3.4.1	O PAN territorial: PAN Lagoas do Sul	69
3.4.2	Percepções dos membros do GAT sobre as práticas no território do PAN Lagoas do Sul	75
4	TERRITORIALIDADES E PERSPECTIVAS DE CONSERVAÇÃO NO PAN LAGOAS DO SUL	78
4.1	QUEBRANDO TABUS SOBRE AS RELAÇÕES DA SOCIEDADE HUMANA E DEMAIS ELEMENTOS DA NATUREZA: LIÇÕES DO PAN PARA VISUALIZAR	

	O TERRITÓRIO COMO A COEXISTÊNCIA ENTRE TERRITORIALIDADES HUMANAS, DA FAUNA E DA FLORA.....	79
4.2	CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE A PARTIR DO ENFOQUE TERRITORIAL: CO-PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	85
4.3	REFLEXÕES SOBRE COEXISTÊNCIA ENTRE TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS AÇÕES NO PAN LAGOAS DO SUL ..	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100

	REFERÊNCIAS	103
--	-------------------	-----

	APÊNDICE A – QUADRO DOS 70 PANS COORDENADOS PELO ICMBIO, CENTRO RESPONSÁVEL E SEUS ENFOQUES DESDE A PRIMEIRA PUBLICAÇÃO ATÉ O TEMPO PRESENTE.....	110
	APÊNDICE B - PANS COORDENADOS PELO ICMBIO ATUALMENTE EM EXECUÇÃO, CENTRO RESPONSÁVEL, ENFOQUES E OBJETIVOS GERAIS	113
	APÊNDICE C - FORMULÁRIO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	118
	APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS ATORES MEMBROS DO GAT DA SOCIEDADE CIVIL.....	121
	APÊNDICE E - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS ATORES MEMBROS DO GAT DA ESFERA GOVERNAMENTAL	122
	APÊNDICE F - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS ATORES NÃO MEMBROS DO GAT DA ESFERA GOVERNAMENTAL	123
	APÊNDICE G - FICHAS TÉCNICAS DAS 29 ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO E ECOSSISTEMAS DE OCORRÊNCIA DAS MESMAS	124
	APÊNDICE H - ROTEIRO DA APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA PARA EVENTO VIRADA SUSTENTÁVEL 2021	139

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da revolução industrial e a hegemonia das sociedades humanas voltadas para a visão ocidental e capitalista, observamos a perda constante de ecossistemas naturais e das espécies vinculadas a eles. A construção de uma dicotomia entre ser humano e natureza foi estabelecida de forma a negar a importância da saúde ambiental para o bem-estar humano, colocando os ambientes e organismos como recursos naturais a serem explorados pela sociedade. Atualmente, os danos causados estão sendo evidenciados por meio das mudanças climáticas ocasionada pelo aquecimento global, pela crescente perda da biodiversidade e pelo surgimento de doenças com a liberação e interação humana com patógenos provenientes do desmatamento de áreas nativas. Nesse contexto, diversas nações têm desenvolvido políticas públicas para a mitigação dos desastres socioambientais gerados.

Apesar dos esforços das políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade, o número de espécies ameaçadas de extinção continua aumentando ao longo do tempo. Essa perda de biodiversidade pode ser visibilizada em números, segundo o Índice Planeta Vivo (IPV) (WWF, 2020) foi avaliada a riqueza de 4.392 espécies de mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios, sendo monitoradas 20.811 populações entre os anos de 1970 e 2016, o que resultou na observação de declínio populacional de 68%. Este documento também alerta sobre as ameaças sofridas por diversos táxons¹ presentes na América Latina e Caribe. Por exemplo, a partir das análises do IPV (2020) foi constatado que, o grupo dos peixes foi fortemente impactado pela superexploração e fragmentação dos ambientes aquáticos; o grupo dos anfíbios sofreu com a perda de seus habitats, com as mudanças climáticas e mais diversas doenças, como a causada pelo fungo parasita de anfíbios *Batrachochytrium dendrobatidis* sendo o principal responsável pela alta mortalidade neste grupo; e por último o grupo dos répteis que sofre com o uso de seus habitats e com mudanças destas áreas causadas pela urbanização ou pela agropecuária extensiva e predatória.

Este último grupo taxonômico sempre esteve presente na minha vida acadêmica, pois ao longo de minha graduação de Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuei na área de herpetologia, estudando répteis. Sendo bolsista de iniciação científica no Laboratório de Herpetologia da UFRGS, onde a morfologia e a fisiologia animal eram os temas mais estudados, eu buscava a educação ambiental e o

¹ Denominação dada a qualquer unidade taxionômica nomeada, como, por exemplo, *Homo sapiens*, *Hominidae* ou *Mammalia*, à qual indivíduos ou conjuntos de espécies são assinalados. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/taxon/>

estudo de conservação e manejo de répteis. E dos trabalhos realizados, destaco o meu trabalho voltado à conservação da espécie de lagarto endêmico do Rio Grande do Sul, *Liolaemus arambarensis* (Verrastro *et al.*, 2003), foco de diferentes estratégias para sua conservação, inclusive está presente como uma das espécies da fauna ameaçadas de extinção na política pública para conservação da biodiversidade, o Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, o PAN Lagoas do Sul.

Quando estagiária (CNPq) na coleção biológica e no serpentário da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB), adquiri experiência de manejo com serpentes em cativeiro, segui com pesquisas voltadas à conservação de espécies de répteis que ocorrem no estado do Rio Grande do Sul e tive a oportunidade de participar de projetos destinados à educação ambiental e prevenção de acidentes ofídicos. Durante este período, tive a oportunidade de observar formas distintas de diálogo entre academia e sociedade, sendo estimulada a interagir com o público em eventos e palestras organizados pela FZB. Nestas ocasiões, a troca de saberes era feita através do diálogo, sempre com respeito ao conhecimento dos participantes e com disposição para responder às mais inusitadas dúvidas que chegavam até a equipe de excelentes profissionais da instituição.

Infelizmente, neste mesmo período também presenciei o desmonte da FZB enquanto estagiária durante os anos de 2016 e 2018, no período do governador do Rio Grande do Sul José Ivo Sartori. Instituição responsável pela manutenção de atividades ligadas à pesquisa voltadas para a conservação da biodiversidade do estado do Rio Grande do Sul, tendo importante papel para a elaboração de ferramentas e políticas públicas para a conservação de espécies ameaçadas de extinção. A partir desta experiência, aprendi o impacto que decisões políticas podem causar sobre instituições públicas sólidas, de importância social e ambiental e que, mesmo com visibilidade popular, são desfeitas pela necessidade (muitas vezes vazia) impostas pelas relações de poder.

Assim, meu interesse pela conservação da herpetofauna brasileira e por conhecimentos tradicionais se uniu às inquietudes sobre planejamento e execução de políticas públicas. Vivenciei falas que iam contra minha ética profissional e minhas crenças pessoais, quando os conhecimentos de pessoas que não provinham do ambiente acadêmico eram julgados como ignorância. Em busca de suporte às minhas inquietudes e possibilidades para as minhas novas ideias, em 2020, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) para desenvolver minha pesquisa de mestrado com enfoque em políticas públicas ambientais e etnoecologia. Porém com a pandemia da COVID-19, as possibilidades de campo presencial se tornaram nulas, o que me fez repensar minha ideia original de projeto. Em

diálogo com minha orientadora Prof^a. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza e meu coorientador Dr. Walter Steenbock passei a traçar uma nova trajetória para esta pesquisa que aqui eu apresento.

A dissertação se debruçou sobre o estudo de instrumentos de conservação da biodiversidade que integrem os modos de vida tradicionais, como os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) (Brasil, 2013, 2018) que apresentam enfoque territorial, permitindo que as curiosidades e apreensões que me trouxeram ao PGDR fossem consideradas ao longo de todo processo de construção dessa pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um país conhecido pela megabiodiversidade, com sete biomas, incluindo o sistema costeiro-marinho, potencializando a existência de variedade de espécies da fauna e da flora, além de interações ecológicas únicas necessárias para a manutenção de uma natureza equilibrada (ICMBIO, 2018). A diversidade da vida encontrada no país é reflexo de sua extensão e dos diferentes ecossistemas existentes no território nacional, o Brasil abriga cerca de 13% da biodiversidade mundial, com 46.447 espécies de plantas e 117.096 de animais reconhecidos (ICMBIO, 2018). Estas espécies e ambientes sofrem com impactos gerados pela forma de produzir e de viver existente na sociedade humana influenciada desde a Revolução Industrial pelo sistema capitalista, predador e globalizado, que explora os recursos naturais e humanos para benefício de poucos, gerando ameaças à própria existência da vida.

Nesse modo de vida, diferentes fatores, como a forma de uso da terra para a produção de alimentos com a utilização de agrotóxicos que poluem o ambiente e intoxicam os seres vivos; com o plantio de baixa diversidade de cultivos diminuindo a agrobiodiversidade; e com a conversão de áreas de vegetação nativa em áreas de monoculturas de pasto para criação de gado, potencializam a perda da biodiversidade e impactam o equilíbrio ecossistêmico (WWF, 2020). A pesca industrial aparece como fator impactante nos ecossistemas aquáticos, com práticas predatórias que eliminam populações inteiras de espécies essenciais para a manutenção das cadeias alimentares.

Os ambientes categorizados como áreas úmidas, regiões de grande importância para a manutenção da vida, são ecossistemas altamente impactados com a intensa sobreposição humana. Essas áreas são caracterizadas como áreas alagadas de forma temporária ou permanente, com solo rico em matéria orgânica de origem vegetal e com fauna e flora adaptados aos diferentes ambientes representados. São considerados locais estratégicos para a

conservação da biodiversidade devido às interações ecológicas existentes nestes sistemas e que possibilitam a existência de alta diversidade (RAMSAR, 2016). Os sistemas lagunares do sul do Brasil foram identificados como áreas prioritárias para conservação, pelas características dos ambientes existentes e pela presença de espécies que estão ameaçadas de extinção.

Os principais impactos humanos nestes ambientes no sul do país são causados pela presença de lavouras de arroz de cultivo intensivo e da agricultura convencional, que drenam as águas destes ecossistemas, influenciando nos ciclos naturais da água e poluindo o ambiente com os agrotóxicos presentes na água que retorna. Essas práticas precisam ser repensadas em prol da proteção da sociobiodiversidade existente nesses territórios de pessoas, plantas e animais. Repensar as práticas hoje geradoras de impacto em formas sustentáveis se mostra como ação prioritária para a mitigação dos danos já causados e assim permitir real conservação da sociobiodiversidade e para a existência do próprio ser humano no planeta (WWF, 2020).

O uso sustentável dos produtos derivados da sociobiodiversidade é uma importante pauta para a elaboração de políticas públicas com diferentes enfoques. Pensar em desenvolvimento sustentável em todos os setores das sociedades globalizadas torna-se inevitável, pois observa-se que os principais impactos negativos no meio ambiente provêm do modo de produção do sistema hegemônico (Brasil, 2010; WWF, 2020). Os danos causados ao meio ambiente, provenientes dos impactos causados pelo modo de produção industrial e desconexão de ser humano globalizado com a natureza, geram consequências que afetam diretamente e/ou indiretamente os seres humanos. O uso dos recursos naturais de forma direta ou indireta pelas diferentes sociedades humanas são denominados serviços ecossistêmicos (Begon; Townsend; Harper, 2007), que segundo Daily (1997) podem ser definidos como “[...] os serviços prestados pelos ecossistemas naturais e as espécies que os compõem, na sustentação e preenchimento das condições para a permanência da vida humana na Terra” (Daily, 1997² *apud* Ferraz *et al.*, 2019, p. 21).

Em contraponto, Diegues (1992) fala sobre os paradigmas existentes acerca do desenvolvimento sustentável e suas possibilidades. Segundo o autor, a sociedade globalizada utiliza estas narrativas de proteção da natureza como uma proteção “verde” para alcançar o bem-estar (ocidental). O mesmo autor apresenta o conceito de desenvolvimento sustentado,

² DAILY, G. C. (Ed.). *Nature's services: societal dependence on natural ecosystems*. Washington, DC: Island Press, 1997

que segundo a Comissão de Brundtland³ (1987) seria o tipo de desenvolvimento que consegue atender às demandas atuais sem prejudicar as demandas das gerações futuras (Diegues, 1992). E para tal, se fez necessário identificar os principais temas capazes de mitigar e/ou reverter a situação atual, como a conservação da sociobiodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos. Estes serviços têm um grande papel na diversidade socioambiental, no potencial de crescimento econômico e de inclusão social, de acordo com a distribuição destes recursos e o acesso a eles, sendo responsáveis por contribuições diretas na economia mundial (Costanza *et al.*, 1997). A proteção do meio natural é fundamental para a manutenção das interações ecológicas, pois possibilitam a existência desses serviços. Dessa maneira, incluir os serviços ecossistêmicos junto à conservação ambiental na elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, além de políticas de conservação da biodiversidade é um objetivo a ser alcançado.

Além da visão ocidentalizada de conservação, há Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) que possuem modos de vida relacionados com estes ambientes que também são afetados e ameaçados pelos mesmos impactos. Estas pessoas estão ligadas ao território de forma que seus modos de vida e suas crenças não os separam do meio em que vivem, conservando o ambiente para conservar a vida. Nesse contexto, o conceito de Bem Viver, segundo Acosta (2016), traz a noção da diversidade de viver o coletivo de forma sustentável, autônoma e renovável. Também aborda a possibilidade de cultivar seus modos de vida de forma plena, a partir do fortalecimento das relações comunitárias e articulações sociais. O Bem Viver não é sinônimo do conceito de viver bem, advindo da visão de mundo ocidentalizado que traz em destaque o progresso e o desenvolvimento em busca de ganhos particulares, mas sim um processo desenvolvido ao longo do tempo pela interação de povos e comunidades com o ambiente, construindo relações além do uso dos recursos naturais, onde o coletivo se faz importante para que o indivíduo seja pleno (Acosta, 2016).

Entretanto, quando retomamos a história das políticas internacionais e nacionais para conservação da biodiversidade, observamos que as mesmas foram elaboradas, desde seu início, pensando o meio ambiente separado dos seres humanos e de suas necessidades biológicas e culturais, mantendo a natureza que se deseja preservar, isolada da sociedade. O modelo de pensamento preservacionista foi o precursor dos primeiros parques nacionais, como veremos adiante. Ainda ocorrem políticas voltadas para este viés preservacionista, apesar de se conhecer a importância do território para a manutenção do Bem Viver e da

³ Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público. (Correa, 1991).

potencialidade dos modos de vida tradicionais de manter o equilíbrio entre a sociedade e o uso do ambiente, por serem proprietários de conhecimentos e saberes próprios e profundamente ligados aos ecossistemas em que vivem (Diegues *et al.*, 2001; Lima, 2002). A cultura e o saber, passados através da oralidade e do afeto, detêm um conhecimento capaz de evitar a destruição causada pela sociedade hegemônica pelo sistema capitalista (Krenak, 2019). O mesmo autor destaca a importância do empoderamento das práticas tradicionais como uma atitude que precisa acontecer partindo de toda a sociedade, que depende desta mudança para que as gerações futuras tenham um mundo para existir.

A Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece, no art. 225, que além de meio ambiente equilibrado ser direito de todos, a proteção do mesmo é de competência da coletividade, desde as instituições e gestores representantes do poder público, de instituições da iniciativa privada e, também, da sociedade civil, o diálogo entre os atores sociais que compõem estes círculos se faz necessário para a manutenção da sociobiodiversidade de forma mais eficiente (Brasil, 1988). A construção de ações participativas colocou representantes da sociedade civil para auxiliar na elaboração e manutenção de políticas que influenciam diretamente o bem-estar das comunidades e auxiliam a compreender as necessidades das pessoas que vivem na região (Baggio, 2018).

Dentre essas políticas, os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PANs), orientam ações para a conservação e manutenção da biodiversidade brasileira (Lins, 2018), utilizam esta metodologia participativa, onde o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) faz o acompanhamento da execução das abordagens e ações realizadas. Participam do GAT gestores desta política, instituições de ensino, representantes da sociedade civil e de povos e comunidades tradicionais. A influência das pessoas que vivem nestes ambientes sobre a formulação e implementação destas políticas pode lançar diferentes visões para dentro dos PANs (Lins, 2018).

O Plano Nacional de Ação para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul) tem como proposta pensar sobre a conservação das espécies ameaçadas de extinção na região que apresenta um complexo de sistemas de lagoas e lagoas costeiras encontradas na região sul do país, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Coelho-de-Souza *et al.*, 2021; Lins, 2018). Nesta política, além das territorialidades das espécies que estão presentes nesta ferramenta de conservação, inclui-se as territorialidades das comunidades que vivem neste mesmo território, buscando a manutenção da sociobiodiversidade. Destaca-se que a participação social é uma importante ferramenta

para o monitoramento das ações estabelecidas pelo PAN Lagoas do Sul, onde encontram-se lideranças de povos e comunidades tradicionais que vivem sua cultura no território representado por esta política pública de conservação (Coelho-de-Souza *et al.*, 2021).

Durante o período de crise sanitária ocasionada pela doença COVID-19, muito se modificou. Não bastasse a crise ambiental e humanitária causada pelo modo de vida ocidental globalizado, os povos e comunidades tradicionais sofreram ainda mais por questões de saúde e falta de acesso a políticas de assistência para lidar com a pandemia viral, colocando-os em maior situação de vulnerabilidade (UN, 2020). A presença de representantes de povos e comunidades tradicionais se faz cada vez mais indispensável na construção de ferramentas de gestão pública territoriais para reivindicar e assegurar as premissas dessas ferramentas de ação em prol de suas necessidades culturais e de seu Bem Viver.

Essa situação é encontrada no Brasil, onde os povos originários e comunidades tradicionais que com suas práticas e modos de vida protegem a biodiversidade do país ao mesmo tempo em que são resistência, estão em situação de vulnerabilidade devido à crise sanitária, ambiental, política e humanitária. O país passou por um intenso momento de retrocessos em relação às políticas de conservação ambiental e de direitos humanos, intersecção onde a sociobiodiversidade brasileira se encontra, sofrendo com o desmonte de ambas. Nesse contexto, observa-se o desmanche de instituições e de políticas estratégicas para a conservação do meio ambiente, tornando essencial olharmos para este tema com atenção e profundidade.

Diante desse cenário, emergem as seguintes questões de pesquisa: Quais os diferenciais das políticas de conservação da biodiversidade que consideram as diferentes territorialidades? Políticas com abordagem territorial tendem a ser eficazes? Nesse contexto, o objetivo geral centra-se em analisar como as diferentes territorialidades presentes em territórios cobertos por Planos Nacionais de Ação para Espécies Ameaçadas de Extinção com abordagem territorial são consideradas nesses instrumentos de gestão nacionais e tecer reflexões sobre sua eficácia na conservação das espécies ameaçadas envolvidas nessa política. Para atender ao objetivo geral, foram delineados os objetivos específicos:

- a) caracterizar as abordagens nos PANs executados pelo ICMBio, destacando os de enfoque territorial, quanto à adoção, uso e operacionalização dessa abordagem;
- b) entender como os atores sociais envolvidos em um PAN com enfoque territorial percebem a relação entre as diferentes territorialidades e a conservação das espécies ameaçadas;

- c) tecer reflexões sobre a potencialidade da abordagem dos PANs que consideram a coexistência entre as territorialidades da fauna e da flora ameaçadas de extinção, dos povos e comunidades tradicionais e das práticas sustentáveis na conservação da biodiversidade no território da política pública.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação integra o projeto de pesquisa “PANexus: governança da sociobiodiversidade para as seguranças hídrica, energética e alimentar da Mata Atlântica Sul” (PROPESQ 36361; MCTIC/CNPq Nº 20/2017), aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Para analisar e refletir como as diferentes territorialidades são consideradas nos instrumentos de gestão brasileiros, em especial nos Planos de Ação Nacionais com enfoque territorial, esta pesquisa foi realizada a partir de metodologia qualitativa, de caráter exploratório e foi composta por três etapas principais.

1.2.1 Etapas Metodológicas

Na primeira etapa foi realizada a pesquisa bibliográfica, com o levantamento das publicações: artigos científicos; livros; e legislações, referentes aos conceitos de conservação, território e políticas públicas (Gerhardt; Silveira, 2009; Gil, 2002). A partir da revisão bibliográfica construiu-se o referencial teórico com a identificação dos principais autores e trabalhos que dialogassem com os conceitos utilizados. Esta etapa visou estabelecer onde e como os conceitos-chave desta pesquisa têm sido trabalhados no meio acadêmico e na gestão pública, de forma a fornecer subsídios teóricos e conceituais para a condução da presente dissertação.

A segunda etapa foi constituída por pesquisa documental, metodologia que se diferencia da pesquisa bibliográfica por utilizar documentos variados, sendo reelaborados de acordo com os objetivos desta pesquisa (Gerhardt; Silveira, 2009; Gil, 2002). A análise foi construída a partir de documentos disponíveis no website do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sobre os 70 PANs gerenciados por este órgão (ICMBio, 2021). Esta etapa metodológica possibilitou a utilização dos documentos públicos selecionados como fontes de informações, para caracterizar as abordagens dos PANs executados pelo ICMBio, destacando os de enfoque territorial, de interesse deste trabalho (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

A partir desta seleção, foram identificados 46 PANs, os quais foram analisados buscando identificar o ano de publicação, a duração, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação responsável pela coordenação, o enfoque utilizado como base de estratégia para a conservação de espécies em extinção e o objetivo geral (Apêndice 2). A partir dos objetivos gerais dos PANs analisados, foi elaborada no programa Nvivo a nuvem de palavras para identificar os principais temas abordados. Para a construção da nuvem de palavras foram utilizados os critérios:

- a) corte de 25 palavras;
- b) mínimo 3 letras; e
- c) identificação de palavras derivadas não agrupadas pelo programa.

Para a identificação da abordagem de cada PAN, foi realizada a análise dos seguintes documentos:

- a) sumário executivo;
- b) portaria do PAN; e
- c) documentos e produtos derivados destas políticas, como livros e boletins, segundo a disponibilidade dos mesmos no site do ICMBio destinado aos PANs.

Para compreensão da abordagem territorial, foi enfatizado o PAN Lagoas do Sul, cujos documentos foram analisados buscando caracterizar a concepção, o uso e a operacionalização da abordagem territorial, respondendo ao primeiro objetivo específico desta pesquisa. Para essa análise foram identificados os elementos textuais que possibilitam tanto a visualização dos conceitos de interesse, quanto a intersecção entre eles (Cellard, 2008).

A terceira e última etapa metodológica desta pesquisa visou apreender as percepções dos atores sociais envolvidos na governança do PAN Lagoas do Sul, buscando compreender suas visões sobre a coexistência entre as diferentes territorialidades e a conservação das espécies ameaçadas. Com a intenção de executar esta etapa, foi adotada a técnica de entrevista semiestruturada, por ser mais flexível e sensível às visões do entrevistado e de condução mais acessível para a pesquisadora (Gil, 2002).

Devido à crise sanitária mundial causada pela pandemia da COVID-19, desde março de 2020, toda etapa de campo desta pesquisa, incluindo as entrevistas, foram realizadas em ambientes virtuais. As entrevistas ocorreram no período de novembro de 2021 a setembro de 2022, prioritariamente na plataforma ZOOM, e por impossibilidade da primeira, na plataforma Mconf UFRGS.

As entrevistas foram realizadas com os atores do PAN Lagoas do Sul e com a Coordenação de Planejamento de Ações para Conservação de Espécies Ameaçadas de

Extinção (COPAN) do ICMBio. Os atores membros do PAN foram agrupados em sociedade civil e atores governamentais. Os atores governamentais são considerados os servidores dos órgãos executivos ambientais das esferas estadual e federal e os professores universitários. Dos 15 membros do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), instituídos pela Portaria MMA/ICMBio nº 347/2019 (ICMBio, 2019), 10 enquadram-se nesta categoria, além dos articuladores. Os representantes da sociedade civil envolvidos na governança do PAN Lagoas do Sul representam 5 membros do GAT, indicados na portaria, além dos articuladores, incluindo representantes de povos e comunidades tradicionais, ONGs ambientalistas e Conselhos presentes no território deste PAN.

Para a preparação das entrevistas semiestruturadas, foram elaborados três roteiros de entrevistas (Apêndice 4, 5, 6) com questões abertas, com a proposta de incluir as diferentes realidades dos diferentes interlocutores. Os roteiros foram separados conforme a categoria do interlocutor, sendo o primeiro para representantes de povos e comunidades tradicionais e sociedade civil e pertencentes ao GAT, o segundo para representantes de instituições vinculadas à pesquisa e pertencentes ao GAT e o terceiro para os interlocutores de instituições vinculadas ao ICMBio, porém não pertencentes ao GAT do PAN Lagoas do Sul. Pela sensibilidade dos temas abordados nas conversas e a fim de manter o anonimato dos interlocutores desta pesquisa, as falas e ideias dos mesmos foram identificados por pseudônimos escolhidos a partir das espécies da fauna e da flora que integram o PAN Lagoas do Sul (Figura 1).

Para a realização das entrevistas, foram identificados os atores participantes do GAT do PAN Lagoas do Sul, os quais foram contatados por e-mail para convidá-los para participarem da entrevista. Além disso, o coordenador do PAN Lagoas do Sul reforçou o convite nas atividades com o GAT, explicando a importância da pesquisa para a compreensão da relevância das inovações do PAN Lagoas do Sul. As entrevistas foram realizadas com todos os membros do GAT que retornaram manifestando disponibilidade e interesse. Os atores sociais pertencentes à COPAN foram selecionados a partir das entrevistas do primeiro grupo, que identificaram atores de interesse para complementação das questões desta pesquisa.

Figura 1 - Relação dos grupos de análise e com o nome da espécie correspondente (pseudônimo dos entrevistados)

GRUPO DE ANÁLISE	ESPÉCIE PAN	PSEUDÔNIMO
Sociedade Civil (GAT)	<i>Cynopoeilus fulgens</i>	C. fulgens
	<i>Liolaemus arambarensis</i>	L. arambarensis
	<i>Alouatta guariba clamitans</i>	A. guariba
Governamental (GAT)	<i>Cedrela lilloi</i>	C. lilloi
	<i>Zaptryx brevirostris</i>	Z. brevirostris
	<i>Utricularia tridentata</i>	U. tridentata
	<i>Genidens planifrons</i>	G. planifrons
	<i>Aegla obstipa</i>	A. obstipa
	<i>Ctenomys flamarioni</i>	Ct. flamarioni
	<i>Aechmea kleinii</i>	A. kleinii
Governamental (Copan)	<i>Chelonia mydas</i>	C. mydas
	<i>Leopardus guttulus</i>	L. guttulus
	<i>Begonia itatinensis</i>	B. itatinensis

Fonte: Elaborada pela autora.

Os membros do GAT selecionados para serem entrevistados foram contatados para agendamento da entrevista. O retorno foi bastante lento devido à sobrecarga dos profissionais no período de pandemia. As entrevistas foram agendadas diretamente pela pesquisadora e entrevistados por correio eletrônico e contatos via *WhatsApp*, sendo o formulário do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 3) e demais materiais enviados por correspondência eletrônica.

Foram realizadas 13 entrevistas com duração média de 1h:13':20''. As entrevistas foram realizadas na forma de conversas bastante agradáveis, buscando construir um ambiente descontraído para o desenvolvimento dos tópicos da entrevista semiestruturada, onde a pesquisadora utilizou roteiros de entrevistas com questões relacionadas à governança do PAN Lagoas do Sul e ao uso dos ecossistemas e a coexistência entre territorialidades das espécies da fauna e grupos humanos. As entrevistas se constituíram em momentos de reflexão sobre o PAN Lagoas do Sul, sobre o momento político de desmonte das políticas ambientais e a conversão e destruição de ecossistemas nativos, em especial territórios de povos e comunidades tradicionais. Foram momentos de construção do conhecimento, a partir de um diálogo aberto e da troca de reflexões dos atores entrevistados com a pesquisadora.

As questões pré-definidas auxiliaram a pesquisadora a encaminhar a entrevista em direção aos objetivos desejados, simultaneamente assegurando liberdade de respostas mais abrangentes aos entrevistados. Além dos roteiros de entrevistas, considerando a sobrecarga de trabalho *home-office* de vários dos atores, foram organizados materiais complementares às entrevistas, para assegurar a oferta de outra forma do interlocutor participar da pesquisa.

As entrevistas elaboradas para interlocutores representantes do GAT contaram com quatro partes:

- a) identificação;
- b) questões referentes ao funcionamento e concepção do PAN Lagoas do Sul;
- c) conhecimento sobre as espécies ameaçadas de extinção e seus ambientes e coexistência entre as territorialidades;
- d) visões sobre políticas públicas de conservação da biodiversidade e sobre o PAN Lagoas do Sul.

As entrevistas destinadas aos interlocutores não pertencentes ao GAT do PAN Lagoas do Sul foram construídas com três partes:

- a) identificação;
- b) questões referentes ao funcionamento e concepção dos PANs;
- c) visões e perspectivas sobre os PANs.

Como forma de subsidiar a terceira etapa da entrevista destinada aos interlocutores integrantes do GAT do PAN Lagoas do Sul, foram confeccionadas fichas técnicas com as espécies da fauna ameaçadas de extinção que estão presentes nesta política, a fim de auxiliar a visualização e o resgate de memórias sobre estes animais (Apêndice 7), como exemplo abaixo com espécie de lagarto endêmico do Rio Grande do Sul (Figura 2).

Figura 2 - Ficha Técnica da espécie *Liolaemus arambarensis*, contendo nome científico, nome popular, imagem de indivíduo da espécie, imagens dos ambientes de ocorrência e resumo com características dos ambientes de ocorrência



Fonte: Elaborada pela autora.

1.2.2 Sistematização e análise dos dados

As entrevistas foram gravadas e decupadas e, juntamente com os extratos de textos e vídeos selecionados, foram analisadas por meio de análise de conteúdo (Bardin, 1977). A análise buscou identificar, nas entrevistas, categorias analíticas já determinadas, incluindo os elementos textuais anteriormente identificados na etapa de análise documental, de modo a entender como esses conceitos são usados e compreendidos pelos diferentes atores do PAN e operacionalizados pela estrutura de governança, em especial pelo GAT, Coordenação e ICMBio.

Ademais, a autora permaneceu atenta a categorias que emergiram nas entrevistas, com a finalidade de entender como as diferentes territorialidades são percebidas pelos atores, e quais as relações entre suas territorialidades e a conservação das espécies ameaçadas, buscando relacionar o conhecimento das espécies e/ou de seus ambientes com práticas sustentáveis de uso e manejo dos ecossistemas, bem como buscar compreender se a existência do PAN contribui para fortalecer essas práticas, e caso positivo, de que forma isto ocorre. A partir da análise de conteúdo seguindo as etapas estabelecidas por Bardin (1977), foram identificadas três categorias principais, divididas em onze subcategorias, apresentadas na figura 3.

Figura 3 - Categorias identificadas referentes à elaboração e gestão dos PANs, a partir da análise de conteúdo sobre as entrevistas realizadas e análise documental

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Organização	Elaboração dos PAN's
	Evolução dos PAN's
	Gestão dos PAN's
	Participação social nos PAN's
Operacionalização	Criação de ações, avaliação e monitoria
	Resultados, produtos e potenciais
	Atores e funções
	PAN Lagoas do Sul
Conservação	Perspectivas de conservação
	Pessoas e conservação
	Enfoque territorial

Fonte: Elaborada pela autora.

Para responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa referente à caracterização da abordagem territorial dos PANs, a concepção, o uso e a operacionalização dos planos foram analisados a partir dos documentos disponíveis no site do ICMBio, buscou-se identificar os elementos textuais que possibilitaram tanto a visualização dos conceitos de território e territorialidade, quanto a intersecção entre eles (Cellard, 2008). Para compreender

a correspondência do uso dos conceitos de território e territorialidades e de suas relações na perspectiva biológica e na perspectiva das populações humanas, e em busca de respostas que não foram identificadas na literatura, foram realizadas entrevistas abertas com um professor de ecologia do Curso de Ciências Biológicas da UFRGS, uma pesquisadora em Desenvolvimento Rural que adota o referencial multiespécies e uma pesquisadora de Ecologia que trabalha com espécies marinhas, todas do círculo de pessoas próximas à pesquisadora.

Para avaliar a coexistência potencial entre as territorialidades das espécies ameaçadas de extinção e os usos e práticas nos ecossistemas pelos diferentes grupos humanos, a análise foi realizada em quatro etapas. Inicialmente, identificou-se os ecossistemas aquáticos e terrestres com ocorrência potencial das espécies ameaçadas de extinção, conforme descrição de Taboada *et al.* (2020). A seguir, as ações do PAN, que constam na matriz de monitoramento (ICMBio, 2021), foram classificadas de acordo com sua incidência direta ou indireta sobre as espécies e ecossistemas, destacando-se as ações relacionadas às práticas agroecológicas, considerando-se a prática agropecuária ou agroflorestal, uso ou não de agrotóxicos e a produção pesqueira artesanal. Após, foi realizada uma relação dos usos praticados nesses ecossistemas a partir de artigos e documentos produzidos para o PAN Lagoas do Sul (Burger, 2000; Castro; Mello, 2016; Coelho-de-Souza *et al.*, 2019; Garcez; Sánchez-Botero, 2005; Jesus; Dal Soglio, 2017; Matos; Gruber, 2009; Maurmann, 2012; Perucchi; Kubo; Coelho-de-Souza, 2012; Printes, 2020; Schäfer; Lanzer; Scur, 2013)

Essa revisão embasou a categorização das atividades antrópicas presentes no PAN Lagoas do Sul, classificando-os em usos sustentáveis ou em usos com impactos negativos para as espécies e ecossistemas, e assim foi possível relacionar as ações desse PAN que atuam direta e indiretamente sobre cada impacto, além de identificar práticas sustentáveis existentes na região.

Por fim, para investigar e analisar as ações do PAN Lagoas do Sul que integram a participação social através das práticas sustentáveis e modos de vida tradicionais para a conservação da sociobiodiversidade, a fim de fortalecer estas atividades no âmbito desta política, foram analisados documentos técnicos e acadêmicos referentes ao PAN Lagoas do Sul, em busca dos objetivos e ações participativas dentro da mesma. As ações do PAN, que constam na matriz de monitoramento (ICMBio, 2021), foram selecionadas de acordo com a ocorrência de participação social para sua execução, sendo os termos gestão, conservação e governança selecionados como indicadores para a seleção das ações quando envolviam diretamente os povos e comunidades tradicionais em sua consecução.

A partir das etapas de análise documental e de entrevistas, a pesquisadora teceu reflexões sobre as visões dos atores sociais que participam do PAN sobre os conceitos de território e territorialidade, sobre as normas e princípios da política e o atendimento às metas nacionais e internacionais destinadas à conservação da sociobiodiversidade.

1.2.3 Devolutiva e interação da temática com a sociedade

Além de se entender o compromisso ético e político da devolutiva dos trabalhos acadêmicos para a sociedade, nesta dissertação realizada sobre os Planos de Ação Nacional como objeto de pesquisa, desde seu início foi identificado o potencial de contribuição e transformação que teria para a política analisada. Incluindo a publicação dos resultados em eventos acadêmicos, participação em produtos relacionados ao PAN Lagoas do Sul e divulgando os resultados e reflexões para atores que integram a gestão dos PANs.

Como esperado do processo de trabalhos acadêmicos, esta pesquisa apresentou parte de seus resultados em eventos relacionados com o tema dela. O primeiro trabalho de título “Agroecologia e o PAN Lagoas do Sul: coexistência entre práticas sustentáveis e tradicionais e espécies ameaçadas de extinção” (Bizarro *et al.*, 2022) foi apresentado no evento “Reunião Técnica sobre Agroecologia - Agroecologia, Resiliência e Bem Viver” realizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em novembro de 2021, de forma virtual. O segundo trabalho, “Percepções sobre a sustentabilidade das práticas associadas às territorialidades no território do PAN Lagoas do Sul”, e o terceiro trabalho, “Fortalecendo Redes, conservando a sociobiodiversidade: análise das ações participativas do PAN Lagoas do Sul”, ambos de autoria de Bizarro; Steenbock; Coelho-de-Souza (2022a, 2022b), foram apresentados em forma de pôster e publicados nos anais do evento “XIII Congresso Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia” que ocorreu entre os dias 10 e 14 de julho de 2022 na cidade de Cáceres, Mato Grosso.

Como produto desta dissertação e buscando dar visibilidade a esta ferramenta de gestão a diferentes segmentos da sociedade, foi a construída a história “Onde foi parar a casinha do João Platino?” voltada para o público infantil. A história, protagonizada por João Platino (*Asthenes hudsoni*), apresenta as espécies ameaçadas de extinção, ambientes de áreas úmidas, impactos negativos e modos de vida tradicionais e sustentáveis existentes no território do PAN Lagoas do Sul. A história fala sobre um pássaro chamado João Platino que vivia no seu ambiente de banhado e perdeu a sua casa porque foi feita uma lavoura de arroz muito grande onde ele morava, e em busca de um novo lar João encontra com vários animais que

também estão ameaçados de extinção no Litoral do Rio Grande do Sul. No final ele encontra uma criança, chamada Ayana, que vive em uma comunidade quilombola e o acolhe, mostrando o banhado próximo à comunidade em que vive. Nesse espaço a comunidade produz seus alimentos, ao mesmo tempo em que convive com vários animais nativos desses ecossistemas (Apêndice H). A seleção das personagens foi feita a partir das espécies ameaçadas no PAN Lagoas do Sul e seus ambientes de ocorrência, escolhendo cinco ambientes e cinco espécies, como identificado na Figura 4.

Figura 4 - Espécies e ambientes

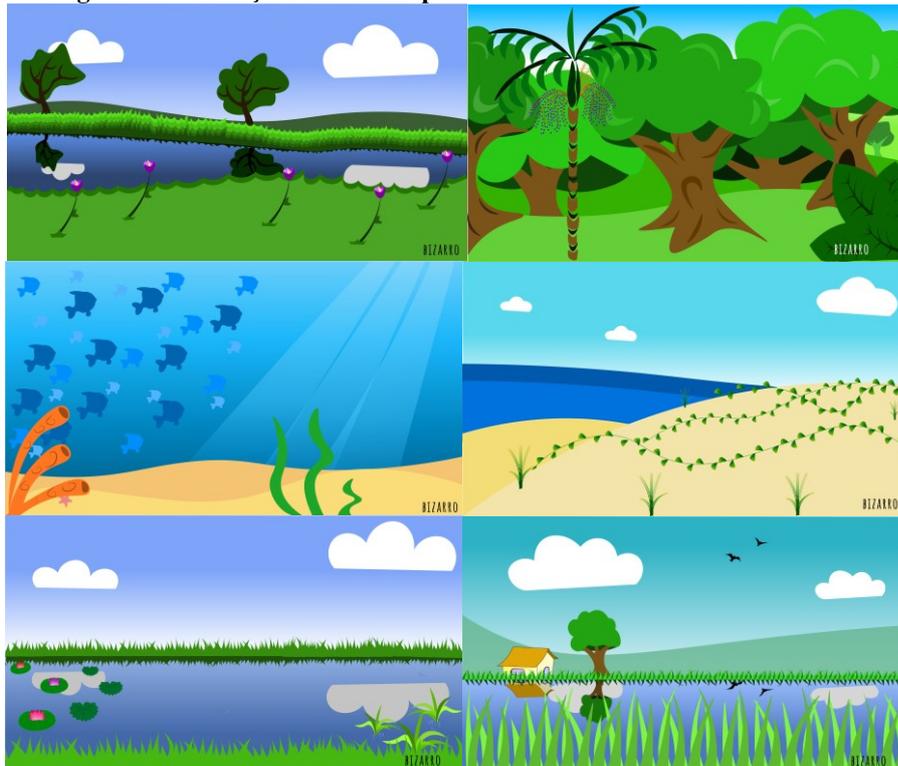
<i>Espécie</i>	Nome Popular	IUCN	Nome Personagem	Onde Vive
<i>Asthenes hudsoni</i>	João-platino	VU	João	Banhado
<i>Alouatta guariba clamitans</i>	Bugio-ruivo	VU	Gil	Matas de Restinga
<i>Chelonia mydas</i>	Tartaruga-verde	VU	Marina	Costeiro e Marinho
<i>Ctenomys flamarioni</i>	Tuco-tuco	EN	Tuco	Dunas
<i>Odontesthes bicudo</i>	Peixe-rei	EN	Nei	Lagunas e Lagoas

Fonte: Elaborada pela autora.

Para a contação da história⁴, além do roteiro elaborado previamente com o texto e as falas das personagens, foram utilizadas miniaturas das personagens construídas pelo artesão Renan Coelho (Apêndice H) ilustrações feitas pela designer gráfica Samantha Bizarro (Figura 2). Após a contação da história, foi realizada oficina para construção de animais da história com massinha de modelar, onde eram respondidas perguntas e falado características das espécies.

⁴ A contação desta história foi realizada no evento Virada Sustentável Porto Alegre 2021, de forma virtual, disponível no link: https://youtu.be/LogZ_610M_k.

Figura 5 - Ilustrações utilizadas para ambientar os cenários da história



Fonte: Bizarro et al. (2022).

Outra contribuição foi que a partir da revisão bibliográfica e análise documental realizadas para a construção desta pesquisa, auxiliiei na construção de dois capítulos do livro “Dinâmicas socioambientais do Território do PAN Lagoas do Sul”, produto do projeto PANexus. O primeiro capítulo, intitulado “Áreas Protegidas: unidades de conservação e territórios tradicionais”, é destinado para a identificação das unidades de conservação e dos territórios tradicionais existentes no território do PAN Lagoas do Sul, além de propor uma agenda para aumento da visibilidade para estas áreas. O segundo capítulo que participei, intitulado “Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade”, teve como objetivo exemplificar as áreas prioritárias para a conservação nesta ferramenta de gestão como as áreas sensíveis e relevantes para a conservação de espécies no território do PAN Lagoas do Sul, além de propor uma agenda para identificação de novas áreas.

Em relação à devolutiva dos resultados e considerações desta pesquisa para as pessoas que participaram das entrevistas e demais gestores que integram a coordenação dos PANs, a dissertação foi apresentada na reunião de monitoria e encerramento do primeiro ciclo que ocorreu em Mostardas, RS, em setembro de 2023. Destacamos o surgimento do enfoque territorial nesta ferramenta de gestão pública e a necessidade de padronização do enfoque, além de apresentar os demais produtos derivados desta dissertação.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução que apresentou a problemática, as principais questões norteadoras, seus objetivos e os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e análise dos dados obtidos, descrevendo as etapas realizadas e os instrumentos de pesquisa utilizados. No segundo capítulo, intitulado “Conservação da biodiversidade, território, territorialidade e políticas públicas: construindo bases conceituais”, foi apresentada a construção dos conceitos-chaves que guiaram esta pesquisa e as bases legislativas e organizacionais das políticas relacionadas à conservação de espécies ameaçadas, que resultaram na construção e evolução dos Planos de Ação Nacionais. Com o nome “Abordagens dos planos nacionais: a emergência dos PANs territoriais”, o terceiro capítulo apresenta os processos de criação e gestão dos PANs coordenados pelo ICMBio e seus enfoques, explicitando o surgimento do enfoque territorial. O quarto capítulo, “Territorialidades e perspectivas de conservação no PAN Lagoas do Sul”, enfoca o PAN Lagoas do Sul e as múltiplas relações existentes desde sua criação até a sua execução, destacando as perspectivas e visões dos interlocutores, tecendo reflexões sobre as potencialidades da abordagem dos PANs territoriais. No quinto e último capítulo são apresentadas as considerações finais.

2 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUINDO AS BASES CONCEITUAIS

A partir das Metas de Aichi¹, políticas de conservação de biodiversidade vêm sendo estruturadas, como os Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN). Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a descrição de PAN é: “[...] um instrumento de gestão, construído de forma participativa, para o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido em um horizonte temporal definido” (Brasil, 2018).

Os PANs são orientados por todo um escopo de metas internacionais e nacionais que influenciaram na elaboração da legislação existente. A padronização desta política veio a partir da Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, baseada nas metodologias já utilizadas pela International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) com intuito de disciplinar os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão dos PANs. Além de instituir a Coordenação de Planejamento de Ações para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (COPAN) como centro de gestão dessas políticas. Em 2018, foi lançado o “Guia para gestão de planos de ação nacional para a conservação das espécies ameaçadas de extinção: PAN - elabore - monitore – avalie” (Lins, 2018), que revisava a normativa de 2012, incorporando todas as regras e etapas já existentes para a criação de um PAN e servindo como um instrumento orientador, que auxilia gestores em todas as etapas da metodologia estabelecida pelo ICMBio, desde a elaboração, até a forma de gestão dos PANs.

Para compreender como foi construído o enfoque territorial nesta política pública de conservação ambiental, este capítulo buscou identificar os conceitos relacionados à conservação da sociobiodiversidade, ao território e diferentes territorialidades e a construção da perspectiva de conservação da sociobiodiversidade dentro das políticas públicas brasileiras. Estes são abordados nas seções a seguir.

¹ Reunidas em cinco objetivos estratégicos, as 20 Metas de Aichi fazem referência à conservação da biodiversidade. Elas são a base do planejamento vigente relacionado à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/biodiversidade/2017/04/metras-de-aichi.pdf>

2.1 CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA

O Brasil, o maior país da América do Sul, possui extensão territorial continental e, com isso, apresenta diferentes biomas, sendo eles: Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa, além do ambiente Costeiro-Marinho (IBGE, 2019). Esta variedade de ambientes e habitats se traduz numa grande diversidade de espécies, com mais de 130 mil espécies de animais invertebrados e em torno de 9 mil espécies de animais do grupo dos cordados, coexistindo por meio de uma variedade de relações dentro de cada ecossistema. Além disso, observam-se variadas relações entre os diferentes ecossistemas, e uma gama de relações entre as diferentes pessoas com esta biodiversidade e territórios (Baggio, 2018; Lins, 2018). Segundo o artigo 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), biodiversidade ou diversidade biológica é definida como:

[...] a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. (CDB, 1992, p. 9)

As Portarias do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 444 e nº 445, ambas de 17 de dezembro de 2014 (Brasil, 2014), reconheceram e evidenciaram 1.173 espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Desde sua publicação, estes dispositivos legais e suas atualizações, têm servido de base para a criação de ferramentas e políticas públicas destinadas à conservação da biodiversidade da fauna. Segundo Brasil (2018), as funções dos PANs para a conservação, são previstas:

[...] Dentre as medidas adotadas para a mudança do estado de conservação de espécies ou ambientes se encontram: propostas de criação e de implementação de Unidades de Conservação (UCs), regularização fundiária, licenciamento e compensação ambiental, pesquisas aplicadas à conservação, educação ambiental, manejo populacional, fiscalização ambiental, recuperação de áreas degradadas, projetos de usos sustentáveis dos recursos naturais, entre outros. (Brasil, 2018)

A partir destas noções apresentadas de biodiversidade que se somam à sociodiversidade, é possível discorrer sobre os conceitos de sociobiodiversidade e socioambientalismo, onde as diferentes relações entre sociedades e ambientes são contrastadas, aproximando concepções integradas oriundas da cosmovisão de povos e comunidades tradicionais, à concepção dissociada de sociedade e natureza, fundante do pensamento da sociedade globalizada. Apesar de os conceitos de biodiversidade e

sociobiodiversidade parecerem equivalentes de um ponto de vista socioambiental, Lima (2002) fala sobre sua distinção considerando a repleta relação de fatores que ainda está por ser decifrada entre sociedade e ambiente. Em questão de políticas públicas, tanto a biodiversidade quanto a sociodiversidade têm sido resguardadas dentro de uma visão socioambiental pelo Estado (Santilli, 2005), o que pode ser observado na Constituição Federal de 1988, que diz:

[...] Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Brasil, 1988, Constituição Federal, Artigo 225)

A importância da conservação a partir da visão socioambiental fica evidente ao se considerar a pluralidade de pessoas que vivem no território brasileiro, que têm o direito de exercer sua cultura e que precisam de recursos para seu Bem Viver. Muitas comunidades vivem de modo que sua presença possibilite que o ambiente na região fique equilibrado por apresentarem uma relação mais respeitosa com o espaço natural, de onde tiram seu sustento, praticam suas crenças e visões de mundo, e fortalecem suas relações interpessoais, valorizando a natureza. Essas comunidades têm uma relação muito mais próxima com o ambiente natural, de forma que a visão hegemônica eurocêntrica de que o ser humano está acima da natureza está ausente ou enfraquecida, pois estas pessoas se veem como parte dos ciclos biológicos que ocorrem no ambiente em que vivem.

Além dos elementos ditos naturais, observa-se uma grande variedade de interações sociais e culturais dentro da sociedade humana. Segundo Diegues *et al.* (2001), a diversidade biológica irá abarcar, além das relações existentes na natureza, as construções culturais e sociais do ser humano. Os autores destacam as interações do ser humano com espécies não humanas: “As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas” (Diegues; Arruda, 2001, p. 1). Assim, a biodiversidade é constituída pela diversidade de espécies, de ecossistemas e de interações no meio, incluindo o ser humano e seus modos de vida.

O trecho destacado anteriormente evidencia também o uso tradicional das espécies não-humanas, relacionados à cultura de povos e comunidades tradicionais, cujas visão de pertencimento à natureza resulta em práticas menos predatórias, com potencial para preservar a diversidade biológica e garantir bem-estar e saúde para as próximas gerações, características do uso sustentável (Coelho-de-Souza *et al.*, 2019; Diegues, 2005; Lima, 2002; Santilli, 2005;

Santos; Lima; Coelho-de-Souza, 2017;). Segundo a Convenção sobre Diversidade Biológica (UN, 1992), o conceito de uso sustentável tem como definição:

[...] A utilização de componentes da diversidade biológica de modo e em ritmo tais que não levem, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras. (UN, CDB, 1992, p. 10)

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que utilizou o critério de autoidentificação dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) para o reconhecimento dos mais diferentes grupos étnicos existentes no país. Essa legislação reconheceu grupos sociais presentes nos territórios rurais brasileiros como sujeitos de direito, incluindo em políticas de conservação da biodiversidade (CNDH, 2018). No decreto estabelecido o conceito normativo de população tradicional:

[...] Grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui formas próprias de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007 (b))

Contudo, observa-se que a abordagem da integração do conceito de sociobiodiversidade no âmbito das políticas públicas e no ambiente acadêmico ainda caminha a passos lentos, predominando a visão dissociada de ambiente e do ser humano. Ainda hoje, são observados conflitos entre a sociedade e políticas preservacionistas, evidenciados, por exemplo, quando povos e comunidades tradicionais são removidos de seus territórios para a implementação de uma unidade de conservação. Essas políticas são sustentadas por um ideário presente no campo da conservação que parte da visão civilizatória e colonizadora de que pessoas que subsistem do ambiente natural são “primitivas”, e que seus modos de vida precisam ser educados para que possam viver de forma sustentável. Essa concepção em disputa com o socioambientalismo, nega toda a tradição e cultura dessas comunidades, frequentemente ricas em conhecimento sobre como melhor coexistir com a natureza (Diegues, 2006; Krenak, 2019). O socioambientalismo parte de um ideário que propõe o exercício da multiculturalidade e da pluralidade (Santilli, 2005).

Na seção a seguir, o conceito de território é abordado, considerando a potencialidade de visualização dos processos de conservação da biodiversidade em curso nos contextos dos

territórios. Essa visão é complementada pelo conceito de territorialidade, a partir do qual se busca entender os processos de coexistência da fauna, flora em extinção, povos e comunidades tradicionais e modos sustentáveis nos territórios. Essas territorialidades que estão em confronto pelos recursos, com territorialidades com severos impactos ambientais negativos sobre os territórios.

2.2 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES

Para compreender como ocorre a construção da abordagem territorial presente nas políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade, se faz necessário dissertar sobre os conceitos de território e territorialidade, trabalhados em diferentes áreas de conhecimento, como a geografia, a biologia e dentro das ciências sociais. Essa diversidade conceitual é acompanhada de diferentes interpretações sobre o mesmo termo, intersecções, disputas e conexões. A aproximação dessas diferentes percepções precisa ser construída a fim de que se possa compreender as próprias visões e elaboração de políticas territoriais do estado brasileiro. Nas políticas públicas brasileiras estes conceitos são muito diversos, considerando as diferentes áreas de conhecimento. Quando trabalhado o território e as territorialidades de PCTs, o Decreto nº 6.040 de 2007 traz como descrição de território tradicional: “espaços necessários à reprodução física, cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Brasil, 2007b).

Na área das ciências biológicas, o conceito de território é abordado pela disciplina de ecologia comportamental. Área que os indivíduos de determinada espécie ocupam e exercem suas territorialidades, disputando pelos diferentes recursos e delimitando sua área de vida. A descrição mais utilizada sobre território é de área geográfica que será protegida por um ou mais indivíduos, de mesma espécie ou até mesmo de espécies diferentes, tanto da fauna quanto da flora (Cain; Bowman; Hacker, 2018; Del-Claro; Prezoto, 2003). Porém é possível encontrar autores que divergem dessa estruturação, destacando espécies críticas, que possuem suas territorialidades com fatores necessários para a sua sobrevivência, com baixa defesa sobre o território (Ostfeld, 1990). Ostfeld (1990) tece críticas à visão dicotômica entre espécies territoriais e não territoriais, considerando a visão da ‘área geográfica necessária para a espécie’ insuficiente quando contrastada com a noção que engloba relações com o ambiente e com outros organismos.

Essas necessidades identificadas por cada espécie podem ser reconhecidas como territorialidades, percebendo as nuances existentes entre animais que vivem em grupos das

que possuem hábitos solitários. Essas características estão interligadas com o sucesso para encontrar parceiros para reprodução, responsabilidade sobre a prole e disponibilidade de alimento (Cain; Bowman; Hacker, 2018; Ostfeld, 1990). Exemplificando, Cain; Bowman; Hacker (2018) relata que: “[...] o pássaro-canoro-das-seychelles é territorial: parceiros de reprodução defendem seu território contra outras aves da mesma espécie”.

As relações ecológicas são temas importantes para a explicação desse conceito. Interações entre indivíduos da mesma espécie são denominadas relações intraespecíficas, enquanto interações entre indivíduos de espécies diferentes são chamadas de interações interespecíficas. Ambas aparecem quando trabalhado o conceito de território, destacando a importância das relações dentro da área para a construção da territorialidade dessas espécies (Cain; Bowman; Hacker, 2018; Ostfeld, 1990). De acordo com Cain; Bowman; Hacker (2018) “[...] as vantagens da vida em grupo incluem acesso a parceiros, proteção contra predadores e maior sucesso de forrageio[...] Custos da vida em grupo incluem maior gasto de energia, mais competição por alimentos e maior risco de doenças”

O declínio da biodiversidade é explicado por diversos fatores, sendo observado que a diminuição de áreas nativas e degradação ambiental tem diminuído a ocorrência de espécies, principalmente de espécies ditas como territorialistas e que precisam de grande extensão de seus territórios para suas atividades, independente da escala de abrangência espacial dos habitats da espécie. Estas territorialidades mostram a necessidade de conservar regiões que são áreas de vida de espécies em risco de extinção, e de espécies que são importantes para a manutenção do equilíbrio das relações ecológicas (Cain; Bowman; Hacker, 2018).

Esta reflexão do campo da ecologia, tem paralelo com discussões sobre o conceito de território da Geografia, com autores que buscam refletir sobre as diferentes percepções deste conceito e investigar sobre sua complexidade, sempre ressaltando a necessidade de constante revisão (Haesbaert, 2008; Santos, 2005). Haesbaert (2008), que define território como um local de poder, espaço onde ocorre influência dos atores ali presentes e que possuem diferentes visões e necessidades sobre ele, mas também um local de ritos e signos. Dentro destas definições podemos identificar o território-corpo (Haesbaert, 2020, *apud* Veeck, 2022, p. 55), onde as territorialidades individuais são povoadas pelos indivíduos, as pessoas que vivem seus territórios, além da região e do espaço em que se encontram (Santos, 2002; Veeck, 2022).

Dentro dos territórios, encontraremos múltiplas territorialidades, pois as vivências e visões de diferentes atores em um mesmo território permite que um mesmo espaço geográfico e de disputas de poder possa abrigar diferentes formas de ocupação e de significados

(Haesbaert, 2002). Sack (2011) definirá territorialidade como: “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”, que passa a ser chamada de território. (Sack, 2011², p. 76 *apud* Printes, 2015)

No espaço de disputas deste conceito, Haesbaert (2002) apresenta uma delimitação desse campo conceitual partindo de três perspectivas. A perspectiva naturalista do território existente nas ciências biológicas, que nasce com a territorialidade dos animais. Essa perspectiva é considerada como ultrapassada por uma visão de território pertinente às relações de poder entre as populações humanas. Desta percepção se desdobra uma visão política de território, principalmente ligada à relação do Estado nação com as populações dos territórios.

A perspectiva de território é uma escala utilizada em determinadas políticas públicas, em especial aquelas que incluem a participação social como uma ferramenta de gestão, a qual é apresentada na seção a seguir.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para compreender os desafios da participação social em políticas de conservação da biodiversidade, esta seção inicia apresentando um histórico das políticas públicas ambientais, enfatizando o surgimento da participação social nas políticas de conservação da biodiversidade. A seguir apresenta as políticas de conservação da biodiversidade e participação social, trazendo uma breve reflexão sobre o desmonte das políticas públicas ambientais. Finalizando com uma discussão das políticas públicas participativas e sua relação com territórios e territorialidades.

2.3.1 Histórico das políticas de conservação da biodiversidade

As políticas internacionais e nacionais para conservação da biodiversidade foram elaboradas, em seu início, de forma a pensar o meio ambiente separado dos seres humanos e de suas necessidades biológicas e culturais, de forma a manter a natureza que se deseja preservar isolada da sociedade. A necessidade de construção de políticas voltadas para a proteção ambiental remonta à construção dos parques nacionais nos EUA, destinados à preservação das áreas naturais para a manutenção da paisagem. Com a intenção de proteger o

² SACK, R. D. O significado de territorialidade. Em: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis, Insular, 2011

ambiente natural, preservar as belezas cênicas naturais e os recursos que provém de ecossistemas saudáveis, foi criado em 1872 o primeiro parque nacional, o Parque Nacional Yellowstone, nos estados de Wyoming, Montana e Idaho (Bensusan, 2006; Diegues, 2008). Desde sua idealização, a visão dominante na construção do projeto objetivava a preservação das regiões definidas nas quais os seres humanos não poderiam manter e/ou estabelecer moradia, Bensusan (2006) traz o objetivo que descreve essa intenção:

[...] Em seu ato de criação, o Congresso dos Estados Unidos determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida. O ser humano ali visitante, nunca morador. Esse modelo foi adotado por muitos outros países do mundo e, em vários deles, vigora até os nossos dias. (Bensusan, 2006)

Ao longo da história da implementação de Unidades de Conservação, povos e comunidades tradicionais foram expulsos de seus territórios, com a narrativa de que esta ação era necessária para a preservação daquela área, não considerando a importância dos hábitos destes povos para a manutenção do meio em que se encontravam, muito menos a relevância dos recursos do meio com que eles conviviam e conservavam para sua cultura. Diegues *et al* (2001) faz uma apresentação histórica sobre a criação dos parques nacionais nos Estados Unidos, apresentando o conceito de *wilderness*, onde a natureza deveria permanecer “intocada”, mesmo se antes ela já não o fosse. O autor discorre sobre a influência do pensamento conservacionista norte americano no atual modelo preservacionista:

[...] Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa. Por outro lado, desconsidera o fato que os índios americanos tinham podido viver em harmonia com a natureza por milhares de anos. Esse modelo de convivência parece não ser mais possível para aqueles ideólogos da "conservação". (Diegues *et al.*, 2001, p. 23)

Nessa visão preservacionista, na qual todas as pessoas eram vistas como ameaça para a manutenção dos ambientes naturais, os povos e comunidades tradicionais presentes nas áreas que se objetivavam manter “selvagem” foram desapropriados e impedidos de exercer sua cultura a partir de suas territorialidades. Povos indígenas que viviam na região onde foi implementado o parque nacional Yellowstone, destacando os Crow, Blackfeet e Shoshone Bannock, foram retirados do território de origem para a preservação de uma região que eles ativamente participavam do processo de manutenção ambiental e transferidos para outras regiões (Bensusan, 2006; Diegues, 2008). Partindo da premissa de que para a preservação da natureza é necessário cessar o contato dos seres humanos com os ambientes naturais, estas

políticas acabam negando a existência dos povos e comunidades tradicionais e seu papel para o estado de conservação da natureza. Por meio desta visão, os ambientes naturais eram vistos como intocados pelo ser humano, e por isso assim deveriam permanecer, retirando essas populações de seu território e impedindo-os de suas práticas sociais e culturais. (Cunha; Almeida, 2000; Diegues, 2008).

As políticas preservacionistas que visavam a proteção da natureza e promoveram a remoção de PCTs de seu território, sem cuidados com a ancestralidade e demais fatores culturais e sociais desses povos, transferindo-os para outras regiões, ecologicamente e culturalmente diferentes inviabilizam a reprodução dos modos de vida e do Bem Viver, prevalecendo uma visão de que pessoas sempre são prejudiciais para o ambiente que se anseia conservar (Diegues, 2008). A percepção de meio ambiente muitas vezes está vinculada à própria existência do ser humano, sendo difícil entender a lógica de que sua existência é prejudicial para algo ao qual pertence.

[...] Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área. (Diegues, 2008)

Essa perspectiva preservacionista foi importada para outros países, sendo implementados parques de forma a não respeitar as pessoas que viviam no território e sem levar em conta as particularidades de cada região. A forma de proteção do meio ambiente a partir do ideal preservacionista presente nos parques nacionais estadunidenses foi exportada para o mundo, em destaque países dentro da América Latina, com grande diversidade biológica e culturais, muitas vezes construindo parques em território com a presença de povos e comunidades tradicionais (Bensusan, 2006). Importar este modelo preservacionista para países sociobiodiversos, como o Brasil, incorre no erro de negar as territorialidades existentes e o potencial de conservação que esses PCTs possuem participando da conservação da biodiversidade (CNDH, 2018; Diegues, 2008).

Com a implementação dessas políticas é visto um crescer de conflitos a partir destes territórios de preservação, onde os antigos moradores da região não possuem direitos sobre a terra e a fiscalização é inadequada (Diegues, 2008). Esse modelo foi trazido para o Brasil, sendo criado o primeiro parque brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro (Cunha; Almeida, 2000). Criado em 14 de junho de 1937 pelo Decreto no 1.173 do presidente Getúlio Vargas, o parque Itatiaia tinha objetivos semelhantes à visão norte-americana de

preservação da natureza, incluindo a perspectiva de separação das pessoas da natureza para assim conseguir a proteção desejada. No corpo do decreto é possível identificar a divisão dos grupos sociais existentes no território, sendo definidos apenas por pequenos lotes pertencentes a particulares:

[...] A área atual da Estação será acrescida da que for desapropriada, constante dos pequenos lotes, ainda pertencentes a particulares que se encontram encravados nas terras do domínio da União ficando os limites do Parque constituídos pelos atuais da dita Estação com as modificações resultantes da incorporação dos aludidos lotes. (Brasil, 1937, art. 2º)

Aos poucos a visão preservacionista de proteção da natureza dentro das políticas brasileiras, apresentada anteriormente, vai abrindo espaço para a inclusão de propostas relacionadas à sociobiodiversidade, que reconhece a relação intrínseca entre a biodiversidade e a diversidade de grupos sociais presentes nos territórios. É observado no Brasil grande diversidade cultural, e assim uma multiplicidade de interações com os ecossistemas. A relação dos PCTs com a biodiversidade presente nos seus territórios vai além da utilização dos recursos naturais. De acordo com Diegues *et al.* (2001), as espécies componentes da biodiversidade constituem-se em elementos com usos e significados culturais, que embasam a construção de conhecimento, em especial relacionada aos processos de domesticação. Ao mesmo tempo em que se constituem em um componente intangível, ao serem fonte de inspiração para mitos e rituais, que muitas vezes estão relacionados a práticas conservacionistas.

Essa aproximação permite a construção de saberes únicos sobre os ecossistemas que os cercam, incluindo suas cosmovisões e desenvolvimento de tecnologias, com práticas de manejo da biodiversidade passadas entre as gerações pela oralidade (CNDH, 2018; Diegues, 2005). O conceito normativo que definiu PCTs é cunhado a partir da construção dessas políticas, que precisavam delimitar o público beneficiário. O desafio posto ao conceito trata-se da delimitação desse público, pois havia a necessidade de contemplar um amplo espectro, para abranger toda a sociobiodiversidade existente no país, com o desafio de não fechar para novas adesões (CNDH, 2018). Segundo o Decreto nº 6.040, que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o conceito de povos e comunidades tradicionais é descrito como:

[...] Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa,

ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, art. 3o, § 1o).

A Figura 6 apresenta as políticas de conservação da biodiversidade e dos modos de vida tradicionais relacionando aos ideários que ancoram as diferentes perspectivas.

Figura 6 - Algumas políticas de conservação da biodiversidade e dos modos de vida tradicionais na legislação brasileira

POLÍTICAS AMBIENTAIS			
Legislação	Ano	Texto	Enfoque Concepção
Decreto nº 23.793 de 1934	1934	Criação antigo Código Florestal	Preservacionista
Decreto no 1.173 de 14 de junho de 1937	1937	Implementação Parque Nacional de Itatiaia	
Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989	1989	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	
Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007	2007	Criação Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	
Instrução Normativa nº34, de 17 de outubro de 2013	2013	Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira	
Portarias do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 444 e nº 445, ambas de 17 de dezembro de 2014	2014	Reconheceram 1.173 espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção	
Portaria MMA nº 43, de 31 de janeiro de 2014	2014	Criação do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies)	Socioambientalista
Constituição Federal de 1988, Art. 225	1988	Meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito e dever de todos	
Constituição Federal de 1988, Art. 216	1988	O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro	
Constituição Federal de 1988, Art. 210	1988	Educação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais	
Constituição Federal de 1988, Art. 231	1988	Reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras	
Constituição Federal de 1988, Art. 68	1988	Reconhecimento das terras de comunidades de quilombos	
Decreto nº 98.897/1990	1990	Reservas Extrativistas (RESEX)	
Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996	1996	Procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas	
Portaria nº 14, de 09 de janeiro de 1996	1996	Elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terras indígenas	
Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998	1998	Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)	
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003	2003	Regulamenta o procedimento para identificação, demarcação e titulação das terras de comunidades quilombolas	
Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004	2004	Definir as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade	
Deliberação CONABIO nº 39, de 14 de dezembro de 2005	2005	Revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira	
Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007	2007	Criação Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	
Resolução CONABIO nº 4, de 25 de abril de 2007	2007	Definir os ecossistemas brasileiros mais vulneráveis aos impactos causados pelas mudanças climáticas	
Instrução Normativa nº 01, de 18 de setembro de 2007	2007	Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável	
Instrução Normativa nº 05 de 17 de maio de 2008	2008	Procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal	
Instrução Normativa nº 16 de 04 de agosto de 2010	2010	Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional	
Instrução Normativa nº 29 de 5 de setembro de 2012	2012	termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão	
Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013	2013	Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 no cenário brasileiro	
Resolução nº 13, de 10 de dezembro de 2018	2018	Relatório Povos Livres, Territórios em Luta sobre os direitos de povos e comunidades tradicionais	

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da análise Figura 6, percebe-se que na história das políticas públicas brasileiras, a participação social se estabelece após o período da ditadura militar e se consolida com a Constituição Federal de 1988, quando o país passa pela redemocratização, e com isso as ações antes praticadas apenas pelo estado tendem a ser descentralizadas, assim ampliando as noções de direito e de deveres dos cidadãos brasileiros, estimulando a participação da sociedade civil para gestão do território do país (Alves, 2013) A presença da

sociedade civil na gestão pública permite o papel democrático ativo, servindo para maior regionalização das políticas e como acesso para os mais diversos territórios (Alves, 2013). Além de que esta prática permite que espaços de disputa encontrem um local para debate para a construção de políticas baseada em diálogo, com o Estado servindo de mediador.

Porém na prática essa participação social acaba servindo como um recurso de colaboração para implementação dessas políticas sem um campo de oposição. Essa perspectiva de conservação socioambiental aparece na legislação brasileira a partir da Constituição Federal de 1988, com artigos que delimitam os direitos e deveres da população brasileira sobre o meio ambiente e que trazem a necessidade de proteção e reconhecimento de direitos relacionados aos PCTs. Destaco no Quadro 3 os principais artigos que tratam destes assuntos. O artigo 225 (Brasil, 1988) define a necessidade de todos trabalharem para manter o meio ambiente saudável, pois esses ecossistemas responsáveis pela saúde humana e são fonte de recursos. E nos demais artigos destacam-se, art. 210, art. 216 e art. 231 (Brasil, 1988), que tratam de diversos aspectos necessários para o reconhecimento e proteção do patrimônio cultural brasileiro e dos modos de vida dos PCTs.

2.3.2 Políticas de conservação da biodiversidade e participação social

A participação social tem aparecido cada vez mais nas discussões e implementações de políticas públicas. Essa presença da sociedade dentro do espaço de gestão pública permite incluir as visões e as necessidades da comunidade, com a representação individual e/ou coletiva de grupos sociais que são diretamente afetados pela implementação da ferramenta. De acordo com Alves, (2013, p. 27) “Nasceram assim, ao longo da última década, vários elementos, órgãos e projetos ligados à noção de gestão social, tais como conselhos, fóruns, câmaras setoriais, orçamento participativo, etc.”

Atualmente, muitas políticas voltadas para a proteção do meio ambiente detêm em seus textos e ações a importância da manutenção da sociobiodiversidade e da conservação pelo uso para a manutenção destes sistemas naturais, assim integrando os povos e comunidades que têm suas territorialidades interligadas com a biodiversidade a ser conservada. Quando analisada a forma de execução das políticas ambientais, observa-se um pensamento dominante entre os que gerenciam e executam estas ferramentas de gestão. Este se refere à ideia de que a forma mais segura e eficiente de conservar um ecossistema impedindo o acesso das pessoas aquele território (Diegues *et al.*, 2001). Reforçando o contraponto a essa visão ainda predominante, a definição de conservação feita em 1980 pela

International Union for Conservation of Nature (IUCN) na Estratégia Mundial para a Conservação é:

[...] a gestão do uso humano da biosfera para que ela possa proporcionar o maior benefício de forma sustentável para as gerações presentes, mantendo seu potencial para atender as necessidades e aspirações das gerações futuras. Sendo assim, a conservação é positiva, abrangendo preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e melhoria do ambiente natural. (IUCN, 1980, p. 18, tradução própria)

Durante a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a perda da biodiversidade global foi uma pauta essencial para a criação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), importante tratado internacional do qual o Brasil faz parte, no qual os países integrantes se comprometem à conservação da diversidade biológica, ao uso sustentável da biodiversidade e à repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos, trazendo também a relação entre modos de vida tradicionais e o papel para a conservação da biodiversidade de forma sustentável (CNDH, 2018). A evolução das discussões nos encontros da CDB deu origem a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10) em Nagoya, Japão (2010), ao Plano Estratégico sobre Biodiversidade para o período de 2011 a 2020, conhecido como Metas de Aichi, com cinco objetivos e vinte metas focados em conter a perda de biodiversidade global (Zanchetta; Barretto, 2011).

A resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013, incorpora as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, considerando as decisões estabelecidas a partir do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, incluindo as Metas de Aichi de Biodiversidade e reforçando o papel do CONABIO para a implementação das ações provenientes do acordo do Brasil junto à CDB.

A partir da CDB, políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade surgem no cenário brasileiro. Um exemplo é a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pelo Decreto nº 98.897/1990 (Brasil, 2000). Apesar de elaborado anteriormente, teve sua publicação apenas após a CDB, incluindo outras políticas já existentes como a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que implementa as Reservas Extrativistas (RESEX). Considerando o conceito de sociobiodiversidade e a importância de iniciativas para proteção da biodiversidade brasileira, temos como uma importante ferramenta que abrange as necessidades ambientais e sociais, mesmo que não em sua totalidade, a implementação de Unidades de Conservação (UCs), sendo definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como:

[...] O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção. (Brasil, 2000)

O SNUC categoriza as UCs em dois grandes grupos:

- a) unidades de proteção integral, onde a preservação da natureza é o objetivo central da instauração da UC, tendo normas que restringem ações dentro da área demarcada, permitindo apenas o uso indireto dos recursos ali presentes; e
- b) unidades de uso sustentável, onde a conservação da natureza estará em diálogo com a conservação dos costumes tradicionais dos povos e comunidades que compartilham o território e onde será permitida a prática de uso sustentável dos recursos naturais ali existentes.

Este segundo grupo representa cerca de 12% do território nacional e possibilita o desenvolvimento sustentável e a manutenção de modos de vida de comunidades que dependem do extrativismo e da pesca, por exemplo.

O SNUC abrigou categorias que seguiram a lógica socioambientalista e preservacionista. Esta última com base nos projetos de parques naturais dos EUA, com Unidades de Conservação sem a existências dos PCTs os quais são tradicionais em seus territórios, reconhecidos como próprios por si e por outros grupos (Cunha; Almeida, 2000; Diegues, 2005). Diegues (2005), apresenta três problemas de caráter socioeconômicos ocasionados pela criação de UCs com visão preservacionista:

- a) áreas de preservação consideradas prioritárias são as com visão preservacionista, como os parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas;
- b) impacto político-territorial e fundiário gerado pela criação de áreas protegidas que, já em muitos países, representam extensões territoriais consideráveis.
- c) problemas sociais e étnicos relativos à expulsão de populações tradicionais, indígenas ou não, de seus territórios ancestrais.

Para a delimitação das UCs e ações de políticas públicas de conservação da sociobiodiversidade, são utilizadas ferramentas como as Áreas Prioritárias para a Conservação, a Utilização Sustentável e a Repartição de Benefícios da Biodiversidade. Estas ferramentas possibilitam identificar *hotspots* de cada ecossistema de interesse, priorizando o grau de biodiversidade, importância do território para povos e comunidades tradicionais e sua vulnerabilidade (Brasil, 2007a). O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (Brasil, 2006) foi elaborado para atender os Programas de Trabalho para áreas protegidas da

CDB, priorizando unidades pertencentes ao SNUC, territórios indígenas e territórios quilombolas. Diversas políticas dialogam com a identificação das áreas prioritárias, por exemplo a resolução CONABIO nº 4, de 25 de abril de 2007 define os ecossistemas brasileiros mais vulneráveis aos impactos causados pelas mudanças climáticas, aparecendo áreas úmidas que integram o PAN Lagoas do Sul, como manguezais e restingas.

Para facilitar a mediação dos embates existentes entre PCTs e implementação de UC's, foi idealizada a Instrução Normativa nº 26 de 04 de julho de 2012 que estabelece termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde sua presença não seja permitida, abrindo um canal para diálogo sobre as territorialidades tradicionais e possibilidades de conservação com a presença humana. E no mesmo ano foi aprovada a criação, através da Instrução Normativa nº 29 de 5 de setembro de 2012, do Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.

A instrução normativa nº34, de 17 de outubro de 2013 é a legislação que direciona os procedimentos e implementa a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira. IN 9, de 11 de agosto de 2020 - Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (SALVE), a política de dados e a publicação dos resultados. Este documento compromete o poder público ao publicar os dados sobre as espécies da biodiversidade brasileira no Sistema de Informação das Espécies da Fauna Brasileira (ESPÉCIES), auxiliando na avaliação do estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção, subsidiando a construção e atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Por fim, a normativa subsidia a elaboração dos Planos de Ação Nacionais (PANs), com a identificação das espécies prioritárias na tentativa de alcançar a meta 12 das Metas de Aichi.

A partir dessa legislação, os critérios de classificação de estado de conservação de espécies da fauna e flora criados pela *International Union for Conservation of Nature* (UICN) passam a ser usados para a avaliação das espécies da biodiversidade brasileira. Além disso, é instituída a Coordenação de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade (COABIO) para coordenar o processo, os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes para a execução de projetos vinculados à avaliação das espécies ameaçadas.

A Portaria MMA nº 43, de 31 de janeiro de 2014 (Brasil, 2014) é responsável pela criação do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-

Espécies), que tem como objetivo “adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão, com vistas a minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies”, dialogando diretamente com o objetivo geral dos PANs, e assim servindo como base legislativa e de financiamento para a implementação destas políticas. Esta portaria apresenta as etapas que constituem o processo para a definição das espécies ameaçadas de extinção, sendo elas:

- a) criação e gerenciamento de bases de dados e sistemas de informação voltados a subsidiar as avaliações de risco de extinção e o planejamento de ações para conservação;
- b) realização de avaliação do estado de conservação das espécies para enquadrá-las nas categorias de ameaça de extinção, com base nas informações científicas existentes;
- c) publicação da Lista Nacional Oficial das Espécies Ameaçadas de Extinção;
- d) elaboração dos Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PAN;
- e) monitoramento da implementação dos PAN e do estado de conservação das espécies constantes da lista das ameaçadas.

2.3.3 Breve reflexão sobre o desmonte das políticas públicas

O país sofreu severo desmonte de políticas públicas participativas (2016-2022), por meio da extinção de órgãos colegiados, do sucateamento das instituições, da burocratização de processos para a participação social na gestão pública. Apesar dessas iniciativas de desmobilização dos grupos sociais, agravadas pelo contexto da pandemia da Covid-19, processos de gestão participativa de PANs, com enfoque territorial resistiram (Coelho-de-Souza *et al.*, 2021).

Entre as pautas que, mais frequentemente, têm surgido na elaboração e execução das ferramentas de gestão está a integração entre as políticas públicas de conservação dos recursos naturais e a participação social, principalmente quando os atores sociais atuantes possuem elementos sociais e culturais vinculados ao território de abrangência da política. O PAN Lagoas do Sul é uma dessas políticas construída a partir da diversidade de atores e de visões sobre o território onde existem espécies ameaçadas de extinção, foco dessa política.

Esse papel da participação social no âmbito das ferramentas de gestão, muitas vezes, vai depender da posição dos gestores quanto a presença de atores de diversas áreas, com mudanças drásticas em diferentes governos e diferentes políticas, tornando a gestão pública

inconstante frente à presença da população na construção dessas ferramentas (Alves, 2013). Como exemplos opostos sobre o tema, o Decreto nº 8.243, de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) durante o governo da presidenta Dilma Roussef, política essa que tinha como objetivo “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil” (Brasil, 2014). A proposta deste decreto era para oficialização do papel dos representantes da sociedade civil e movimentos sociais que participam da criação de ações dentro de ferramentas públicas, e trazer essas pessoas para a elaboração coletiva de tais políticas, utilizando como base o conceito de controle social presente na Constituição Federal de 1988.

Este decreto foi revogado pelo Decreto nº 9.759, de 2019 durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, objetivando extinguir e estabelecer diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. O relator do Decreto nº 9.759, de 2019, ex-ministro de Estado Chefe da Casa Civil Onyx Lorenzoni, além de citar estas políticas como ferramentas utilizadas para o fortalecimento de grupos políticos específicos, descreve o PNPS e o SNPS como: “[...]uma aberração cuja revogação é urgente. Não foi sem motivo que o decreto se tornou popularmente conhecido como Decreto Bolivariano”.

No ano de 2020, encerrou-se o prazo do Plano Estratégico para a redução da perda da biodiversidade acordado em Nagoya, Japão (2010), porém em meio às disputas no campo político que levaram ao desmonte de instituições e políticas voltadas para a conservação da sociobiodiversidade. No mesmo ano em que se esperava um retorno sobre os resultados das ações relacionadas à redução das ameaças sobre as espécies ameaçadas de extinção, o então Ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, proferiu em uma reunião ministerial:

[...] Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. (Salles, 2020)

Com a finalização do governo de Jair Bolsonaro e o início do terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, já é possível observar a retomada de políticas participativas. Apenas o tempo poderá revelar quantos anos serão necessários para recuperar os danos causados por esse período de retrocessos.

2.3.4 Políticas públicas participativas, territórios e territorialidades

Na gestão pública os conceitos de território e territorialidade são da mesma forma, diversos. Percebe-se que dependendo da área de atuação da política esses conceitos terão diferentes interpretações para a gestão territorial. As áreas naturais e biodiversas, em muitos casos, estão relacionadas com o manejo sustentável e as práticas tradicionais das comunidades presentes nos territórios. Esse papel exercido pelos PCTs na proteção da natureza garantiu maiores áreas conservadas, participando assim da manutenção da biodiversidade e conservação de espécies prioritárias dos ecossistemas (CNDH, 2018). Por essas características relacionadas à conservação da biodiversidade, as regiões nas quais são praticadas essas maneiras de vida tradicionais e sustentáveis acabam por serem foco de políticas públicas que buscam a preservação da natureza, como unidades de conservação, mas muitas vezes negando o papel desses povos e se sobrepondo aos territórios tradicionais, e, portanto, entrando em disputa direta (CNDH, 2018; Diegues, 2008).

A introdução dos conceitos de território e territorialidade em políticas públicas que dialoguem com a sociobiodiversidade deve ser feita pensando nas relações e perspectivas interculturais existentes para cada grupo influenciado, não esquecendo de suas particularidades e necessidades para o Bem Viver: “[...] é possível entender o território como uma construção social complexa, em meio à trama de relações inseparáveis, onde se expressam sistemas sociais e ecológicos diversos. (Printes, 2020, p.48)

Políticas voltadas para povos e comunidades tradicionais precisam levar em consideração a visão das pessoas impactadas pelas ferramentas de gestão. Por essa relação tão próxima das pessoas com o território, tanto pelo sentimento de pertencimento relacionado à ancestralidade e pelas tradições que são realizadas no lugar, o reconhecimento do território dos povos originários precisa vir dos mesmos para perpetuar sua ancestralidade, seus modos de vida e ter a possibilidade de exercer suas práticas culturais: “As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus bens naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras, ou simples bens econômicos, e sim territórios tradicionais” (CNDH, 2018).

Muitas das políticas públicas relacionadas com a proteção dos direitos de PCTs surgiram a partir da luta dos movimentos sociais, e o fortalecimento dessas organizações favorece a criação de políticas voltadas para a conservação da sociobiodiversidade. As disputas existentes nos territórios tradicionais relacionadas com a degradação ambiental acabam sendo foco desses movimentos sociais. Estão presentes embates contra mega

mineração, construção de estradas e agropecuária predatória (CNDH, 2018). A influência da coalizão para a proteção da sociobiodiversidade promovida pelo grupo “Aliança dos povos da floresta”, integrada por diversos grupos sociais existentes, seringueiros e povos indígenas, liderados por Chico Mendes. A iniciativa do povo Kayapó contra o Estado, em disputa por Altamira, reivindicando Bem Viver e contra o projeto de Xingu. A criação de Reservas Extrativistas que integram as comunidades que utilizam a biodiversidade para a sobrevivência, como os seringueiros (CNDH, 2018; Cunha; Almeida, 2000).

Para a construção das bases conceituais para análise dos PANs territoriais, este capítulo buscou compreender os conceitos de território e territorialidades no âmbito das políticas brasileiras de conservação da biodiversidade, sinalizando para a relevância da participação social.

3 ABORDAGENS DOS PLANOS NACIONAIS: A EMERGÊNCIA DOS PANS TERRITORIAIS

Os Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PANs), são políticas públicas que orientam ações para a conservação e manutenção da biodiversidade brasileira, desde a implementação do primeiro PAN (PAN Mutum do Sudeste) realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA; Lins, 2018). No ano de 2007, a partir da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), delimitando assim as funções destas instituições, sendo o IBAMA o órgão de fiscalização e proteção do meio ambiente, enquanto o ICMBio tem como missão a promoção da conservação da biodiversidade. Por esta razão, as ações relacionadas com elaboração, implementação e monitoramento dos PANs são de responsabilidade do ICMBio, sendo oficializado pelo Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017 (ICMBio, 2018).

Os planos de ação nacional têm como objetivo atuar na conservação de espécies ameaçadas de extinção e mitigar os impactos negativos causados pelas ameaças a esses organismos e aos ambientes no seu entorno. Para construção de um plano de ação são necessárias distintas políticas públicas que servem como base legal para esse programa governamental; a atuação de gestores e coordenadores relacionados ao ICMBio e seus centros de pesquisa e conservação; e uma diversidade de atores vinculados direta ou indiretamente com a conservação. Os PANs são formulados a partir de legislação bem estruturada e de documentos que guiam sua criação e implementação, uma política feita por pessoas fortemente ligadas à conservação da sociobiodiversidade. Exemplo a já antes citada Portaria MMA nº 43, de 31 de janeiro de 2014, fortaleceu a ferramenta definindo os PANs como um dos instrumentos do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas – Pró-Espécies (Brasil, 2018).

O foco de cada PAN é definido já em sua concepção, a partir da delimitação da(s) espécie(s) alvo(s) de cada plano, diferenciando-se em PANs com abordagens taxonômicas ou geográficas (Figura 7). Nos planos com enfoque taxonômico encontram-se PANs que tem como base a conservação de uma espécie, duas ou mais espécies ameaçadas de extinção. Já nos PANs geográficos encontram-se os PANs como enfoque ecossistêmico, no qual as espécies ameaçadas foco do plano são determinadas pelo ambiente/ecossistema onde elas se encontram. Além de existirem PANs considerados pelo ICMBio como de enfoque

taxonômico/ecossistêmico, nestes casos observa-se o foco na conservação de determinado grupo taxonômico presente no ecossistema de interesse para conservação. Ainda sobre o enfoque geográfico, tem se observado o surgimento de planos de abordagem territorial, tema desta pesquisa.

Figura 7 - Enfoques dos PANs e descrições

Tipo do Enfoque	Descrição	Possibilidades dos Enfoques	Descrição
Taxonômico	enfoque de conservação que tem como base a conservação de uma, duas ou mais espécies ameaçadas de extinção e ambientes de ocorrência	Específico	enfoque de conservação voltado para a conservação de uma espécie ameaçada de extinção e ambientes de ocorrência
		Taxonômico	enfoque de conservação voltado para a conservação de duas ou mais espécies ameaçadas de extinção e ambientes de ocorrência
Geográfico	enfoque de conservação que tem como base a conservação de ambientes prioritários para conservação e as espécies ameaçadas de extinção existente nos mesmos	Ecossistêmico	enfoque de conservação voltado para a conservação de espécies ameaçadas de extinção a partir de ecossistemas e ambientes prioritários
		Territorial	enfoque de conservação voltado para a conservação de espécies ameaçadas de extinção a partir de ambientes prioritários, incluindo as dinâmicas territoriais, humanas e não-humanas

Fonte: Elaborada pela autora.

3.1 EVOLUÇÃO DOS PANS GESTIONADOS PELO ICMBIO

Até o ano de 2007, existiam cinco PANs, sendo de enfoque específico ou enfoque taxonômico, e abrangendo apenas 18 espécies ameaçadas de extinção, tendo como referência 627 espécies em algum grau de ameaça de extinção na época. Hoje, há cerca de 1249 espécies ameaçadas de extinção (Portaria MMA 444 e 445/2014 e sua atualização dada pela Portaria MMA 148/2022), sendo que mais de 1000 espécies estão abrangidas por estas ferramentas de conservação (ICMBio, 2021). Segundo Lins (2018), estas estatísticas positivas mostram o desenvolvimento e amadurecimento do processo de execução dos PANs, além de mostrar o trabalho e engajamento das pessoas que trabalham no ICMBio em conjunto com as todas as pessoas que auxiliam de alguma forma na execução desta política.

A evolução dos PANs foi um assunto abordado nas entrevistas, principalmente, por interlocutores relacionados direta ou indiretamente com a gestão desses planos pelo ICMBio. A evolução foi vista em diferentes aspectos dessa política na metodologia, na forma de elaboração e implementação, no monitoramento e avaliação das ações e nas relações

interpessoais e institucionais necessárias para construção dessas ferramentas de conservação. Um dos interlocutores relatando suas experiências trabalhando dentro da política reforça os dados visualizados no capítulo anterior, ele diz:

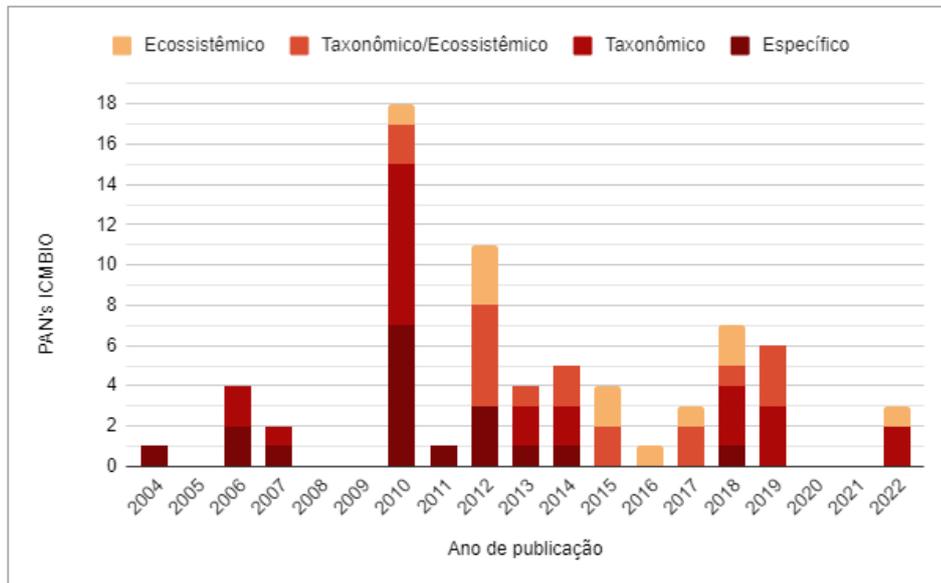
[...] Teve uma evolução desde que eu comecei. Já que planos de ação começam desde a década de 90, eles se intensificam na década de 2000, principalmente em 2006, com planos taxonômicos de poucas espécies, e a partir de 2010 começa essa ideia de planos ecossistêmicos, mais espécies... (*Z. brevirostris*)

Os planos de ação iniciaram com a abordagem taxonômica, utilizando o método proposto pela IUCN, priorizando atores oriundos das áreas científicas. Geralmente, eram planos menores e que abrangiam as áreas de ocorrência da espécie ou das espécies ameaçadas de extinção que era o foco dessas políticas. Com a entrada de uma maior diversidade de atores para a implementação dos planos de ação, além do ICMBio, dos centros de pesquisa e conservação e pesquisadores relacionados com a área, começaram a ser convidadas pessoas com interesse na região de construção do PAN. O convite foi direcionado a integrantes de movimentos sociais, de fóruns de bacias hidrográficas, representantes de povos e comunidades tradicionais e até atores com interesses de explorar a região, na intenção de construir uma discussão sobre o tema e mitigar os danos causados. Dessa maneira, a diversidade de atores possibilitou que as abordagens ecossistêmicas comesçassem a se destacar, resultando em planos com enfoque ecossistêmico e com o enfoque taxonômico/ecossistêmico, permitindo maior regionalização das próprias ações dos PANs com a presença de atores ligados a políticas existentes no território.

Para complementar essas perspectivas de evolução dos PANs a partir das visões dos interlocutores, foram analisados documentos de 70 PANs publicados pelo ICMBio, buscando identificar características desses PANs em relação ao ano de implementação, o enfoque e a abordagem metodológica para a conservação adotada (Figura 3). Desde a publicação do primeiro PAN, o PAN Mutum do Sudeste (2004), observa-se uma evolução nos enfoques desses planos. PANs de enfoque específico e taxonômico eram maioria, sendo substituídos por planos que integram as áreas de vida de diferentes espécies. A análise documental corrobora a percepção dos entrevistados sinalizando que a partir do primeiro PAN, implementado em 2004, houve um grande avanço nas bases metodológicas, desde 2007, destacando-se o papel de monitoramento e da geração de dados. O principal fator de esse avanço foi a atribuição ao ICMBio sobre a gestão dos PANs, em especial os voltados para a conservação da fauna, enquanto o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, assumiu os PANs com

foco na flora. Embora o IBAMA tenha um papel fiscalizatório, ele é responsável pelo Plano de Ação Nacional para Conservação dos Quelônios Amazônicos (PAN Quelônios Amazônicos).

Figura 8 - Relação entre PANs coordenados pelo ICMBio e seus enfoques desde a primeira publicação em 2004 a 2022



Fonte: Elaborada pela autora.

Outro desdobramento observado sobre o papel do ICMBio como gestor foi o surgimento dos enfoques ecosistêmicos, sendo 3 dos 18 PANs implementados a partir de 2010 com esta abordagem: PAN Paraíba do Sul com enfoque ecosistêmico; e o PAN Herpetofauna do Sul e o PAN Mamíferos da Mata Atlântica com enfoque taxonômico/ecossistêmico (Figura 4). Os PANs ecosistêmicos aparecem de forma a integrar a conservação das espécies e do ambiente, de forma mais completa, essa integração dos biomas e ecossistemas nessas ferramentas de conservação possibilita construir ações que mitiguem danos causados pelos impactos que são causados nesses ambientes e que ameaçam diretamente as espécies em risco de extinção. Como vemos, no Apêndice 1, o ICMBio considera tanto o grupo taxonômico quanto o ambiente de ocorrência do PAN para a implementação desses planos, aparecendo estas referências independente do enfoque identificado pela instituição. Com o passar do tempo, o enfoque ecosistêmico passou a ser utilizado para a criação de novos PANs.

Assim, houve um aumento no número de PANs elaborados, e mudanças nos enfoques adotados, destacando-se o estabelecimento dos PANs ecosistêmicos e, posteriormente, territoriais. Dessa maneira, com a implementação do ICMBio como responsável pelos PANs,

cria-se um ambiente propício para a ampliação da visão de conservação, incluindo os modos de vida tradicionais e sustentáveis, que consideram em sua concepção a coexistências entre as territorialidades das espécies da fauna, da flora e dos diferentes grupos humanos, a partir do enfoque territorial. Entre os fatores que potencializaram o estabelecimento dessa visão socioambientalista, destaca-se o caráter de gestão de dados de ecossistemas e espécies e a expertise no monitoramento da fauna, o que permitiu com que o órgão reunisse um arranjo de instituições que consubstanciaram a construção dessa visão.

3.2 CARACTERÍSTICAS DOS PANS EM EXECUÇÃO

Atualmente, temos 46 PANS publicados pelo ICMBio que estão em execução pelos diversos centros de pesquisa e com diferentes enfoques de conservação. Apesar das diferenças, todos esses planos possuem a mesma base normativa, que possibilita tanto a diversidade das espécies e ambientes como foco, quanto a manutenção do mesmo formato de monitoramento e avaliação dos PANS, proposto pela IUCN. Como forma de visualizar as principais temáticas presentes nos objetivos gerais dos PANS em andamento, por meio da técnica nuvem de palavras, a conservação aparece em destaque (Figura 9), seguida dos termos: cinco, anos, reduzir, habitat, espécies, promover e conhecimento.

Figura 9 - Nuvem de palavras elaborada a partir dos objetivos gerais dos 46 PANS elaborados pelo ICMBio atualmente em execução.



Fonte: Elaborada pela autora.

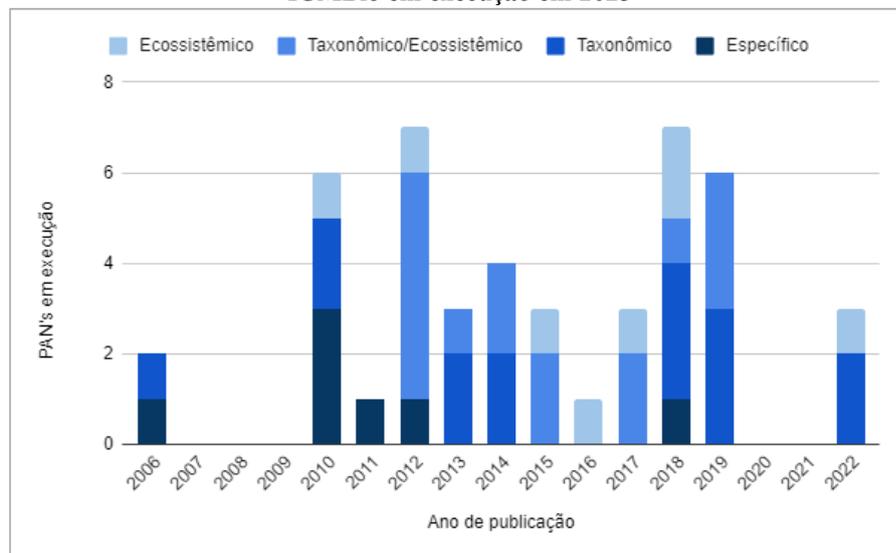
A partir dessa análise se evidencia a concepção de planos que buscam agir sobre a redução das ameaças que afetam as espécies ameaçadas de extinção e na recuperação dos ambientes ameaçados. Outro termo que merece atenção para a nossa análise é “aves”, que tem alta incidência, pois 26.1% dos PANS que estão atualmente em execução possuem como centro responsável o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE), justificando o grupo das aves nos objetivos gerais dos PANS que este centro

organiza e implementa (Figura 4). Os enfoques taxonômicos (5) e específicos (3) foram os adotados, bem como a visão das ações voltadas ao enfrentamento das ameaças.

Sobre os enfoques dos PANs ainda em execução é possível observar na Figura abaixo que existem 7 PANs (15.2%) com enfoque específico, 15 PANs (32.61%) com enfoque taxonômico, 16 PANs (34.78%) com enfoque taxonômico/ecossistêmico e 8 PANs com enfoque ecossistêmico (17.39%). Apesar de ainda haver a criação e execução de PANs com enfoque taxonômico, observa-se que a presença da identificação e proteção do ambiente onde ocorrem as espécies ameaçadas é fortalecida ao longo dos anos e permanece nos PANs que tiveram seus ciclos renovados e nos PANs mais novos. Também foi verificada a diminuição de planos com abordagem específica na implementação e renovação dos PANs (Figura 10).

A decisão de assumir PANs que contemplem um maior número de espécies, direciona os esforços de construção, implementação e monitoramento dos planos para abranger um maior número de espécies, otimizando recursos humanos envolvidos. Pois os PANs são implementados sem recursos de políticas públicas¹ de conservação da biodiversidade, mesmo se tratando de um compromisso brasileiro, como membro signatário da Convenção da Biodiversidade e das Metas de Aichi.

Figura 10 - Relação entre enfoque de conservação e ano de implementação dos 46 PANs, elaborados pelo ICMBio em execução em 2023



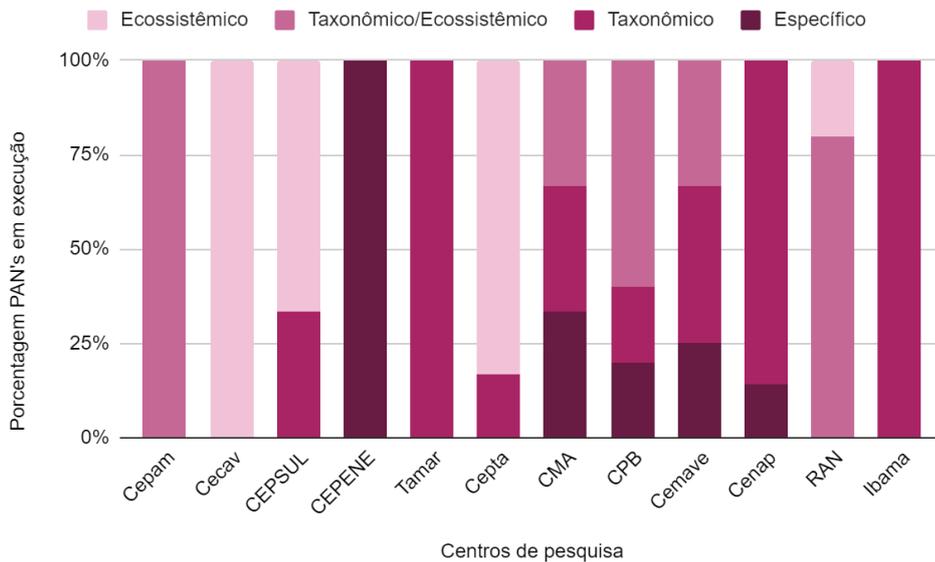
Fonte: Elaborada pela autora.

Quando observamos os enfoques utilizados para a criação de um PAN e relacionamos aos centros de pesquisa (Figura 11), podemos constatar uma tendência nas escolhas dos

¹ Destaca-se o Projeto GEF Pró-Espécies que está sendo executado priorizando planos de ação territoriais.

enfoques. Em destaque trago de exemplo o centro CEMAVE, que dos 12 PANs que é responsável pela implementação, todos são relacionados de alguma forma ao enfoque taxonômico, sendo 3 PANs de enfoque específico, 5 PANs de enfoque taxonômico e 4 PANs de enfoque taxonômico/ecossistêmico. Essa característica se repete em diferentes centros, como o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (CENAP).

Figura 11 - Relação entre enfoque de conservação e centro de pesquisa responsável dos 46 PAN's elaborados pelo ICMBio atualmente em execução



Fonte: Elaborada pela autora.

Quando olhamos para o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL), percebemos PANs tanto com enfoque taxonômico, como o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhas Ameaçados de Extinção (PAN Tubarões); quanto PANs de enfoque ecossistêmico, como o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais) e o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul). Analisando-se a abordagem do PAN Lagoas do Sul podemos notar que, embora nos documentos de criação adota-se o enfoque ecossistêmico, ele é implementado, a partir de um enfoque territorial, analisando relações diversas existentes no território de atuação desse plano. A inclusão da abordagem territorial como enfoque do PAN Lagoas do Sul se constitui no processo de evolução dos PANs, na medida em que os Planos implementados pelo Projeto Pró-Espécies, a partir de 2019, adotam a abordagem territorial, inaugurando as siglas PATs. Nesse contexto, o PAN Lagoas é o PAN que implementa a transição entre as abordagens ecossistêmicas para territoriais, inaugurando inovações que

permitiram o reconhecimento dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais para a conservação das espécies ameaçadas em seu território.

3.3 CONSTRUÇÃO DOS PLANOS

Os PANs elaborados a partir de metas nacionais internacionais para a conservação de espécies ameaçadas de extinção possuem grande potencial de implementação de ações que contribuam para o alcance das metas. O papel da convenção da biodiversidade biológica foi citado por uma das interlocutoras como sendo de suma importância para criação dos PANs e para a implementação deles no Brasil. Como falado anteriormente o Brasil é signatário dessa convenção. Então, o diálogo entre diversos atores de âmbito internacional e nacional possibilitou que os PANs fossem implementados no Brasil.

De acordo com o entrevistado A. kleinii, o papel do estado brasileiro para a produção de políticas públicas de conservação é de gestor e criador dessas políticas, mesmo sendo observada a falta de incentivo para sua realização em mais de uma entrevista foi citada a importância do papel do GEF Pró-Espécies para o aporte de recursos dentro dos PANs, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, potencializando a política Pró-Espécies (Brasil, 2014) para alcançar a Meta 12 das metas de Aichi.

Os interlocutores trouxeram, em mais de um momento, durante as entrevistas a importância do arcabouço teórico e legislativo, que dá base para criação de novos planos, fruto de uma construção política, legislativa, nacional e internacional. A construção de um PAN se inicia a partir da problemática de ameaça sobre a(s) espécie(s) foco. Problemáticas essas que frequentemente afetam os ambientes e os organismos que ali vivem, que respondem de maneira diferente pelas particularidades encontradas, atingindo também pessoas que habitam esses territórios. Com isso, o desenvolvimento de diferentes enfoques se faz relevante para a construção dessa política, responsável por tentar mitigar os danos causados e evitar a extinção das espécies de interesse.

Segundo o interlocutor L.guttulus a base legislativa dos PANs também tem como função dar segurança para os que trabalham com essa política, além de guiar por qual caminho deve ser feita a construção e implementação. Além de assegurar aos atores, tanto integrantes da gestão pública e vinculados ao ICMBio, quanto aos convidados por suas especialidades e conhecimentos, a execução de ações, muitas das quais estão sendo desenvolvidas paralelamente ao PAN, como política pública articulada um programa governamental robusto.

Os atores/interlocutores ressaltaram em mais de um momento das entrevistas a importância do papel da IUCN para a criação de PANs, advindos de uma metodologia produzida por ela e aplicada desde o início da implementação dos PANs. Alguns interlocutores citaram as Listas Vermelhas da IUCN como guias para a seleção das espécies prioritárias na elaboração de PANs, além de que os resultados dos PANs subsidiam a criação de novas listas. Os critérios de espécies ameaçadas de extinção criados pela IUCN são os mesmos utilizados pelo ICMBio e para as políticas de conservação como os PANs. Além disso, a partir das categorias da IUCN e de sua metodologia, é elaborada a Lista vermelha nacional, seguindo os mesmos critérios utilizados internacionalmente, e que serve de base para identificação das espécies prioritárias para a criação de políticas de conservação:

[...] A IUCN tem um método, principalmente de avaliação do risco de extinção das espécies e isso é mundial, todo mundo utiliza, todo mundo fala a mesma língua. Com relação ao planejamento de ações para conservação, a gente tem algumas diferenças, então a metodologia de planos de ação é exclusiva do Brasil. Ela é exclusiva e reconhecida por diferentes países como uma metodologia eficaz e que gera bons resultados, que a gente chega ao final de uma oficina de 5 dias com produtos na mão, sobre a conservação daquelas espécies. (B. itatinensis)

Os centros de pesquisa com suas especialidades foram identificados como instituições principais na elaboração e gestão dos PANs, trazendo as visões da instituição para a elaboração do plano de ação. Com a presença desses especialistas relacionados à abordagem escolhida para esses PANs, cada centro de pesquisa irá ter uma identidade na hora da criação dessas políticas. O que possibilita que esses profissionais tenham também visões mais compartimentalizadas e direcionadas aos problemas relacionados ao enfoque taxonômico ou ecossistêmico e a região de implementação do plano de ação. Além disso, acaba por ser função dos gestores presentes no centro de pesquisa a implementação do PAN, sempre de forma colaborativa com a COPAN, e o reconhecimento dos atores ideais para auxiliar na construção dessa ferramenta de conservação. Para a construção dessa política convida-se atores com diferentes papéis no território, pessoas que têm interesse em ações voltadas para a conservação das espécies e dos ambientes, bem como pessoas diretamente relacionadas com as ameaças presentes.

A participação desse segundo grupo acaba sendo mais difícil, pois os interesses deles entram em conflitos com a conservação da sociobiodiversidade. Atualmente, a formulação da política é para que ela abranja as necessidades identificadas para a conservação, incluindo a participação social do máximo de atores possíveis. A divulgação das ações no site do ICMBio possibilita que o público geral acesse essas informações e até mesmo identifique projetos que

tenham interesse em participar, pois a implementação das ações dessa política acontece também fora do espaço de gestão do plano e do seu tempo de implementação:

[...] A gente teve muita discussão e o que a gente conseguiu foi uma relação interinstitucional que criou espaços, links e recursos vindo de uma forma muito sutil de diálogos. (A. guariba)

[...] a gente não pode ficar só incluindo nessa política pública atores que são da área ambiental, a gente precisa incluir outros atores, que podem ser da área produtiva, da área que gera impacto, da área que está envolvida diretamente com as ameaças. (L. guttulus)

[...] Então eu vou ter representações institucionais, das universidades, da academia, dos setores governamentais diversos, e aí a área ambiental, ministério da agricultura, organizações OEMAS. Mas eu também preciso de uma forte presença da sociedade civil organizada, quem está interessado, né, as populações tradicionais, toda organização que a gente tem. (B. itatinensis)

A construção de políticas ambientais que incluem a participação popular ainda é um grande desafio. Segundo Ct. flamarioni e B. itatinensis, um dos fatores que dificulta essa inclusão seria a falta de experiência no assunto para muitos gestores e coordenadores vinculados a essas políticas. Outras dificuldades encontradas é o pouco contato da sociedade civil com as ações dos planos e a baixa divulgação decorrente da falta de recursos. Todos os PANs enfrentam essa problemática, uma vez que recebem o financiamento do ICMBio apenas na fase inicial e pelo desmonte das diferentes políticas públicas que influenciam diretamente no aporte de recursos.

Os PANs são elaborados, seguindo a metodologia estabelecida pelo ICMBio, há formas de gestão dessas políticas que chamam a atenção, como a possibilidade de melhoria contínua que deriva do ciclo Plan-Do-Check-Act (PDCA). E para a implementação dessas políticas, a metodologia desenvolvida e estabelecida pelo ICMBio está organizada no livro “Guia dos PANs”. Os interlocutores trouxeram para as conversas detalhes de como funciona esse mecanismo, referindo as etapas presentes no ciclo de vigência e no ciclo de melhoramento contínuo (L. guttulus; A. kleinii; Z. brevirostris; C. mydas; B. itatinensis). O ciclo PDCA foi citado diretamente por cinco interlocutores, porém todos mencionaram os processos que ocorrem durante essa metodologia, descrevendo suas etapas e a relevância para o desenvolvimento da política. Segundo B. itatinensis “[...] a gente tem dados novos sendo aportados, então é um ciclo muito dinâmico, um planejamento muito dinâmico, planejamento vivo”.

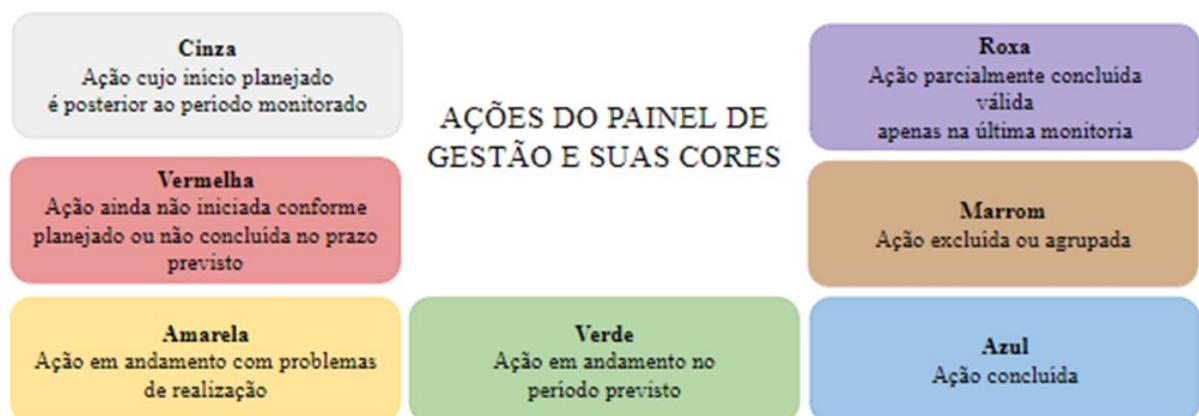
Os interlocutores identificaram a possibilidade de adaptação e mudança durante o andamento da política, com possíveis modificações nas ações e até mesmo no sistema de

avaliação durante sua implementação. *A. kleinii* traz a possível revisão das espécies encontradas dentro do PAN Lagoas do Sul a partir da nova lista de espécies ameaçadas de extinção que estava para ser publicada na época, reforçando o conceito de mutabilidade existente dentro da metodologia de execução dos PANs. Quanto a sua execução, cada ciclo de vigência de cada PAN dura cinco anos, sendo necessário durante este período a execução da metodologia definida pelo ICMBio realizada com base no ciclo e é composta por quatro etapas principais:

- a) planejamento;
- b) avaliação;
- c) monitoramento;
- d) implementação (Lins, 2018).

Pode-se observar que a definição da proposta é ponto inicial, identificando a(s) espécie(s) e ambiente(s) prioritários para elaborar estratégias para conservação. Após a seleção do Centro de Pesquisa ideal e demais atores para a construção e gestão do PAN, definindo objetivos da política e ações estratégicas que serão executadas durante a vigência do PAN. O ciclo PDCA possibilita que a política seja melhorada a cada monitoria do GAT e avaliação realizada, pois é utilizado o recurso de melhoramento contínuo, identificando ações em andamento, as que andam com dificuldade e as que não avançam, para tal é utilizado um sistema de cores (Figura 12).

Figura 12 - Sistema de cores para categorização ações do painel de gestão conforme andamento



Fonte: Adaptada de Lins (2018).

A organização da gestão dos PANs está descrita na Instrução Normativa nº 21, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), indicando o ICMBio e o Jardim Botânico do Rio de

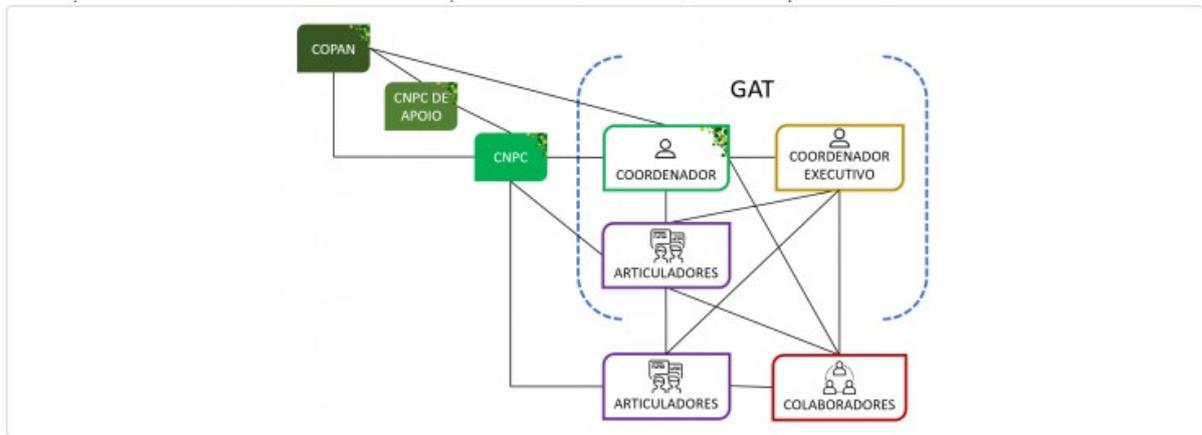
Janeiro (JBRJ) como supervisores dessas políticas, sendo o primeiro responsável pela fauna e o segundo pela flora, e a construção de um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), responsável por auxiliar a elaboração e implementação dos planos. Em seu texto, esta ferramenta legislativa fala sobre a construção participativa que se espera dentro da construção dos PANs. Esta base legislativa é um dos poucos documentos referentes aos PANs que menciona a existência de PANs territoriais, citando que quando for o caso de PAN com abordagem territorial a coordenação executiva deverá ser definida pelo ICMBio e o JBRJ. O ICMBio utiliza três principais ferramentas para a avaliação de risco das espécies ameaçadas de extinção e conservação das espécies brasileiras:

- a) avaliação de risco da fauna brasileira, resultando na Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção;
- b) planos de redução de impactos que ameaçam a biodiversidade;
- c) PANs para a mitigação das ameaças em torno das espécies foco dessas políticas (Brasil, 2018).

Diversas instituições realizam a gestão dos PANs, além do ICMBio, desde a sua implementação até o monitoramento de suas ações. A Coordenação de Identificação e Planejamento de Ações para Conservação (COPAN) é responsável pela análise técnica destas políticas, sendo auxiliada pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPCs) na elaboração e na gestão da implementação dos PANs (Brasil, 2018; Lins, 2018).

A responsabilidade destas políticas fica dividida entre duas grandes instituições ambientais nacionais, quando o PANs tem em seu objetivo geral a fauna como o grupo taxonômico principal ele será de responsabilidade do ICMBio, enquanto os PANs que possuem a flora como objetivo principal de conservação serão assistidos pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) (Coelho-de-Souza *et al.*, 2021). O Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), faz o acompanhamento da execução das abordagens e ações realizadas. Ele é formado por atores governamentais, como os gestores do plano e funcionários públicos, e atores civis, como ONGs, instituições de ensino, representantes da sociedade civil, moradores da região e povos e comunidades tradicionais que vivem no território (Figura 13). Com esses acentos no GAT, o ICMBio está apostando na influência das pessoas que vivem nestes ambientes sobre a formulação e implementação destas políticas aportando diferentes visões para dentro dos PANs (ICMBio, 2018).

Figura 13 - Relação de atores e instituições responsáveis pela criação e implementação de um PAN



Fonte: Lins (2018).

A coordenação que é responsável pela elaboração e implementação dos Planos de Ação Nacionais, a COPAN, tem o papel de organizar e validar a metodologia, fornecendo as ferramentas necessárias para a implementação do PAN. Cabe a ela e promover as oficinas de elaboração do PAN, auxiliar na realização das ações, estar presente nos processos de avaliação e divulgação dos resultados e produtos derivados dessa política. Em uma das entrevistas foi relatado que na COPAN os responsáveis pela avaliação e acompanhamento dos planos de ação nacional rotacionam os planos que acompanham. Assim, uma mesma pessoa consegue acompanhar o desenvolvimento dos projetos e avaliar os PANs de diferentes enfoques. A metodologia permite aos técnicos da COPAN se aproximarem das temáticas específicas e necessidades dos PANs, a partir da perspectiva de diferentes atores membros do GAT e articuladores. A partir dessa governança o Estado passa a trabalhar conjuntamente com a sociedade civil para alcançar o objetivo de conservação das espécies ameaçadas, envolvendo diversos setores, inclusive os responsáveis pelas ameaças à conservação da biodiversidade.

A participação da COPAN acaba sendo mais efetiva nos momentos de avaliação, pois o grande número de ações existentes dentro dos 46 PANs em execução é um impeditivo para o acompanhamento mais próximo dos técnicos dessa Coordenação. Existem mais de 4000 ações que foram elaboradas e muitas delas acontecem rapidamente, em processo de criação, implementação e finalização de ação, o que impossibilita atores mais distantes do território do plano e não pertencentes ao GAT, de prestarem assistência ao seu andamento. Conforme o interlocutor L. guttulus, “Isso acontece quando a gente lida com uma diversidade de atores, uma diversidade de planos de ação, que tem cada um a sua cara, cada um com seu grupo de atores”.

Foi identificado como papel fundamental na implementação dessas políticas trabalhar sobre as ameaças que atingem as espécies foco e seus habitats. O papel dos CNPCs na identificação dessas espécies prioritárias também foi mencionado por interlocutores ligados à gestão dos planos de ação. A partir da seleção das espécies e da integração do centro de pesquisa e conservação específico para respectivos grupos biológicos, são organizados os enfoques dessas políticas podendo ser taxonômicos e/ou geográficos. Para isso, o interlocutor Z. brevisrostris destaca que é definido um ponto focal para o grupo taxonômico, que seria o pesquisador ou pesquisadora referência para temáticas envolvendo espécies que se encontram no grupo taxonômico.

Outra ferramenta utilizada para a criação dos PANs é o acesso a publicações feitas por grupos existentes no território que está sendo implementado. Dois interlocutores, L. guttulus, C. mydas, comentaram sobre o fato de pesquisas prévias possibilitarem reformular os planos de ação baseados na IUCN para o cenário da conservação de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção no Brasil. A partir das publicações, os dados tornam-se evidenciados e somados aos conhecimentos dos atores sobre o ambiente e as espécies ameaçadas, servindo de apoio para a criação dos PANs. No caso do PAN Lagoas do Sul, há atores presentes no GAT que fazem parte de movimentos sociais, organizações não governamentais, lideranças de povos e comunidades tradicionais, permitindo que os estudos e publicações sobre o território, se some aos conhecimentos populares, acadêmicos e tradicionais. Essa soma possibilita a identificação de necessidades locais de cada um dos planos.

Com relação à execução dos planos, iremos encontrar ações propositivas (estratégicas) voltadas para a idealização e construção de propostas de projetos a serem implementados pelos órgãos competentes, e ações executivas (operacionais), nas quais a própria ação resulta na elaboração e criação de um produto a partir de um projeto. Nos PANs teremos principalmente, ações propositivas, gerando assim, uma governança limitada e seu papel restrito à proposição de projetos, o que não diminui o potencial dessa ferramenta para a conservação. Contudo, observa-se a existência de várias ações executivas relacionadas ao fomento e à elaboração de pesquisas sobre o estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção, e ações voltadas à educação ambiental, que visam a sensibilização da sociedade para assuntos relacionados à conservação do ambiente. Nas palavras do interlocutor Z. brevisrostris “A gente tem que fazer com que aconteça a ação operacional, passando de uma ação estratégica para operacional, como por exemplo a criação de uma unidade de conservação”.

Essas diferentes ações estão presentes em todos os PANs em execução. Quando comparados os dois tipos de ações, o interlocutor fala que as propositivas são finalizadas ou tem melhor andamento, em relação às ações executivas. Nos painéis de gestão dessas políticas, ele ainda destaca que a falta de pessoas e de capacidade de governança é o principal impeditivo para o bom andamento de ações executivas. A dificuldade para o andamento de ambas as categorias de ações ocorre pela falta de recursos financeiros destinados à implementação dessa política, não chegando esse tipo de suporte para execução das mesmas, o que intensifica a necessidade da utilização de projetos já existentes no território para a construção das ações e também de uma participação social ativa. O problema financeiro se intensificou pelo desmonte de políticas públicas relacionadas à conservação da sociobiodiversidade no período de 2016 a 2022, com corte de investimentos e perda de vínculos com parceiros como a Petrobrás que destinava recursos para o financiamento de projetos socioambientais. Além da crise causada pela pandemia de COVID-19 que afetou diretamente na implementação e execução das ações, e acompanhamento das mesmas durante os processos de monitoria.

Um fator que impactou no modo como foram realizadas as atividades do GAT foi a pandemia ocasionada pela COVID-19, que além dos danos causados na vida pessoal e profissional de cada um também modificou o modo de execução das monitorias, com o ambiente virtual servindo de local de encontro para os atores responsáveis pela coordenação e gestão da política. Uma interlocutora fala sobre os prós e contras existentes nessa forma de realizar o monitoramento dentro do PAN Lagoas do Sul:

[...] A última monitoria que foi feita em abril de 2021 ela foi virtual, usando um aplicativo, e que eu por estar longe me senti muito feliz por poder participar desta monitoria e continuar em isolamento[...]. Enquanto uma monitoria presencial é super boa e geralmente tem os custos pagos pela instituição, mas envolve um gasto e umas pegadas de carbono grandes..., mas claro que tem prós e contras sempre, pois se encontrar com essas pessoas é sempre especial. (A. kleinii)

No contexto, da etapa de construção do PAN Lagoas houve processos de inovação que foram aprovados pela COPAN. Esses constaram da proposta de interlocução com os processos em curso nos colegiados e fóruns existentes no território. Essa etapa de apresentação da proposta do plano e interlocução com os colegiados foi anterior à das oficinas de construção do PAN, permitindo que os atores convidados e indicados para participação no processo de construção do PAN, já havia um certo conhecimento sobre a proposta do plano e

sua gestão. Essa consideração pelos atores presentes nos espaços de gestão compartilhada nos territórios, é uma das principais características de PANs territoriais.

3.4 PANS TERRITORIAIS: UMA CONSTRUÇÃO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES

Uma das principais características evidenciada pelos interlocutores sobre os PANs territoriais é a relação da evolução desses planos com o aumento da participação social. Além da participação de diversos atores da sociedade civil identificou-se, no decorrer do tempo de criação dos PANs, que a inclusão do ambiente na abordagem de conservação das espécies ameaçadas de extinção, e segundo o interlocutor L. guttulus, tinham propostas mais robustas e com maior efetividade. Conforme L. guttulus, “Então o perfil muda, se a gente pegar um perfil de PAN antigo, tipo o “aves de rapina” (PAN Aves de Rapina) e comparar com os PANs novos, a gente consegue ver essa diferença.” Evidenciando a maior efetividade dos PANs com abordagem no espaço geográfico, pois sua abrangência *per se* proporciona maior inclusão social.

Esta abordagem territorial tem o PAN Lagoas do Sul como um dos pioneiros. Entretanto, nesse sentido alguns interlocutores citaram o PAN Manguezais como o precursor deste tipo de enfoque:

[...] Nesse território existem várias espécies da fauna e da flora que estão ameaçadas de extinção, existem vários modos de vida que se inserem nesse território, e aí uma aposta é uma abordagem territorial. Identificar territorialidades desses diferentes modos de vida que possam impactar positivamente na conservação de espécies e de ambientes, e tentar criar mecanismos de valorização dessas territorialidades, de irradiação para que as espécies se conservem a partir dessa relação humana, desses modos de vida, de maneira integrada. Esse é um caminho possível que a gente tem apostado e que os desafios continuam, em termo de representatividade, de legitimidade, de capacidade de gestão, de governança... (C. lilloi)

[...] porque quando você pensa em território você pensa em todas as espécies ameaçadas que existem em um lugar, as não ameaçadas e as relações ecológicas existentes. Você traz as pessoas que vivem naquele lugar para dentro do programa de gestão de ações de conservação e beneficia com essas ações de conservação muitas espécies de um lugar só. (A. kleinii)

Nos PANs territoriais, observamos um GAT robusto, o que possibilita a presença de diferentes atores, e áreas da sociedade, contribuindo para a implementação do PAN Lagoas do Sul. Enquanto nos PANs de enfoque taxonômico é mais comum observar GATs menores e compostos principalmente por pessoas vinculadas com a academia. No PAN Lagoas do Sul há

um equilíbrio na representatividade tanto geográfica, quanto de diferentes setores da sociedade, permitindo o exercício de diferentes percepções e visões sobre o mesmo território.

Esse me parece ser um dos diferenciais desse PAN com abordagem territorial. A reunião de diversos setores da sociedade teve a participação de gestores vinculados ao ICMBio, docentes e pesquisadores de universidades e da Embrapa, ONGs, Comitês de Bacia, Assistência Técnica e Extensão Rural voltada para indígenas, órgãos colegiados indigenistas, representantes de PCTs, muitos desses atores integrantes de redes socioambientais, como a Rota dos Butiazais, Cadeia Solidária das Frutas Nativas e participantes dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial e Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Coelho-de-Souza *et al.*, 2021). Esses atores, membros do GAT, conectados a suas redes, possibilitaram agregar diversas percepções para a construção da multidimensionalidade, transdisciplinaridade e intercientificidade presente no PAN Lagoas do Sul.

Em relação à participação de povos e comunidades tradicionais, destacou-se a representação quilombola presente nessa política e integrante do GAT, que participou das etapas desde a oficina de elaboração até o momento atual, trazendo suas visões sobre território e conservação para essa ferramenta de gestão pública (C. fulgens): “[...] A natureza é meu território, a terra é meu território, a terra é de todos. Eu acho que colocam como um lugar específico para cada tribo, e que não sei se concordo com isso”. (L. arambarensis)

Assim, como as áreas de conhecimento apresentam diferentes conceitos de território, essas percepções acabam compondo essas políticas, a partir dos gestores e órgão implementador, possibilitando a existência de mais de uma forma de construção do enfoque territorial dentro dessa política. O território geralmente é interpretado apenas como espaço geográfico onde será implementado o plano, levando em consideração as particularidades da região e a territorialidade das espécies foco. De acordo com o interlocutor C. lilloi, na construção do PAN Lagoas do Sul, isso aconteceu de maneira diversa, no qual foi observado também as diferentes percepções de território entre os interlocutores entrevistados, assim como suas percepções sobre territorialidade. Nesse contexto, o PAN priorizou compreender a importância do território e da terra para as práticas sociais e culturais das comunidades indígenas guarani, das comunidades quilombolas e comunidades de pescadores artesanais.

E para a implementação e alcance do objetivo de proteção das espécies ameaçadas de extinção, em PANs com extensa região de atuação e com grande número de espécies e ambientes, foi identificada a necessidade de uma construção mais longa, principalmente das etapas iniciais, como a oficina de elaboração, para conseguir chegar às mais diversas regiões no vasto território do PAN Lagoas do sul.

O papel do coordenador de plano de ação foi destacado nas entrevistas, principalmente quando perguntado sobre o funcionamento dos PANs e sobre o diferencial do PAN Lagoas do Sul, conseguindo aproximar as pessoas e as instituições parceiras do território do PAN e promovendo assim a participação social. Os interlocutores trouxeram o coordenador de PANs como a pessoa responsável por guiar o caminho e incentivando a participação e integração dos atores dentro do plano. O coordenador é essencial na execução do enfoque territorial dos PANs, pois requer a habilidade de mediar e provocar a participação de muitas pessoas para implementação de um processo democrático que permita que a construção da gestão do PAN seja direcionada para a coexistência de múltiplas territorialidades, destacando as territorialidades das espécies ameaçadas de extinção.

O perfil das pessoas que participam da elaboração e implementação dessa política é definido pela coordenação do centro de pesquisa responsável pela gestão do PAN. Nas entrevistas ficou evidente que quanto mais atores diretamente relacionados à região, maior é o vínculo dessas pessoas com a própria política pública de conservação, trazendo diferentes resultados, se comparados com PANs focados em atores relacionados à gestão e administração pública ligados diretamente ao ICMBio.

Esse esforço de trazer diferentes atores para a construção das ações também resulta em dificuldades. São trazidas para discussão situações de conflito existentes no território, e assim se faz um esforço para encontrar um acordo entre as diferentes partes, resultando em ganhos e prejuízos, caracterizando-se por se tratar de uma gestão compartilhada. Inclusive, com a finalização de algumas ações, devido a essas disputas existentes no território:

[...] eu poderia dar aqui o exemplo do PAN Tubarões, mesmo que a retirada de um determinado apetrecho de pesca, da pesca industrial, seja superimportante para a conservação dos tubarões, isso não aconteceu porque o setor é muito bem-organizado, está forte, e entende que não é importante, ou seja, que não é isso que vai salvar os tubarões... (Z. brevirostris)

De acordo com os interlocutores, o PAN Lagoas do Sul é caracterizado por abranger um extenso território e pela falta de recursos financeiros e pessoas trabalhando exclusivamente com a implementação desta ferramenta, além da dificuldade em acompanhar o andamento das ações e identificar a efetividade delas (no período pandêmico quando a pesquisa foi realizada).

Como parte da implementação dos PANs vem da presença de recurso financeiro e recurso humano, foi destacada a maior dificuldade de se conseguir parcerias para PANs com extensão territorial muito grande, se comparada com PANs menores. A construção desses

planos depende de que os articuladores consigam participar das diferentes etapas, além das relações com instituições públicas e privadas. PANs que abrangem ambientes muito extensos, por exemplo, possuem menor articulação em proporção a PANs específicos e regionalizados:

[...] Acho que esses planos maiores, que tem uma atuação de nível nacional, eles exigem essa forma de atuação diferenciada. Não dá para comparar um PAN que é local, que é super pequeno, ou monoespecífico, de uma espécie só, com um PAN que é a costa toda do país. (L. guttulus)

Estas limitações direcionam para uma regionalização dos PANs, a partir de territórios com identidade, como no caso do critério adotado pela política territorial brasileira (Coelho-de-Souza *et al.*, 2021). Os interlocutores concordaram que nenhuma abordagem é melhor do que a outra por si, mas sim cada abordagem se adequa melhor a proposta de conservação e ao centro de pesquisa que elabora o plano. Todos comentaram as diferenças entre os enfoques destacando o caminho da abordagem taxonômica até a criação da abordagem territorial, como uma evolução da política.

Os planos de ação nacionais como ferramentas destinadas a promover a conservação das espécies ameaçadas de extinção no Brasil, possuem como foco, esses grupos ameaçados, e, parte de sua criação necessita da articulação de pessoas relacionadas aos organismos, aos ambientes e ao território a ser conservado. Essa junção de diversas pessoas em uma mesma política promove a interação entre diferentes perspectivas de como deve ser feita a conservação. O uso da conservação das espécies em risco de extinção como base dos PANs mantém os passos metodológicos para a criação desses planos, porém a forma de colocar em prática depende dos atores que integram a gestão e a abordagem escolhida para a proteção ambiental. No caso das ações do PAN Lagoas do Sul, as espécies servem de referência para a escolha dos ambientes prioritários, mas não são o foco central dos textos das ações:

[...] qualquer política ambiental ela tem que passar por esses diferentes entes, e com uma participação muito ativa da sociedade, porque só o poder educador ou repressor, eles não são o suficiente num país na dimensão do que a gente tem. (B. itatinensis)

[...] Mas normalmente, o que é que eu penso, a gente trabalha com a ideia das espécies que já estão com algum estado crítico de proteção, então são espécies que as pessoas não têm muito contato, nem visual. (U. tridentata)

O Brasil, estruturado a partir de políticas públicas coloniais, tem por costume produzir uma gestão territorial que avança sobre a biodiversidade e comunidades humanas, de forma a devastar e se apropriar do território. A partir da construção de políticas de conservação com

abordagem territorial, o pensamento decolonial passa a estar presente na estruturação de ferramentas de gestão, considerando a proteção das espécies, dos ambientes e de sua gente, identificando modos de vida que possuem potencial para a conservação da biodiversidade, promovendo práticas sustentáveis, e assim permitir o resgate e a valorização da diversidade de modos de vida tradicionais e sustentáveis e suas territorialidades.

3.4.1 O PAN territorial: PAN Lagoas do Sul

Os PANs são formulados a partir de legislação bem estruturada e documentos que guiam sua criação e implementação. Porém esta é uma política feita por pessoas fortemente ligadas à conservação da sociobiodiversidade. A construção de um PAN com enfoque territorial vai trazer muitos detalhes a serem trabalhados nos planos como a integração das territorialidades humanas, da fauna e da flora da região abordada e as ações incluídas na matriz do plano. Enquanto PANs com abordagem taxonômica vão ser focados na conservação da espécie e de ameaças relacionadas diretamente a ela, PANs ecossistêmicos, em destaque para os PANs com enfoque territorial, apresentam as mesmas estratégias. Integrando também os impactos e ameaças aos ambientes e aos modos de vida tradicionais e sustentáveis.

Este diferencial também apresenta desafios como a participação dos atores presentes no território e a compreensão da efetividade dessas ferramentas para conservação das espécies ameaçadas de extinção e ambientes associados. A junção da análise de fatores ecológicos econômicos e sociais presentes nessa abordagem territorial faz com que a medição da efetividade dentro do PAN Lagoas do Sul ainda seja um aspecto a ser desenvolvido, principalmente pelo fato de que no período de cinco anos do plano é difícil de se identificar os avanços na conservação das espécies:

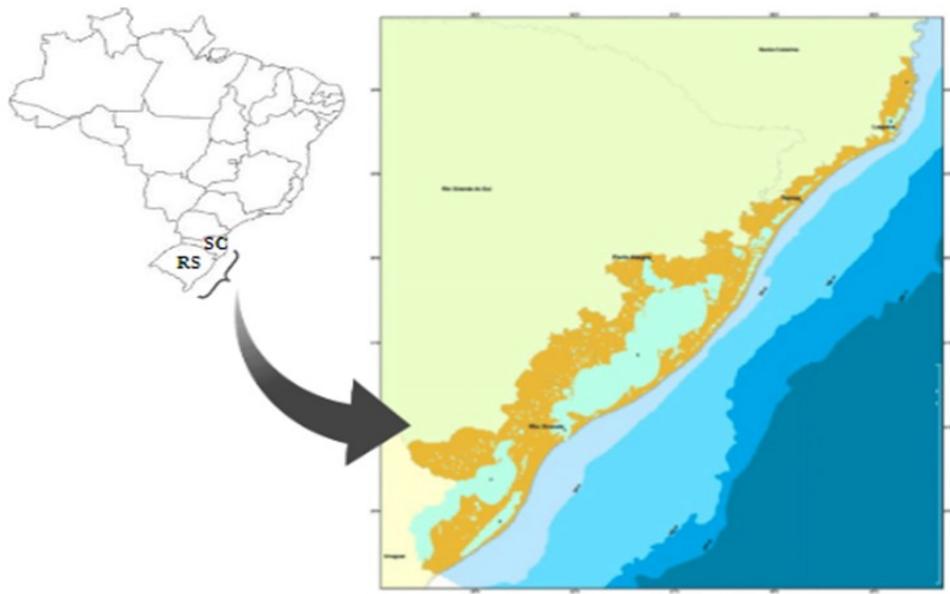
[...] Se for comparar um plano de espécies, onde só vão os especialistas, que têm aquela visão bastante fechada e focada com um PAN territorial que procura apresentar e aproximar todos os tipos de conhecimento daquele ambiente, seja especializado, seja por vivência, seja por cultura. (U. tridentata)

A escolha da região representada pelo PAN Lagoas do Sul como área prioritária é devido a presença da zona das lagoas costeiras do sul do Brasil, que ocorrem do Estado de Santa Catarina até o Sul do Estado do Rio Grande do Sul, local onde ocorre grande diversidade de ecossistemas aquáticos e terrestres, além de possuir a maior laguna do Brasil, a Lagoa dos Patos (Figura 1) (Coelho-de-Souza *et al.*, 2021; Baggio, 2018). O PAN Lagoas do Sul abrange espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção que são encontradas na região

do complexo estuarino-lagunar litorâneo do sul do Brasil, incluindo 29 espécies de mamíferos, aves, peixes, répteis, moluscos e crustáceos e 133 espécies de plantas que são contemplados diretamente pelas ações desta política (Baggio, 2018).

No território do PAN Lagoas do Sul são encontradas regiões urbanas, periurbanas e rurais. Os Povos e Comunidades Tradicionais presentes no território do PAN Lagoas do Sul, representados por pescadores artesanais, indígenas Guarani, comunidades remanescentes de quilombos e agricultores familiares, em especial imigrantes açorianos, alemães, poloneses, italianos e japoneses, possuem forte relação com o território (Coelho-de-Souza, G. *et al.*, 2021). Segundo eles, em relação aos modos de vidas dos povos e comunidades tradicionais: “Esses modos de vida se constituem na expressão de usos sustentáveis associados aos recursos naturais, contribuindo para a conservação das espécies ameaçadas de extinção” (Coelho-de-Souza *et al.*, 2021, p. 5).

Figura 14 - Mapa da região de abrangência do PAN Lagoas do Sul



Fonte: Adaptado de Coelho-de-Souza *et al.* (2021).

Quando olhamos o PAN Lagoas do Sul observamos um diferencial na forma de tratar a presença das pessoas que constroem a ferramenta de conservação. A participação social se mostra vital para a existência do PAN e para a execução de suas ações, que são espalhadas no território do plano (do Chuí, RS a Palhoça, SC). Por exemplo, observa-se que no território do PAN Lagoas do Sul, as espécies ameaçadas de extinção convivem em ecossistemas nativos e antropizados com comunidades urbanas e rurais, incluindo uma capital e vários municípios. Nessa região, além disso, destaca-se a produção de alimentos tradicionais, como farinhas de

mandioca e rapaduras, a produção de cachaça, o manejo de produtos da sociobiodiversidade, como a juçara e o butiá, a produção de hortifrutí, arroz e pecuária. (Santos; Lima; Coelho-de-Souza, 2017)

Inicialmente o PAN Lagoas do Sul estava sendo delineado como um plano de ação para a conservação de ambientes de marismas (PAN Marismas), pela importância desses ambientes de áreas úmidas na região sul do Brasil. Naquele momento, o antigo centro de pesquisa e conservação denominado Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos (CEPERG), com sede em Rio Grande-RS, foi cogitado como ponto focal da elaboração deste PAN, com apoio do CEPSUL. Com o fim deste centro em 2015, sendo este incorporado ao CEPSUL como uma Base Avançada, as atividades de elaboração deste PAN, passou a ser coordenador por este centro. Já dentro do CEPSUL, os gestores que estavam a frente desse plano perceberam que apesar da importância das marismas para as lagoas costeiras, elas eram insuficientes para abarcar a complexidade do território e mobilizar grande parte dos atores presentes. Houve, então, o delineamento para abranger a região das lagoas e lagunas da região sul do Brasil, integrando todos os ambientes e territorialidades presentes na região delimitada para a atuação do plano: [...] é o ecossistema, as áreas úmidas e alagadas. São ecossistemas diferenciados no planeta Terra, são muito ricos em biodiversidade, então o principal diferencial do PAN Lagoas do Sul é o ecossistema em que ele está inserido. (C. mydas)

O CEPSUL é um centro que faz a gestão de PANs de grande extensão territorial e grande complexidade, sendo eles: PAN Tubarões, PAN Corais e o PAN Lagoas do Sul. Este centro de pesquisa e conservação iniciou suas atividades numa época em que estavam sendo estabelecidos os PANs de abrangência ecossistêmica, apesar de ter uma equipe pequena, aceitou o desafio para sua implementação. Um diferencial é esta forma de construir as etapas iniciais mais longas, para garantir que estes planos tenham a robustez necessária, e para isso cada analista que trabalha no CEPSUL precisa executar diversas tarefas, pois são muitos os processos presentes dentro do centro. Além disso, a parceria com instituições públicas e privadas e com a sociedade civil tem um papel essencial para a execução desses planos no órgão:

[...] Não tem só pesquisadores, têm atores que estão envolvidos em colegiados que têm uma certa penetração numa rede... Eu fui convidado através do comitê da bacia do rio Tramandaí e essa bacia tem um colar de lagoas costeiras. Basicamente toda a bacia do rio Tramandaí está no PAN. (C. fulgens)

A diversidade de atores também foi pauta das conversas sobre os diferenciais deste PAN com foco territorial. Além dos coordenadores vinculados ao ICMBio professores pesquisadores com viés mais acadêmico, foram convidados gestores de ONGs, pessoas relacionadas a práticas sustentáveis dentro do território e representantes e lideranças de povos e comunidades tradicionais. Por exemplo, a participação da SEMA-RS na implementação e promoção das ações do PAN Lagoas do Sul reflete sobre o potencial do enfoque territorial dialogar com diferentes esferas de gestão pública e conectá-la com os atores relacionados aos mais diferentes movimentos sociais e assim alcançar maior regionalização e efetividade para a conservação das espécies ameaçadas de extinção. Em contraposição, instituições públicas de Santa Catarina não atuam ativamente na política, consequência do modo de conservação praticado no Estado, com poucas políticas voltadas para povos e comunidades tradicionais e para a conservação das áreas úmidas, como banhados:

[...] grande parte desse território, que é terrestre também, corta as lagoas no meio, então metade é APA e metade não é. Então a gente está no GT lagoas construindo a noção de que não adianta conservar meia lagoa, as lagoas vão sofrer impactos se não forem vistas enquanto bacia hidrográfica, enquanto áreas úmidas. (G. planifrons)

O CNPC foi reconhecido pelos interlocutores como tendo um papel único para o desenvolvimento de planos com abordagem ecossistêmica, destacando-se a criação do PAN Lagoas do Sul como um diferencial pela própria equipe de gestores presentes no CEPSUL. Houve dúvidas sobre o pioneirismo do PAN Lagoas do Sul como estreia da abordagem territorial, alguns interlocutores citaram que no PAN Manguezais está o surgimento desta abordagem. Porém foi unânime o reconhecimento do papel da gestão do CEPSUL na implementação dessa abordagem territorial, que tem como diferencial a participação social e a inclusão de ações já existentes dentro do território, que passaram a estar articuladas a essa política pública. Então, a coletividade tem um papel importante na construção do PAN Lagoas do Sul uma vez que a base de suas ações são projetos executados por espaços de governança multi-institucionais existentes dentro do território abrangidos pela política:

[...] essa característica socioambiental que o PAN tem, e incluir as pessoas como modos de vida a serem preservados, e não como veículos para se conservar espécies de flora e fauna. (A. kleinii)

[...] E por ser mais humano, às vezes as pessoas têm dificuldade em enxergar a conservação da espécie ameaçada. Sendo que a espécie ameaçada não está sozinha no ambiente, ela depende de algumas outras coisas que talvez a gente não esteja enxergando. (Z. brevirostris)

A participação social para decisões relacionadas à conservação da biodiversidade é vista em diferentes frentes, participando de audiências públicas, plebiscitos sobre pautas legislativas e administrativas, e participação ativa dentro dos planos para a construção coletiva da conservação da sociobiodiversidade. Apesar dos esforços para a integração de diversos atores nas políticas públicas de conservação, observa-se que reunir pessoas de povos e comunidades tradicionais, empresas que atuam na região a ser conservada e até mesmo atores que estariam em conflito com essas práticas de conservação, é um desafio enfrentado pelos coordenadores dos planos de ação nacional. Além de que essa participação social ampla e diversa permite que resultados e produtos inesperados sejam descobertos a cada monitoria:

[...] Uma coisa que o pessoal se assustou com essas mega mineração é como tem quilombo, que a gente nem imaginava, e é isso que estão trancando-os [...] então nós, os povos originários, os recusados, estamos salvando a natureza. (L. arambarensis)

[...] um mestrado com essa característica que você está fazendo, tem as fichas das espécies, tem os bichos, a contação de história. A gente não imaginava que isso ia acontecer. A gente não imaginava que teria um projeto PANexus fazendo essa ponte da segurança alimentar com a conservação pelo uso, a gente não imaginava que teria um programa SocioBioCotidiano fazendo tantas pontes que está fazendo. A gente não imaginava que teria grupo de trabalho dentro de unidade de conservação para lidar com a questão das lagoas. Isso não estava previsto na elaboração do PAN[...] (C. lilloi)

[...] Então, o caminho para a gente lidar com isso passa, e talvez seja essencialmente, o caminho da descolonização, da decolonização. E a decolonização passa por integrar diferentes modos de vida, diferentes percepções, diferentes jeitos de pensar, gerando possibilidades de controle social sobre o território. (C. lilloi)

A representação dentro da gestão do PAN engloba também a participação de instituições estaduais dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a promoção da conservação em seus ambientes relacionados às lagoas costeiras, essa participação tem como papel fortalecer vínculo entre organizações e movimentos sociais existentes no território com a esfera pública capaz de produzir novas ações e políticas para a conservação da sociobiodiversidade regional. Dentro do PAN Lagoas do Sul é visto maior participação da Secretaria estadual do meio ambiente no Rio Grande do Sul (SEMA-RS) para a implementação, monitoria e avaliação das ações realizadas pelo plano de ação, enquanto o instituto do meio ambiente de Santa Catarina (IMA) ou não foi mencionado pelos interlocutores ou quando mencionado foi dito que possui papel pouco colaborativo com a política:

[...] Uma coisa que a gente vê, pensando em território, como é diferente SC e RS. SC é muito mais difícil, a gente não consegue fazer o que faz no RS. Tem pessoas engajadas nos dois estados, mas em SC tem um problema de territorialidade muito grande, provavelmente envolvida com a gestão. (Z. breviostris)

Reconhecendo as dificuldades para inclusão da sociedade civil na construção e implementação dos PANs: L. guttulus afirma que “[...] A participação ainda tem um caminho longo para se percorrer, para conseguir uma participação social mais ampla e mais eficiente, mas a gente está construindo isso”. Nesse contexto, os gestores e coordenadores vinculados ao centro de pesquisa e conservação responsável pela construção do PAN Lagoas do Sul foram em busca de metodologias e práticas capazes de buscar maior participação social. Entre elas, foi adotada a metodologia de bola de neve utilizada para identificar grupos de governança e lideranças relacionadas a povos e comunidades tradicionais e modos de vida sustentáveis dentro do território abarcado pela política.

Dentro do PAN Lagoas do Sul é possível observar uma afinidade entre as pessoas que executam e implementam a política. Apesar da diversidade de atores e das diversas formas de se entender conservação, por meio das entrevistas é possível compreender o vínculo construído a partir de um mesmo objetivo. Essa relação de companheirismo entre os atores responsáveis pela implementação da política e vínculo com o território abrangido pelo PAN Lagoas do Sul tem como resultado também maior comprometimento e afetividade com o plano de ação nacional.

Esta visão de complementariedade e interação entre os membros do GAT é explicada pelo histórico da composição desse colegiado. Segundo a Portaria Nº 404, de 15 de agosto de 2019, o PAN Lagoas do Sul possuía quinze integrantes em seu GAT, sendo um coordenador vinculado ao CEPSUL, dois integrantes vinculados à centros de pesquisa (CEPSUL e CNCFlora), um integrante vinculado a instituições federais (EMBRAPA), quatro integrantes vinculados a universidades (FURG, UFRGS, UFSC, UNISUL), dois integrantes vinculados a instituições estaduais (SEMA, CEPI), cinco integrantes vinculados a espaços de governança no território do PAN Lagoas do Sul (Instituto Curicaca, Fórum Lagoa dos Patos/RS, Comitê de Bacia do Rio Tramandaí/RS, Quilombo Chácara da Cruz/RS, ANAMA). Após o decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, seguido do decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, que muda a forma de composição dos cargos em comissão e funções de confiança dentro do ICMBio, podemos visualizar a partir da Portaria ICMBio nº 645, de 9 de agosto de 2022, a implementação do GAT com apenas cinco integrantes todos da esfera federal, sendo

um coordenador vinculado ao CEPSUL, um integrante relacionado à EMBRAPA e três integrantes relacionados às universidades federais.

Essa realidade impressa pelo governo federal entre os anos de 2016 e 2022 teve fortes impactos sobre os processos de participação social em curso. No caso do PAN Lagoas do Sul, o GAT estendido decidiu pela implementação dos membros previstos na norma, no número máximo possível, e todos os outros passaram a integrar a lista de convidados, aumentando, inclusive o número total de quinze membros.

3.4.2 Percepções dos membros do GAT sobre as práticas no território do PAN Lagoas do Sul

Em busca de analisar as práticas presentes no território do PAN, foi analisada a percepção dos membros do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) sobre a (in)sustentabilidade das práticas, associadas às diferentes territorialidades, sobre os ecossistemas nativos no território do PAN Lagoas do Sul. As práticas, categorizadas nas entrevistas com os 10 membros do GAT do PAN Lagoas do Sul, estão associadas a diferentes territorialidades, que geram diferentes graus de impacto sobre os ecossistemas nativos do território.

Observa-se no Figura 15 que, das 21 práticas identificadas, 11 (52,4%) correspondem a práticas sustentáveis e/ou tradicionais, enquanto 10 (47,6%) correspondem a práticas com impactos negativos. Dentre as práticas reconhecidas pela maioria dos entrevistados, destaca-se como sustentáveis a pesca artesanal, citada na maioria das entrevistas (8 vezes, 38%), seguida pelos modos de vida indígenas (7 vezes, 33%), modos de vida quilombola (6 vezes, 28,5%) e pela agricultura familiar 5 (23,8%). Dentre as práticas com impactos negativos, a pesca industrial e a agricultura convencionais foram citadas por 7 (33%) dos entrevistados

Figura 15 - Práticas sustentáveis e tradicionais e práticas com impactos negativos levantadas pelos interlocutores pertencentes ao GAT

Práticas sustentáveis e tradicionais	Nº de entrevistas	Práticas com impacto negativo	Nº de entrevistas
pesca artesanal	8	pesca industrial	7
modo de vida indígena	7	agricultura convencional	7
modo de vida quilombola	6	turismo convencional	6
agricultura familiar	5	urbanização	5
agroecologia	2	mega construções	4
extrativismo sustentável	2	silvicultura	3
turismo ecológico	2	caça esportiva	2
meliponicultura	2	cultivo marinho	2
consumo sustentável	2	extrativismo plantas nativas	1
pecuária orgânica	1	conversão em pastagem	1
guardiões de sementes	1		

Fonte: Elaborada pela autora.

Na percepção dos membros do GAT quanto às práticas com impactos negativos, destacam-se aquelas em ambientes terrestres, banhados e áreas úmidas a partir da agricultura convencional, como o cultivo de arroz e soja, impactando também os corpos d'água pelo uso de agrotóxicos. Quando refletimos sobre conservação da biodiversidade e o papel das pessoas na existência das espécies nos ambientes, comumente são atribuídos os impactos às pessoas, aos indivíduos, excluindo a responsabilidade do modo de vida globalizado e predatório no qual a sociedade humana está inserida, sendo os sistemas de abastecimento globalizados um dos principais responsáveis.

Entre as práticas predatórias destaca-se a pesca predatória e o agronegócio, fruto de políticas públicas desenvolvimentistas, que se opõe à conservação da sociobiodiversidade, promovendo um turismo sem educação ambiental, criando políticas que liberam a utilização de agrotóxicos próximo às comunidades rurais, financiando a urbanização com foco no mercado imobiliário, gerando aumento da desigualdade social e a produção de poluição.

De acordo com os entrevistados, o coletivo tem um papel decisivo para a mudança das práticas predatórias e danosas para a vida, que muitas vezes, são as que sustentam pesquisas sobre a biodiversidade:

[...], mas se eu for pegar os invertebrados de água doce, muitas vezes eu fui para os rios para vê-los e tinha a ver com construção de usinas hidrelétricas. Ou PCHs ou grandes centrais elétricas. Apesar de estar lá vendo e registrando, é porque o ambiente iria ser destruído. (A. obstipa)

A mesmo tempo, ações com impacto positivo são mais difíceis de serem visualizadas, para o interlocutor Z. brevirostris “[...] talvez na lagoa do peixe, ali tenha uma interação humana positiva, ou seja, a espécie está ali porque ali tem menos ação. Mas não posso associar, porque, por exemplo, vi viola lá e vi viola fora da unidade de conservação”. Nesse contexto, determinadas práticas podem infligir em ambos os impactos. As atividades de turismo tendem a ser sustentáveis quando focam na observação e interação com a natureza. De acordo com o interlocutor C. mydas: “[...] as espécies que eu vi no Taim estão associadas à UC. Mas sempre que vi estava associada uma atividade, turismo, pesca[...]”. Entretanto, várias delas estão no rol de práticas predatórias no território do PAN:

[...] A própria questão do turismo, muitos desses organismos que a gente viu aí eles vão estar na praia ou eles vão estar nas dunas, e o turismo hoje é bastante predatório. A questão do lixo, mais vinculado ao turismo do que ao próprio saneamento da prefeitura. (U. tridentata)

Na percepção dos membros do GAT os sistemas lagunares foram identificados como os ecossistemas com maior susceptibilidade, recebendo impactos diretos e indiretos resultantes da sustentabilidade das práticas. De acordo com o interlocutor L. arambarensis: “[...] porque o quilombo é próximo de lavouras, agora não tem, mas tinha baitas lavouras que colocavam venenos de avião e o quilombo ali. Provavelmente porque não foi só ele que aconteceu isso, aconteceu com a Susana, e teve doença degenerativa. Tanto é que tem uma que está com Alzheimer, tem Parkinson”.

Entre as práticas sustentáveis foram destacadas aquelas ligadas aos modos tradicionais e às diferentes formas de manejo, como a pesca com "calão". De acordo com o interlocutor Z. brevirostris:

[...] existe uma dualidade nas ações antrópicas. Eu particularmente gosto muito da pesca. A pesca para mim tem isso da dualidade, do bom e do ruim ao mesmo tempo. É uma extração, mas eu prefiro a pesca que o cultivo, eu acho que é melhor pescar de maneira adequada do que cultivar (cultivo marinho).

As práticas associadas às territorialidades tradicionais e da agricultura familiar como as atividades sustentáveis de caça para consumo, inclusive de espécies abrangidas pelo PAN Lagoas do Sul, e a culinária utilizando recursos da sociobiodiversidade, se mostraram como as mais sustentáveis. De acordo com o interlocutor C. fulgens:

[...] E se for procurar no rol das atividades, tem muitas ações que incluem pesca, povos indígenas e comunidades quilombolas. São esses 3 principais grupos e tem também agricultores familiares que entram nessa categoria. Então tem umas 150 atividades que envolvem esses 4 grupos de PCTs e não necessariamente essas comunidades estão dentro da articulação do PAN. Elas têm e participam de projetos, pois o PAN foi construído dessa maneira, vários projetos que já estavam em andamento e viemos fazer parte, não saíram projetos do PAN, foi um punhado de projetos que estavam acontecendo no território do PAN

Esses resultados corroboram a estratégia do PAN de fortalecer modos de vida tradicionais e sustentáveis, confirmando a hipótese socioambiental de que os povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares agroecológicos apresentam modos de vida sustentáveis. Essa constatação contribui na construção da perspectiva da coexistência entre as territorialidades desses grupos humanos com espécies da flora e fauna, e potencialmente, com as espécies ameaçadas de extinção, evidenciando a possibilidade de estratégias de políticas intersetoriais, considerando o fortalecimento de modos de vida de pessoas que tem difícil acesso a políticas públicas, como atendendo a objetivos de conservação da biodiversidade, foco de políticas ambientais.

4 TERRITORIALIDADES E PERSPECTIVAS DE CONSERVAÇÃO NO PAN LAGOAS DO SUL

Atualmente, temos 46 PANs em execução abordando 80% das espécies ameaçadas de extinção brasileiras com estratégias de conservação, que, apesar das diferentes espécies abordadas e diferentes enfoques utilizados para a conservação dessas espécies, compartilham o mesmo objetivo de juntar pessoas interessadas e empenhadas para criar ações para a conservação da biodiversidade Brasileira. Essa junção de diferentes atores permite a construção de uma política pública ambiental que trabalha sobre a complexidade das interações ser-humano e meio ambiente, valorizando as perspectivas existentes dos que auxiliam na criação da ferramenta de conservação, promovendo práticas tradicionais e sustentáveis existentes a partir da articulação humana:

[...] A gente sabe que a restinga tem orquídeas grandes, ... com um apelo ornamental muito grande, e para mim, que apoio e uso a IUCN, a coleta e extração desse tipo de planta é ilegal, e isso afeta muitas espécies do PAN e existem ações de conservação até vislumbradas pela Gabriela Coelho para pensar em fazer hortos e orquidários junto aos guaranis para a produção de mudas, o que seria um sonho acontecer. (A. kleinii)

[...] É preciso a gente trocar muitos conhecimentos e perspectivas humanas para que as mudanças aconteçam. (C. lilloi)

Perceber a complexidade que havia no território do PAN Lagoas do Sul foi um trabalho feito por meio do amadurecimento do GAT, que permitiu perceber a diversidade de territorialidades e de atores dentro do território, com diferentes perspectivas sobre conservação. Foi mérito da coordenação do PAN promover processos participativos com excelência na mediação, fator que permitiu integrar essas visões para implementar o plano pelas instituições que estavam executando as ações, ao lado da gestão pública. Em mais de uma conversa foi falado como pessoas que integravam o primeiro momento de implementação do PAN não seguiram acompanhando o mesmo, mas que os que ficaram formaram um coletivo bem relacionado e com grande afinidade, apesar de suas diferentes visões sobre como conservar. Essa integração sob o ponto de vista da ferramenta de conservação mostra a potencialidade do GAT com o maior número de pessoas e maior diversidade de atores. E como o diálogo estabelecido entre essas pessoas podem oferecer trocas para a evolução na participação social dentro das políticas públicas.

[...] tem pessoas diversas, representante quilombola, representante de conselho indigenista, tem professor universitário que trabalha com etnobiologia, então assim, é um grupo bem representativo desses setores no território. (G. planifrons)

[...] Lagoas do Sul interage com a natureza, interage com as políticas, a gente interage com tudo. A gente quase se entrelaçou com esse plano de ação. A gente está fazendo parte dele e ele da gente. Então todas as ações que foram feitas, toda essa busca em defesa da natureza, toda essa divindade, faz parte dos componentes desse PAN ((L. arambarensis).

Os atores que participam diretamente da gestão e implementação do PAN Lagoas do Sul, em sua maioria, vivem dentro deste território, fazendo parte deste sistema que buscam proteger. Como exemplificado por Z. brevirostris, “[...] no PAN Lagoas o território está muito próximo, está na feira agroecológica, diferente de outros PANs que está tudo longe da realidade. Geralmente o urbano e o rural são coisas totalmente separadas”.

Este capítulo dá continuidade ao entendimento de como os atores sociais envolvidos em um PAN com enfoque territorial percebem a relação entre as diferentes territorialidades e a conservação das espécies ameaçadas. Também avança nas reflexões sobre a potencialidade da abordagem dos PANs que consideram a coexistência entre as territorialidades da fauna e da flora ameaçadas de extinção, dos povos e comunidades tradicionais e das práticas sustentáveis na conservação da biodiversidade no território da política pública.

Para tanto, ele está organizado em cinco seções. A primeira trata da reflexão sobre a proposta de coexistência entre as territorialidades, intitulada quebrando tabus sobre as relações sociedade e natureza. A segunda trata da relação entre diferentes territorialidades presentes no PAN Lagoas do Sul. A terceira explora as reflexões sobre a coexistência entre territorialidades e políticas públicas, a partir de uma análise das ações no PAN Lagoas do Sul.

4.1 QUEBRANDO TABUS SOBRE AS RELAÇÕES DA SOCIEDADE HUMANA E DEMAIS ELEMENTOS DA NATUREZA: LIÇÕES DO PAN PARA VISUALIZAR O TERRITÓRIO COMO A COEXISTÊNCIA ENTRE TERRITORIALIDADES HUMANAS, DA FAUNA E DA FLORA

A partir das análises realizadas neste trabalho, fui reelaborando minhas percepções sobre as relações entre sociedade e natureza. Minha formação de bióloga voltava minha visão sobre a proteção ambiental preferencialmente para as espécies da flora e fauna, que no meu entendimento necessitavam de proteção e espaço para exercer suas territorialidades. Ao longo de experiências junto a FZB como bolsista de iniciação científica e como discente de disciplinas do Programa de Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), meu olhar se voltou

para a presença das pessoas que dividem espaços com as espécies ameaçadas e a importância da manutenção de suas territorialidades, com potencial de modos de vida tradicionais e sustentáveis que dialogam com a conservação do meio que os cerca. A compreensão sobre as disputas epistemológicas sobre os conceitos de território e territorialidade dentro das diferentes áreas de conhecimento foi desafiadora. Com isso introduzo no trabalho, as reflexões que surgiram a partir de trocas que tive com pesquisadores de diferentes áreas para complementar meus entendimentos.

Venho das ciências biológicas e as diferenças dos conceitos existentes entre as áreas de conhecimento me levaram a conversar com professor de ecologia da UFRGS, onde debatemos sobre o tema e ele me mostrou que além das disputas existia a interseccionalidade. Mesmo em estudos de ecologia humana, território é identificado como área onde são exercidas as necessidades biológicas, incluindo as interações sociais das espécies. Enquanto na geografia é falado sobre os aspectos políticos e de poder existentes na área para a construção do conceito de território, com alguns autores falando sobre cultura como influência.

Essas concepções foram colocadas em diálogo com as concepções dos interlocutores. Entre os membros do GAT, as noções de território aparecem em diferentes perspectivas, encontrando similaridades com os conceitos delimitados na seção 2.2. Como observado na fala a seguir:

[...] O território é uma área de terra, um espaço delimitado fisicamente por estradas, por fronteiras (nacionais ou internacionais). Sendo um espaço onde as populações vivem, se identificam, constroem suas relações sociais e suas relações com o meio...
(A. guariba)

A noção presente na fala de A. guariba destaca a visão política de território, advinda da Geografia, como um local de relações e territorialidades humanas, onde o poder e os signos são realizados (HAESBAERT, R. 2002). No trecho a seguir aparecem noções relacionadas à espacialização geográfica e ao contexto histórico:

[...] Guaranis por exemplo são considerados povos transfronteiriços, o território guarani vem do Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai. guaranis, que possuem uma cultura caminhante, claro que tem uma história ancestral que vem da Amazônia e desceu todo o rio e veio fortemente no século XIX e XX se localizar no sul do país. Ainda assim, temos histórias dos guaranis dialogando com "carais", com seus sábios, com seus curandeiros, no Paraguai. Dialogando sobre um problema de saúde de um familiar e o "carai" dizendo que no sul (Chuí) eles iam achar tal planta que seria a cura para aquela doença. Então, eles saem do Paraguai e descem porque essa é a noção de território, é o conhecimento íntimo que eles têm daquela natureza que ali existe, do pampa, do litoral, da vegetação da mata atlântica, é uma visão muito integrada com os seres que ali vivem. (A. guariba)

Nesta concepção, a territorialidade dos guaranis está em interação com as territorialidades dos elementos das diferentes biorregiões, presentes no território do PAN, ficando clara a interrelação entre os modos de vida humanos e as territorialidades das espécies da fauna e flora. Esta mesma concepção está presente no trecho a seguir:

[...] Território Kaingang é desde onde tem araucárias - Paraná até a região dos Campos de Cima da Serra... no caso da etnia Kaingang, eles são fixados no seu território, onde eles nasceram, onde seus ancestrais nasceram, onde eles enterraram os umbigos dos seus bebês. (A. guariba)

Neste trecho fica clara a concepção de território Kaingang, que contempla o seu espaço de vida, de interação social, de interação com a natureza e com os elementos presentes em sua cosmovisão. O território Kaingang é o mesmo território das araucárias, onde a territorialidade dessa planta coexiste com a territorialidade Kaingang. Nessa concepção as relações ancestrais e culturais com os territórios são consideradas, onde o corpo e o território são considerados unos (Haesbaert, 2020, apud Veeck, 2022; Santos, 2002).

Após esse diálogo e as reflexões que suscitaram, compreendi que essas diferenças entre as áreas se tornam maiores em função do campo científico pelo qual a “lente” é adotada. Quando aproximamos os conceitos oriundos das diferentes áreas, o território passa a ser visto de forma interdisciplinar, sendo possível identificar inter-relações entre eles.

Rever essas interações é importante, para integrar conceitos como Bem Viver junto à territorialidade para estudos antropológicos. Como visto no trabalho de uma colega pesquisadora que buscou entender as diferentes territorialidades e suas relações existentes na Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Durante a construção de seu referencial teórico, a pesquisadora identificou o conceito de “território-corpo” (Haesbaert, 2020) para definir a identidade do território e das territorialidades dos atores de sua pesquisa, integrando as territorialidades das pessoas, das plantas e dos animais que convivem na Horta, dialogando com aspectos sobre territorialidade abordados neste trabalho.

Buscando compreender as territorialidades, busquei conversar com uma amiga pesquisadora especializada em genética de cetáceos e que viveu grande parte da vida em Torres/RS, região pertencente ao PAN Lagoas do Sul. Falamos sobre a existência dos botos no litoral do sul do Brasil e suas relações com os pescadores artesanais, trazendo a diferença da identidade dos botos nas diferentes localidades em que há a ocorrência da interação botos e pescadores, que as populações de botos têm comportamento diferente, assim como as pessoas que interagem com elas. Territorialidades que se inter cruzam e se complementam, adaptando-se a resposta do outro para a cooperação. Ela ressalta que é possível observar em Torres/RS

que a interação diminuiu com o passar do tempo, e que devido à urbanização essa espécie não entra mais na barra da lagoa.

A avaliação da coexistência potencial entre as espécies ameaçadas de extinção e os usos e práticas nos ecossistemas, estão expressas no quadro 6, onde as 29 espécies de fauna ameaçadas no território do PAN se distribuem em 9 tipos de ecossistemas de acordo com Taboada et al. (2020), todos contemplados com ações do plano. Estas podem ser consideradas abrangentes para as espécies e ecossistemas. Destaca-se que a espécie *Cynopoecilus multipapillatus*, que ocorre nos campos úmidos e banhados, não conta com nenhuma ação específica do PAN. As espécies com maior incidência de ações são *Circus cinereus* e *Leopardus wiedii*, ambas totalizando 47. Foram identificados usos sustentáveis e de impacto negativo em todos os ecossistemas. Das 157 ações do PAN, 31 (19,7%) ações são relacionadas a práticas agroecológicas distribuídas em todos os tipos de ecossistemas.

Figura 16 - Ecossistemas, espécies ameaçadas, usos e ações do PAN

Ecossistemas	Espécie (grau de ameaça *)	Usos sustentáveis dos ambientes	Usos com impactos negativos nos ambientes	Ações PAN **	nº Ações
Marinho/ Costeiro	<i>Olivancillaria contortuplicata</i> (CR)	pesca artesanal, catação de frutos do mar, governança da barras das lagoas, banhos	pesca industrial, dejetos industriais e sanitários, embarcações a motor	1.42; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 1.43; 2.31; 2.32	8
	<i>Olivancillaria teaguei</i> (CR)			1.42; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 1.43; 2.31; 2.32	8
	<i>Epinephelus marginatus</i> Garoupa-verdadeira (VU)			1.5; 1.6; 1.47; 1.50; 1.19; 1.31; 2.11; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 3.13; 3.20; 3.21; 4.19; 4.29	16
	<i>Genidens barbatus</i> Bagre-branco (EN)			1.5; 1.6; 1.47; 1.50; 1.19; 1.31; 2.2; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.24; 2.25; 2.26; 2.29; 2.31; 2.32; 2.34; 3.13; 3.20; 3.21; 3.22; 4.19; 4.29	28
	<i>Genidens planifrons</i> Bagre-marinho (CR)			1.5; 1.6; 1.47; 1.50; 1.19; 1.31; 2.2; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.24; 2.25; 2.26; 2.29; 2.31; 2.34; 3.13; 3.20; 3.21; 3.22; 4.19; 4.29	27
	<i>Hippocampus reidi</i> Cavalo-marinho (VU)			1.47; 1.50; 1.19; 1.31; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 3.13; 3.20; 3.21; 4.19; 4.29	13
	<i>Pogonias cromis</i> Miragaia (EN)			1.5; 1.6; 1.47; 1.50; 1.19; 1.31; 2.12; 2.19; 2.2; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 2.32; 2.34; 3.13; 3.20; 3.21; 3.22; 4.19; 4.29	25
	<i>Rhinobatos horkelii</i> Raia-viola (CR)			1.5; 1.6; 1.47; 1.50; 1.19; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 3.13; 3.20; 3.21; 4.19; 4.29	14
	<i>Zapteryx brevirostris</i> Raia-viola (VU)			1.5; 1.6; 1.47; 1.50; 1.19; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 3.13; 3.20; 3.21; 4.19; 4.29	14
	<i>Caretta caretta</i> Tartaruga-cabeçuda (EN)			1.5; 1.6; 1.47; 1.50; 1.19; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 3.13; 3.20; 3.21; 4.19; 4.29	14
<i>Chelonia mydas</i> Tartaruga-verde (VU)	1.5; 1.6; 1.47; 1.50; 1.19; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 3.13; 3.20; 3.21; 4.19; 4.29	14			
Dunas	<i>Ctenomys flamarioni</i> Tuco-tuco (EN)	planejamento urbano ecoturismo	expansão imobiliária silvicultura turismo	1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 1.42; 2.3; 2.4; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 2.32; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.22; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.36	36
Banhados	<i>Asthenes hudsoni</i> João-platino (VU)	cultivo de arroz orgânico, coleta sustentável de fibras	cultivo de arroz convencional; drenagem; expansão urbana	1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.36	33
	<i>Circus cinereus</i> Gavião-cinza (VU)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.3; 2.4; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	47
	<i>Porzana spiloptera</i> Sanã-cinza (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.4; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.33; 4.34; 4.36	37
	<i>Austrolebias nigrofasciatus</i> Peixe-anual (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.36	33
	<i>Cynopoecilus fulgens</i> Peixe-anual (VU)			1.20; 1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	46
	<i>Cynopoecilus multipapillatus</i> Peixe-anual (VU)			-----	0
	<i>Odontesthes bicudo</i> Peixe-rei (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.19; 4.33; 4.34; 4.36	41

Campos Úmidos	<i>Asthenes hudsoni</i> João-platino (VU)	ecoturismo; pecuária extensiva orgânica; pecuária com rotação de carga animal	cultivo de arroz, drenagem, expansão urbana	1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.36	33
	<i>Circus cinereus</i> Gavião-cinza (VU)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.3; 2.4; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	47
	<i>Porzana spiloptera</i> Sanã-cinza (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.4; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.33; 4.34; 4.36	37
	<i>Austrolebias nigrofasciatus</i> Peixe-anual (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.33; 4.34; 4.36	33
	<i>Cynopoecilus fulgens</i> Peixe-anual (VU)			1.20; 1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	46
	<i>Cynopoecilus multipapillatus</i> Peixe-anual (VU)			-----	0
	<i>Odontesthes bicudo</i> Peixe-rei (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.24; 2.25; 2.26; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.19; 4.33; 4.34; 4.36	41
Campos seco e Butiazal	<i>Leopardus munoai</i> Gato-palheiro (VU)	pecuária extensiva orgânica, coleta de butiás, ecoturismo, turismo rural	cultivo de soja e outros; pecuária com alta carga animal	1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.36	31
	<i>Leopardus geoffroyi</i> Gato-do-mato-grande (VU)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.4; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.14; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	45
	<i>Wilfredomys oenax</i> Rato-do-mato (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.3; 2.4; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.36	37
	<i>Ctenomys minutus</i> Tuco-tuco (VU)			1.22; 1.42; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.22; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.36	32
Mata Arenosa	<i>Asthenes hudsoni</i> João-platino (VU)	ecoturismo, extrativismo sustentável, agroflorestas	cultivo de soja e outros, expansão urbana	1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.36	33
	<i>Circus cinereus</i> Gavião-cinza (VU)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.3; 2.4; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	47
	<i>Liolaemus arambarensis</i> Lagartixa-das-dunas (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 1.42; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.13; 3.20; 3.21; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.33; 4.34; 4.36	39
Mata paludosa	<i>Circus cinereus</i> Gavião-cinza (VU)	ecoturismo, extrativismo sustentável, agroflorestas	drenagem, substituição por cultivos e urbanização	1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.3; 2.4; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.30; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	47
	<i>Alouatta guariba clamitans</i> Bugio-ruivo (VU)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.14; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	44
	<i>Herpailurus yagouaroni</i> Jaguarundi (VU)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.14; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	44
	<i>Wilfredomys oenax</i> Rato-do-mato (EN)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.3; 2.4; 2.11; 2.12; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.36	37
Arroios	<i>Aegla obstipa</i> Egla (EN)	pesca artesanal	subtração das matas ciliares, deposição de agrotóxicos	1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.2; 2.11; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.33; 4.34; 4.36	36
Floresta ombrófila densa de terras baixas	<i>Alouatta guariba clamitans</i> Bugio-ruivo (VU)	ecoturismo, extrativismo sustentável, agroflorestas	conversão por cultivos e urbanização	1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.14; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	44
	<i>Leopardus guttulus</i> Gato-do-mato (VU)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.14; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	44
	<i>Leopardus wiedii</i> Gato-maracajá (VU)			1.22; 1.47; 1.50; 1.51; 1.52; 2.3; 2.4; 2.12; 2.15; 2.19; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23; 2.27; 2.28; 2.31; 3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.10; 3.11; 3.14; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.19; 3.22; 3.24; 3.25; 3.27; 3.30; 3.31; 3.32; 4.1; 4.2; 4.3; 4.5; 4.6; 4.31; 4.33; 4.34; 4.36	47

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da análise da coexistência potencial entre espécies, ecossistemas e práticas agroecológicas, percebe-se forte influência da agroecologia que propicia modelos de produção que incorporam princípios de conservação da biodiversidade, contribuindo para a resiliência dos ecossistemas. No contexto do PAN Lagoas do Sul, a agroecologia é uma forte aliada dessa política pública, colaborando para o alcance das Metas de Aichi, por meio da conservação de espécies, promoção do desenvolvimento sustentável, e proteção do bem comum em uma cultura de bem viver.

A partir da perspectiva do Bem Viver (Acosta, 2016), identifica-se a importância de construir conceitos que incluam os saberes e vivências dos PCTs. Ao finalizar esta seção, fica evidenciado que a territorialidade dos povos e comunidades tradicionais é o elo que aproxima e torna possível a coexistência entre as territorialidades dos grupos humanos e da fauna e flora: “[...] A gente cada vez mais vai entendendo que o ser humano é a natureza, é um conceito muito direto na compreensão dos PCTs, de que não há essa separação entre humano e natureza, de que somos uma coisa só”. (A. guariba)

Essa possibilidade de equiparação entre os conceitos de território oriundos das ciências biológicas e das sociais, associada à demonstração da coexistência entre as territorialidades dos grupos humanos, da fauna e da flora; “quebra tabus” no âmbito das reflexões sobre relações sociedade e natureza, demonstrando não haver ruptura entre essas categorias nas cosmovisões e práticas desses grupos. Pensar território a partir destas perspectivas, unindo as territorialidades humanas com as territorialidades da fauna e da flora, dá visibilidade para a coexistência destas territorialidades, afirmando as relações existentes entre os mais diferentes organismos para o equilíbrio dos ecossistemas. A diversidade biológica tem influência das comunidades humanas que dividem o mesmo território, assim como os modos de vida dos grupos humanos são influenciados pela flora e pela fauna do território que coexistem.

Essa forma integradora de visualizar as múltiplas territorialidades envolvidas nos processos de conservação, apresenta-se como potencial para construir uma nova forma de visualizar o território e de criar políticas públicas ambientais com enfoque territorial que abarquem os mais diferentes aspectos da relação entre território e territorialidades voltados para a efetividade das políticas de conservação da sociobiodiversidade.

4.2 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE A PARTIR DO ENFOQUE TERRITORIAL: CO-PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A força dos movimentos sociais, em destaque o movimento indígena e o movimento quilombola, foram a ignição para a criação de importantes políticas públicas que envolvem a proteção da sociobiodiversidade, influenciando na base da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) como marco destas políticas. Com a integração destes grupos nas ferramentas de gestão pública, começou a haver no Estado a mediação dos conflitos dentro dos territórios e a intervenção pelas territorialidades dos povos e comunidades tradicionais, apesar de estas pessoas ainda passarem muitas dificuldades para a manutenção dos seus direitos.

Outra política que surgiu a partir dos movimentos indígenas e que trabalha diretamente com abordagem territorial é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), servindo de base legal para a proteção territorial dos povos indígenas em nível nacional, tendo foco na conservação das áreas nativas que integram as territorialidades indígenas, destinando os recursos principalmente para a proteção de povos indígenas que vivem na Amazônia, conforme destacado pelo interlocutor A. guariba. Nos últimos anos essa dificuldade tem se intensificado, com o desmonte das políticas voltadas para essas populações, a partir da diminuição dos recursos financeiros e humanos voltados para estas políticas e o desmanche das instituições responsáveis, além da invisibilização das comunidades existentes no Brasil e o estado intervindo pelo estabelecimento das atividades que geram ameaça à biodiversidade e entrar em conflito com os povos e comunidades tradicionais. Atualmente, conseguimos observar que muitos dos ambientes conservados no Sul do país foram feitos não por sua prioridade para a sociobiodiversidade, e sim pela falta de interesse na região:

[...] Sempre vem do movimento social a demanda para virar uma política pública. (A. guariba)

[...] Ninguém vai ceder espaço para ninguém nesse nosso mundo capitalista. (A. guariba)

[...] Hoje existe a manutenção da estrutura, mas não existe pessoal capacitado e nem recurso aplicado. (A. guariba)

[...] Sendo que a maioria dos quilombos são aqui do Sul, são pescadores e vivem da água, que são povos também originários. Não são aqui da nossa região aqui, são africanos, mas são povos que lidam com a natureza, terra, tanto é que a nossa ancestralidade é totalmente isso, integração com a natureza. (L. arambarensis)

E essa perspectiva de conservação que integra as visões e territorialidades dos povos tradicionais permite que essa pluralidade de modos de vida tradicionais e originários resistam.

(5) No Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) vemos a evolução da forma de pensar conservação, com tipos de UCs que integram a comunidade na proteção ambiental e cultural.

[...] Os nossos antepassados, a nossa ancestralidade não deixou de passar o conhecimento, agregando com o momento... Então é isso que a gente tem que colocar. Trazer a ancestralidade junto com a cultura atual, trazendo a verdade. (L. arambarensis)

Mas a presença dessas políticas, como a PNGATI, não reflete na prática seu papel para a proteção e valorização desses modos de vida. Apesar da existência dessas ferramentas legais que surgem dos movimentos sociais e que possuem como base a constituição de 1988, a construção de políticas que integram os diversos modos de vida tradicionais e sustentáveis para o projeto de conservação da sociobiodiversidade é recente.

O PAN Lagoas do Sul surge como uma política que tenta abarcar essa pluralidade de territorialidades e grande complexidade iniciando essa construção de uma abordagem territorial. E mesmo com este potencial visto nas políticas de abordagem territorial, ainda falta ao PAN Lagoas do Sul maior comunicação e integração com a sociedade civil, pois os esforços para divulgação das ações e resultados feitos pelos atores que trabalham dentro da política não são suficientes para que estas informações cheguem a um público além dos que já tem contato e estão interessados na implementação.

Como visto anteriormente, o diálogo entre os conservacionistas com os PCTs ainda está em desenvolvimento. Há um histórico de conflitos observado, por exemplo, na idealização da natureza intocada e na implementação das unidades de conservação, que exige uma mudança nessa postura, muitas vezes preconceituosa, advinda dos profissionais da área ambiental. Entretanto, a presença dos povos e comunidades tradicionais junto a Unidades de Conservação, permitiu, ao longo dos anos, identificar as potencialidades destas comunidades para exercer a conservação do território e compreender a ligação da proteção da diversidade e dos modos de vida e suas territorialidades.

Quando falado sobre a participação de integrantes de povos e comunidades tradicionais dentro de políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade, foi falado sobre o contato dessas pessoas mais direto com esses ambientes e suas territorialidades inter cruzadas com as territorialidades das espécies ameaçadas de extinção. As demandas dessas comunidades e dos movimentos sociais servem como base para a construção de políticas que buscam atender as demandas dos modos de vida tradicionais, além de integrar o território das espécies ameaçadas.

Ao longo das entrevistas, foram citadas as importantes interações entre as espécies da fauna e povos e comunidades tradicionais que vivem no território do PAN, como o uso de animais na alimentação e na domesticação. O interlocutor L. arambarensis, também representante de Quilombo Chácara da Cruz, trouxe lembranças dos animais presentes no plano, lembranças de infância e de brincadeiras que aconteciam nos ambientes de dunas, lembranças das refeições em família onde a caça era uma prática cultural e de subsistência, lembranças das interações de companhia com os animais, sempre respeitando os animais e seus ciclos:

[...] A cultura preta é muito cara. Então tinha as passarinhadas, mas na época que tinha em abundância, não agora. Não mata só por matar, como o povo branco faz. A gente fazia as passarinhadas, e essa peria (pequeno mamífero) era feitinha também. A gente nunca comeu porque achava tão bonitinha. Isso é o que eu me lembro. Mas é mais pela cultura da minha família, da caça e da pesca. Tanto que a minha família sempre respeitou quando tinha o ratão do banhado. Mas a família nos ensinou quando era filhote, quando ela estava em época de dar cria, eles respeitavam e não eram mortos... Não era encarcerado, deixava mais livre. Eu gosto de criar bichos assim, por causa dos meus ensinamentos. (L. arambarensis)

Algumas falas de interlocutores mais voltados para a área acadêmica e ambiental revelaram um choque inicial quando visualizaram a construção desse PAN tão voltado para as pessoas que vivem na região das lagoas costeiras. Essas falas eram seguidas de informações sobre como esse formato foi um dos fatores para definir a participação dos atores presentes no plano, pessoas com vínculos com o território do PAN e que foi possível uma troca de conhecimentos e houve muito aprendizado a partir dessa multidisciplinaridade existente dentro do GAT o que permitiu desenvolver seu modo próprio de gestão do PAN.

Assim, apesar do desmonte das políticas públicas relacionadas ao Ministério do Meio Ambiente e relacionadas às questões de povos e comunidades tradicionais, há a implementação da portaria que define a diminuição do número de pessoas nos grupos de assessoramento técnico, os atores que participam do PAN Lagoas do Sul são engajados nas ações que se propõem e apesar de terem saído nominalmente continuam promovendo conservação dentro da ferramenta.

[...] Espaços, trabalho em conjunto, UFRGS, estado, ONGs, conselhos, foi um espaço muito frutífero e acredito que ele deve ser ampliado e ele deve permanecer. (A. guariba)

Durante as entrevistas foram analisadas as perspectivas de conservação dos interlocutores perguntando qual a visão sobre o ideal de políticas de conservação também a diversidade e como alcançar este ideal. Os integrantes do GAT mais relacionados à área

acadêmica da construção da conservação a partir de espécies e ecossistemas, manifestaram a falta de maior número de ações que partam de uma perspectiva onde o foco deve ser as espécies ameaçadas e a preservação dos ecossistemas chave. Apesar desta visão, esses interlocutores falaram sobre a mudança nas suas perspectivas a partir do contato com os demais integrantes E o compartilhamento de visões sobre a participação e integração das pessoas dentro da política:

[...] Elas têm a ideia mais global do entendimento de conservação, misturando a atividade humana e a sociobiodiversidade, e o uso da sociobiodiversidade de uma maneira dentro do sistema capitalista. Me parece que essa perspectiva pode ser no máximo minimizada, a gente pode fazer atuações que deixem a relação melhor, mas ela tende a não ser uma boa relação ao seu resultado final para a natureza em si, porque ela visa lucro em algum momento, isso se impõe quando se está nessa perspectiva (A. obstipa)

[...] Esse modo (tradicional) é o que efetivamente, pelas relações que eles têm com a natureza tem tradicionalmente feito, me parece uma saída melhor do que essa que a gente tem no modo ocidental. Nós só estamos olhando o que deu errado, e as ações estão muito frágeis para as soluções. A gente pode descrever os problemas, estabelecer as soluções, mas eles implicam em algo que é a mudança de todo o sistema, então é difícil. (A. obstipa)

Nessa perspectiva, o PAN promove esse diálogo entre os conhecimentos dos modos de vidas tradicionais, os conhecimentos do meio acadêmico e os da gestão pública. A prática diária dessas comunidades tem um papel fundamental na conservação da biodiversidade, essencial na manutenção de seus modos de vida e de suas práticas tradicionais. A inclusão dessas pessoas fortalece o território, auxilia no encontro de parcerias contra os conflitos e desmanche das políticas públicas que tem se intensificado nesses últimos anos. Contudo, ressalta-se que essa inclusão deve ser realizada de modo respeitoso, considerando que, frequentemente, ocorre a apropriação de conhecimentos dessas pessoas e a utilização desses saberes sem dedicar autoria e sem dar um retorno para a própria comunidade. O acesso à Universidade ainda é restrito e elitista, por isso é necessário identificar os atores pertencentes a esses povos e comunidades tradicionais que estão nesses espaços para, assim, garantir uma construção participativa e inclusiva nas políticas públicas.

Em relação à participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais, em um momento inicial pescadores relacionados com a pesca artesanal e participantes de fórum de bacias hidrográficas, lideranças indígenas e representantes quilombolas foram convidados para participar da elaboração e implementação do PAN Lagoas do Sul. Destes atores atualmente apenas a representação quilombola permanece e participando ativamente das monitorias e avaliações junto ao GAT, os demais atores foram se afastando por

principalmente dificuldades dentro de como são feitas estas políticas. De acordo com L. arambarensis: “[...] E acho que foi o PAN que escolheu a dedo quem ele queria. Acho que as lagoas, as divindades que escolheram”. O contato com povos e comunidades tradicionais diversos se mantém através de representantes dentro do PAN e através das ações idealizadas e realizadas que integram aspectos e necessidades dessas comunidades.

Essa aproximação feita pelo PAN Lagoas do Sul entre os atores que integram sua gestão possibilitou a construção de redes dentro da região abordada pela política, criando novas relações de trabalho e fortalecendo laços. O interlocutor L. arambarensis fala sobre a responsabilidade de participar da construção de uma política pública como o PAN Lagoas do Sul, falando de seu processo em se reconhecer dentro da política:

[...] eu me senti que eu era um ser encantado, que eu ficava no meu mundinho, e eu tive que virar uma fada, tirar minhas asinhas [...] pelo tamanho da responsabilidade e pela magia que é da coisa, do momento. (L. arambarensis)

Como complemento trouxeram que o PAN Lagoas do Sul foi elaborado de forma que as pessoas relacionadas à sociedade civil e aos povos e comunidades tradicionais foram convidadas para participar ativamente da criação e implementação dessa política, algo incomum do ponto de vista interlocutores desta pesquisa: “[...] Ficamos surpresos que fomos convidados para uma construção e não para uma representação” (A. guariba).

Trouxeram o GAT como essencial para a implementação desta ferramenta de conservação. Pessoas que estão quase sempre relacionadas diretamente com o território do PAN Lagoas do Sul fazem parte do GAT e isso parece trazer uma maior identificação e conexão com a política. Quando analisada as falas e comparadas com as funções delimitadas dentro dos documentos oficiais de elaboração dos PANs percebe-se que as funções do GAT são essenciais e percebida pelos atores como tal trazendo a função desse grupo desde o início na elaboração na oficina de boa elaboração do PAN até os períodos de monitoria e avaliação destas políticas, durante todo o ciclo de vigência da política. Além de que os atores se identificam como o porta-voz desta ferramenta de conservação tanto para a sociedade enquanto para grupos e instituições que fazem parte:

[...] eu acho que o GAT trata muito dessa questão. De que se isso funciona mesmo, e de como a gente pode agir, até uma noção muito mais atual da discussão que está tendo, é de como a gente pode efetivamente trabalhar com essas questões, não só fazer o registro e a monitoria, mas atuar frente algumas ações estratégicas, então né. Realmente de ter um plano de atuação. (A. obstipa)

[...] a gente acaba sendo um porta-voz do PAN. A gente sabe o que o PAN quer, a gente conhece a estrutura, a gente sempre que pode se manifestar nesses conselhos a gente faz a apresentação do que é o PAN, porque ele é uma referência. Enquanto ele estiver vigente, ele para mim é a melhor referência que nós temos para a ideia de proteção das lagoas costeiras. (U. tridentata)

[...] Acho que as pessoas como nós, no PAN, principalmente como acadêmicos, nós vamos ter o trabalho de levar as políticas para os civis. Mostram o quanto é importante a política pública, e para desmistificar, porque o povo tem que saber que a gente é que faz, é que elege a força da nossa voz. (L. arambarensis)

A participação de integrantes de povos de comunidades tradicionais veio principalmente a partir de representantes desses povos. Essa representação permitiu aproximação dessas comunidades na construção ativa desta política. Em alguns momentos os representantes se depararam com reuniões cansativas de uma ferramenta de gestão pública, e que muitas vezes está fora do habitual e cultural dessas pessoas. Representação mais próxima da gestão pública e desse modo de fazer política serve como ponte entre a política de abordagem territorial e as necessidades e anseios das múltiplas territorialidades presentes no território do PAN Lagoas do Sul.

Durante as conversas quando o assunto de participação social dentro dos PANs era abordado um dos problemas levantado foi a dificuldade de integração e permanência da representação de povos e comunidades tradicionais, pela forma com que as ferramentas de gestão dessa política são executadas. Um exemplo citado é a forma que se dão as reuniões necessárias para a criação implementação dessas políticas que tem um formato cansativo e longe da realidade de como discussões relevantes são abordadas dentro da cultura destas pessoas. No PAN Lagoas do Sul, foram convidadas uma representante do conselho estadual dos povos indígenas e duas lideranças. Apenas a representante conseguiu permanecer em contato direto com os gestores e com o andamento do plano, enquanto as lideranças indígenas uma não deu prosseguimento ao contato com os articuladores do plano e outra participou de forma ativa, porém fora das reuniões. Isso se deve ao formato na execução dessas reuniões, em salas fechadas, com duração de dias e não seguindo os costumes e ritos presentes nas mais diversas culturas. Citando a fala do interlocutor G. planifrons sobre o documento produzido pelo GAT para identificação e análise da participação social dentro do PAN Lagoas do Sul, reforçando então a importância desses espaços políticos sofrerem mudanças para integração da sociedade:

[...] A gente chegou a algumas conclusões interessantes, uma delas é a baixíssima participação dos indígenas e dos quilombolas. O que nos mostra que esses espaços eles têm que ir mais para dentro das aldeias, mais para dentro dos territórios quilombolas, porque muitas vezes essas pessoas não se veem representadas por esses espaços. (G. planifrons)

Dentre as instituições presentes na implementação dos PANs estão as instituições estaduais, a SEMA-RS aparece em destaque nas entrevistas por seu papel ativo na construção implementação de PANs executados no Rio Grande do Sul. Inclusive entendendo que muitas espécies ameaçadas de extinção não estavam sendo abrangidas por políticas de conservação (CR lacunas) como PAN e assim se tornando executora de políticas estaduais como os PATs. Atualmente, essas políticas territoriais administradas pela SEMA-RS são o PAT Planalto Sul e PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste. Essas políticas têm como conexão com o PAN Lagoas do Sul a presença do enfoque territorial como abordagem principal para a conservação.

Apenas a elaboração dos planos de ação nacionais é financiada pelos ICMBio, os demais processos dentro da política não recebem recursos do Estado, torna-se necessário então, o esforço dos gestores vinculados com os PANs e os CNPCs entrarem em contato com possíveis parceiros em busca de financiamento e de pessoas dispostas a participarem da política. Os interlocutores também citaram, além da importância já falada da troca de conhecimento e das diferentes perspectivas de conservação, quanto maior a participação social teremos políticas com menor custo para serem implementadas dentro dos territórios, pela existência de pessoas que colocam em prática as ações definidas pela política dentro das regiões de interesse. Quando a população tiver conhecimento do impacto das ameaças sobre a biodiversidade e sobre a importância da conservação das espécies ameaçadas de extinção e dos ambientes, maior será a efetividade na execução dessas ações e na fixação das mesmas no território.

[...] Uma política sem participação social ela tem um custo muito grande de ser implementado, existe um custo que na literatura é chamado de enforcement, ou seja, a capacidade de se fazer cumprir as regras que o estado impõe. (G. planifrons)

Outra dificuldade já citada é a de implementação de políticas públicas que não tem a participação social ou esta participação é muito baixa. Um exemplo citado por C. mydas, é a dificuldade da criação de políticas como o programa de gerenciamento costeiro pela falta de adesão da população nas ações propostas para a execução da ferramenta de conservação. Isso é devido principalmente pela falta de contato dessas pessoas com as problemáticas e dos possíveis prejuízos que podem causar nesses ambientes bem como, pela ausência de incentivo à participação da comunidade nos assuntos relacionados à conservação da sociobiodiversidade regional. O contato das pessoas com essas políticas também é prejudicado frequentemente, pela própria esfera governamental, a invisibilização de povos e comunidades tradicionais é uma triste realidade no país, não disponibilizando terras para

povos indígenas e ignorando a existência de comunidades quilombolas. O interlocutor L. arambarensis resalta essa situação dentro dos municípios presentes no PAN Lagoas do Sul, destacando seu papel dentro da política na construção de uma carta oficial sobre essa situação inconstitucional para ser encaminhada para as prefeituras: “[...] percebi que eu que tenho que fazer algo, mas não me revoltar e nem ficar contra. Tenho que arranjar uma forma de responsabilidade, de adaptar políticas que nos defendam” (L. arambarensis).

Apesar dos desafios em contratos para fazer conservação dentro do PAN Lagoas do Sul, os atores que fazem parte dessa política seguem trabalhando para a resolução dos objetivos.

[...] O barqueiro quando perguntam para ele se falta muito para chegar ao destino, ele fala "já esteve mais distante". [...] o Pedro Baiano fala que antes de ele fazer agrofloresta ele fazia agricultura convencional, ele fala "quando eu comecei a fazer agrofloresta eu vi que o alvo estava no sentido contrário do que eu fazia antes. Antes eu trabalhava com a terra no rumo da pobreza, no rumo da destruição, agora que eu faço agrofloresta eu sei que estou no rumo certo. Então pelo menos eu sei que o alvo está para lá. Eu erro muito, erro o alvo, mas sei que é para lá". Então nesse sentido, seja do barqueiro ou seja do Pedro, eu acho que sim, que o PAN Lagoas está nesse rumo. (C. lilloi)

Porém, apesar dos resultados, o indicador de efetividade dentro desse tipo de política de conservação é difícil de ser mensurado a curto prazo, devido aos dados resultantes tenderem a ser em sua grande maioria qualitativos. Outra dificuldade encontrada pelo PAN Lagoas do Sul para medir a efetividade de suas ações é interferência de fatores sociais e econômicos que existem no território e que agem diretamente contra o processo de conservação. Metas e indicadores foram construídos, buscando identificar a melhor forma de medir a efetividade dessa política pública, além de utilizar a percepção qualitativa dos atores integrantes do GAT sobre essa efetividade da política dentro das ações:

[...] A gente tenta aliar o numérico com a percepção, com o sentimento, algo qualitativo desse grupo que trabalha no dia a dia com aquelas espécies naquele território. (B. itatinensis)

[...] Porque a gente já teve em alguns momentos onde os indicadores estavam apontando para um cenário positivo, mas aquela região estava sob impacto, sobre um vetor de pressão fortíssimo, e o grupo entendeu que a gente não estava atendendo ao objetivo que era de reduzir a perda de biodiversidade, de reduzir a fragmentação, apesar dos indicadores estarem tendo uma tendência um pouco melhor. (B. itatinensis)

4.3 REFLEXÕES SOBRE COEXISTÊNCIA ENTRE TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS AÇÕES NO PAN LAGOAS DO SUL

A compreensão da relação entre as territorialidades da fauna e dos grupos humanos, analisada por meio da sustentabilidade das ações no PAN Lagoas do Sul apresentou, das 157 ações presentes no PAN Lagoas do Sul, 49 (31,2%) ações sendo relacionadas com o incentivo às práticas sustentáveis e modos de vida tradicionais para a conservação da sociobiodiversidade, envolvendo a participação social (Quadro 7). Observaram-se ações voltadas à gestão envolvendo a participação social em todos os objetivos específicos, enquanto ações com enfoque em conservação e em governança participativa não apareceram nos objetivos 1 e 4, respectivamente. Os objetivos 2 e 3 foram os que apresentaram mais ações relacionadas à participação das comunidades, com 22 (70,97%, de 31) e 19 ações (70,37%, de 27), respectivamente.

Figura 17 - Objetivos, práticas coletivas e ações com participação social no PAN Lagoas do Sul

Objetivo Específico	Práticas Coletivas			Ações	Nº de ações
	Gestão	Conservação	Governança		
Objetivo 1 Promover e fortalecer ações de uso e gestão do território	Aproximar UC's e PCT's	----	Apoio a Comitês de Bacia Hidrográfica Articulações entre instituições de pesquisa, fóruns de governança, entes públicos e privados	1.19; 1.20; 1.34; 1.35; 1.45;	5
Objetivo 2 Promover a educação socioambiental, a troca de saberes e a produção e difusão de conhecimentos para a cultura da sustentabilidade	Qualificação de participantes de organizações para a gestão de recursos hídricos Formação para pescadores artesanais Identificação de conflitos e mobilização para a sustentabilidade dos modos de vida dos PCT's	Ações de educação socioambiental Formação de monitores e para a manutenção do entorno de UC's Aproximação com PCT's para trocas culturais e produtos da sociobiodiversidade Propor estratégias visibilização da contribuição dos PCT's para a conservação	Apoio à professores e estudantes em processos de governança Certificação agroecológica participativa Apoiar articulações comunitárias a favor da qualidade ambiental	2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6; 2.15; 2.17; 2.19; 2.21; 2.22; 2.23; 2.24; 2.25; 2.26; 2.27; 2.28; 2.29; 2.30; 2.13; 2.32; 2.33;	22
Objetivo 3 Incentivar atividades que promovam o bem viver e a manutenção e melhoria dos processos ecossistêmicos	Apoiar produção sustentável entorno de UC's Ampliar políticas de inclusão do pescado da pesca tradicional Apoiar encontros para gestão territorial e ambiental em áreas indígenas	Implementação de Unidades Demonstrativas lavoura-pecuária e campo nativo Valorizar as produções sustentáveis e ecológicas próximo à UC's Promover ações de proteção e recuperação hídrica em aldeias Mbya Guarani Monitoramento da pesca Promover o Projeto de Desenvolvimento Sustentável	Certidão Agroflorestal e Extrativista da flora nativa Apoiar cooperativas para o abastecimento de mercados institucionais Promover a cadeia de valor dos produtos da sociobiodiversidade Apoiar a aquisição de mudas de espécies nativas para a agricultura familiar e para PCT's	3.1; 3.4; 3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.11; 3.13; 3.15; 3.16; 3.17; 3.18; 3.20; 3.22; 3.24; 3.25; 3.26; 3.27; 3.31;	19
Objetivo 4 Fomentar ações que subsidiem o aprimoramento dos instrumentos legais, de normatizações e de licenciamento para gestão integrada e participativa	Incentivar a disponibilização de áreas privadas para o extrativismo sustentável Integração das diretrizes e direitos dos PCT's aos processos de gestão de UC's	Promover a incorporação de estudos técnicos e conhecimento tradicional em licenciamentos e fiscalizações	----	4.5; 4.31; 4.36;	3

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

A partir da análise sobre a existência de ações com participação social para a conservação da sociobiodiversidade, percebeu-se que cerca de 50% das ações apresentam esse enfoque, contribuindo para o envolvimento da sociedade civil e dos povos e comunidades tradicionais em políticas públicas socioambientais. Foram identificadas ações que além de incentivarem e promoverem a participação social, fortalecem as múltiplas territorialidades presentes no território do PAN Lagoas do Sul. A partir dessas observações, é possível constatar que as ações e os objetivos específicos do PAN são voltados para a conservação e gestão da sociobiodiversidade dos sistemas lacustres e lagunares do sul do país buscando formas de potencializar a ação participativa das instituições públicas e da sociedade civil, fortalecendo as territorialidades e as redes existentes nesse território, e se configurando em uma das principais características de políticas ambientais com abordagem territorial.

Para que ocorra a conservação de uma espécie ou de um ecossistema são necessários diversas práticas e ações, a identificação das características próprias dos táxons e de dados provenientes das espécies e ambientes onde ocorrem e sobre as ameaças que sofrem. Para tal, depende de múltiplas políticas e ferramentas públicas atuando sobre o objeto de interesse além de conscientização dentro do território pelas comunidades que ali vivem. Os PANs são uma ferramenta de gestão pública que atuam na conservação das espécies ameaçadas de extinção, tendo grande impacto nos ambientes em que são implementados, porém para considerar que uma espécie ela está sendo conservada, ela precisa estar abarcada por outras políticas públicas e práticas sustentáveis dentro do território onde ela ocorre.

Porém essa visão de preservação apenas na espécie ameaçada é contestada dentro do meio acadêmico e assim foi feito por interlocutores nas entrevistas. Quando perguntados sobre se a política PAN Lagoas do Sul abarcava todas as espécies ameaçadas que a interlocutora via como relevantes. Foi falado nas entrevistas sobre o papel das espécies dentro dos ecossistemas e o modo de ver conservação a partir desses ambientes equilibrados, buscando a diversidade genética a manutenção das interações ecológicas e a recuperação de áreas degradadas: “[...] A gente tem que saber por que a gente quer conservar espécie ameaçada. Qual é a razão? É um fator fisiológico? É um fator de funcionalidade no sistema?” (Z. brevirostris).

Pela diversidade de atores que integram diretamente e indiretamente a política, os PANs possui grande potencial para mudanças reais no estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção e nos ambientes e modos de vida associados. O diálogo que é traçado entre a esfera de gestão pública com a sociedade civil consegue alcançar desde instituições

privadas até organizações e movimentos sociais locais. Essa participação tem diversos atores dentro dessa ferramenta de gestão pública, permitindo a geração dos mais diversos produtos, como por exemplo publicações científicas direcionadas a problemáticas encontradas dentro dessas políticas.

O potencial para resultados e produtos futuros dos PANs é falado em diversos momentos principalmente vinculando-os com outras ferramentas de gestão e políticas públicas direcionadas para a conservação da biodiversidade, principalmente com o suporte do estado e aporte financeiro para a melhor implementação da política. Os PANs possuem estrutura para servir como base para a construção de ações executivas, servir de suporte para elaboração de editais e para divulgação de projetos existentes nos diferentes biomas brasileiros.

Os interlocutores L. guttulus e Z. brevisrostris falaram sobre a criação de unidades de conservação como parte dos produtos e potenciais dentro de um plano de ação, além do PAN servindo de embasamento teórico sobre o ambiente e as espécies e com o suporte dentro das instituições que os atores que trabalham dentro da política participam. Z. brevisrostris afirma que “[...] O PAN Lagoas do Sul mesmo caminha sem a gente, as pessoas pegaram esse plano e foram adiante e estão usando-o para conseguir as coisas, que é a ideia, que o Plano amplifique as potencialidades”.

Sobre os resultados dessa política pública foi falado sobre como atualmente se consegue elaborar e gerar informações relevantes para a conservação da sociobiodiversidade a partir de informações coletadas no desenvolvimento de ferramentas como os planos de ação nacional. Os dados que resultam dessas políticas são utilizados para a construção do projeto de conservação no país, uma produção de relatórios artigos científicos e produtos de divulgação da política como boletins e livros. Além disso, os interlocutores trouxeram diversos produtos que são derivados dessa política como ações de educação ambiental, embasadas por livros e boletins. Vemos essa influência aparecer em diversos processos dentro e fora das instituições públicas, como nos processos de licenciamento ambiental, na criação de unidades de conservação e nas pesquisas científicas construídas a partir das espécies e ambientes focos da conservação da política.

O interlocutor C. mydas trouxe um aspecto interno da produção dos PANs que é a produção de dados para a plataforma SALVE do ICMBio plataforma utilizadas pelos servidores públicos das instituições e destinada à coleta, armazenamento e organização dos dados referentes às espécies ameaçadas de extinção da fauna Brasileira.

A legislação voltada à proteção ambiental no Brasil ainda se mostra insuficiente a diversidade de espécies da fauna da flora, dos diferentes biomas e ambientes da pluralidade de modos de vida relacionados. O desenvolvimento então de leis voltadas à conservação ambiental e aos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais vinculadas à maior aporte do executivo e do direito institucional. Os PANs se apresentam como potencialidade para a criação de novas diretrizes para fundamentar processos destinados à conservação da sociobiodiversidade brasileira, utilizando todo o arcabouço legislativo que dá base nessa política como também o apoio das instituições vinculadas à elaboração e execução dessa política, construindo uma rede de vínculos para a conservação a partir dos planos de ação nacional.

Visualizar os PANs como potenciais guias para políticas públicas de conservação da biodiversidade parece ser a evolução desta ferramenta de gestão. O papel de Estado vai estar além da implementação das políticas, servindo como um mediador dos conflitos dentro do território em prol da conservação das espécies, dos ambientes e dos modos de vida tradicionais. O interlocutor C. lilloi traz a definição de conservação presente no sistema nacional de unidades de conservação (SNUC) associada de um manejo humano, destacando o uso sustentável.

[...] a conservação da natureza é manejo do uso humano da natureza, a única definição legal que existe de conservação da natureza está no SNUC e é essa. (C. lilloi)

[...], mas existem programas e programas, projetos e projetos. Por exemplo, quando vemos que a conservação das tartarugas está sendo impactada pela pesca, a gente não vai proibir a pesca, a gente vai propor modos de minimizar o impacto da espécie sem prejudicar a atividade. Mas na maioria das vezes é mais focada na espécie ameaçada ou no ambiente. (C. mydas)

Foi identificada também a influência dos PANs no auxílio para a criação de unidades de conservação, essenciais para proteção dos ambientes naturais e das espécies ameaçadas de extinção. Essas áreas delimitadas têm o potencial de garantir maior controle sobre espaços prioritários e de possibilitar a preservação de modos de vida tradicionais diretamente relacionados a esses ambientes. Identificar esses territórios e essas territorialidades chaves para conservação da biodiversidade tem sido um desafio enfrentado pelas políticas públicas ambientais, e o desenvolvimento dessa abordagem territorial dos PANs é um passo para ultrapassar essa dificuldade.

Sobre o desmonte das políticas ambientais, lembrando do ciclo PDCA e do processo de melhoramento contínuo, apesar de encerrada a ação e concluídas as monitorias, o PAN segue sendo atualizado e tem seus resultados divulgados durante todo o processo de execução

da política. Essa ferramenta de conservação busca amadurecer sua metodologia durante o processo de implementação dando visibilidade para os problemas que existem dentro do território e as possibilidades de formas para diminuir as ameaças que sofrem essas espécies e mitigar os danos causados por seus impactos. Durante o processo de avaliação de meio termo, que ocorre depois de dois anos e meio do andamento do PAN, foi avaliado como estava o alcance dos objetivos, a partir do andamento das ações. Foi constatado que 60% das ações estavam andando conforme o planejamento, C. lilloi destaca que em sua maioria, ações propositivas.

E essa evolução se viu comprometida pelo cenário político, uma vez que foi constatado, nos últimos anos, o desmonte ativo de políticas ambientais e desestruturação da participação social dentro das políticas públicas. Durante o governo Temer, entre 2016 e 2018, foi iniciada a desmobilização desses espaços participativos dentro das políticas institucionais, finalizando, então, incentivo a estas práticas e encerrando a destinação de orçamento para essas políticas. Durante o governo de Jair Bolsonaro, 2018 à 2022, em complemento ao desmonte que estava sendo realizado nos anos anteriores, foi elaborado um decreto revogando a política nacional de participação social e delimitando os grupos de trabalho em seu número de integrantes e a pessoas representantes na esfera governamental.

O impacto sobre as instituições que englobam povos e comunidades tradicionais foi de mesma intensidade, finalizando secretarias regionais, não destinando recurso e nem esforços para a implementação de seus territórios e reconhecimento de suas territorialidades, além da perseguição dentro das instituições públicas, por pessoas que não tinham capacidade nem experiência para gerir estas políticas. Essas ações sobre essas políticas de conservação da sociobiodiversidade brasileira impactaram diretamente a forma de como os PANs são elaborados e executados, como pode ser observado a partir da portaria que determina o número máximo de integrantes do GAT e assim a potencialidade da integração de diversos atores na participação dessas políticas e na esfera institucional do Ministério do meio ambiente, quando definido que as publicações derivadas os funcionários da organização deveriam passar por análise da chefia para, assim então, a permissão da publicação.

[...] Essa integração tentou ser quebrada pelo próprio ministério ao quebrar o sistema do GAT, tinha um número muito maior, muito representativo, e querem diminuir isso para 5-6 pessoas. Você quebrando, fragmentando isso, não consegue ter um papel constante. (U. tridentata)

[...] Por exemplo, a gente publicou um livro no ano passado sobre as ações via PANexus, e por estratégia o ICMBio não aparece. Se tivesse que aparecer, ia ter que passar pelo Ricardo Salles e aí não ia sair nunca. Então ficou o Walter, que é o

coordenador geral do PAN, no editorial, mas o ICMBio não aparece oficialmente. Agora a gente está escrevendo outro livro que é sobre território do PAN e o ICMBio também não aparece oficialmente, por causa dessa mudança na política. Já teve palestras que eu fui convidado e convidei o Walter que ele foi, mas não como ICMBio. Qualquer opinião pública está cerceada no ICMBio. (C. fulgens)

[...] A gente tem que dizer o que vai publicar, tem que dar conta de tudo que está fazendo, eu estou achando muito ruim. (Z. brevirostris)

Ações que são realizadas pelos próprios membros do GAT, como por exemplo a realização de pesquisas dentro do território do PAN Lagoas do Sul, são realizadas em conjunto com diferentes instituições públicas e privadas e da sociedade civil em destaque lideranças de povos e comunidades tradicionais. Dentro dos PANs, os atores responsáveis pelas ações são divididos entre articulador e colaborador sendo articulador a pessoa que está responsável pela organização e implementação da ação, enquanto os colaboradores são aqueles que auxiliam no processo coordenado pelo articulador.

Esses diferentes atores terão diferentes papéis em relação às ações, sendo propositores de novas ações, agrupando as que tem texto e objetivo semelhantes e participando das monitorias e avaliações para acompanhar o desenvolvimento das ações propostas dentro do PAN. Esta função se mostrou essencial no cenário político e epidemiológico visto nos últimos anos, diminuir o número de ações que estavam semelhantes, e seus propositores e articuladores não continuaram participando da política impedindo a implementação da ação e pelo desmonte das políticas públicas ambientais e perseguição sofrida por funcionários públicos que respondiam ao Ministério do meio ambiente.

E essas ações negativas sobre a política afetaram diretamente o trabalho das pessoas responsáveis pela gestão e implementação dos PANs. Com a mudança das pastas ministeriais diminuição dos recursos que já eram escassos e de incentivo para a participação social nas políticas.

Nesse contexto, nos últimos anos, a política de implementação de PANs surge com uma abordagem territorial, englobando a conservação dos modos de vida tradicionais e sustentáveis à conservação das espécies ameaçadas de extinção. Essa política foi implementada de forma a agregar o máximo de atores com diferentes visões e perspectivas sobre a conservação e o uso da biodiversidade dentro do território do PAN Lagoa do Sul e seus integrantes, se constituindo como um processo que manteve a resistência de processos de articulação em torno de políticas públicas, resistindo aos últimos seis anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar as principais políticas, nacionais e internacionais, que atuaram para a elaboração dos PANs como ferramenta de gestão para a conservação das espécies ameaçadas de extinção. A base normativa encontrada na metodologia estabelecida pela IUCN e organizada pelo ICMBio tem atuação principal para a construção dos PANs brasileiros, possibilitando que estas políticas tenham o mesmo formato básico, porém permite variedade de enfoques e de ações para a conservação das espécies e ambientes, tão diversos no Brasil. Estas semelhanças e singularidades foram identificadas quando analisados os objetivos gerais dos PANs, nos quais prioriza-se a proteção das espécies em risco de extinção e atuação sobre as ameaças que afetam as mesmas e seus ambientes. Essa metodologia de criação e implementação dos PANs presente no Ciclo PDCA, que tem como premissa o melhoramento contínuo, permite a evolução analisada nos enfoques dessa política, e assim identificar as melhores abordagens para os diferentes focos de cada PAN.

Essa percepção de evolução nos enfoques dos PANs é presente nos gestores destas políticas, em complemento ao que foi observado nos documentos analisados. No início dos PANs observamos a forte construção dessas políticas com enfoque específico e taxonômico, reforçando a visão preservacionista da natureza que encontramos em políticas públicas ambientais. Um marco identificado nessa evolução foi a instituição do ICMBio como gestor e avaliador destas políticas, com a implementação dos PANs com enfoque ecossistêmico em 2010. A relação entre os centros de pesquisa e conservação responsáveis pelos PANs e a escolha da abordagem de implementação da política trouxe a ideia de que os diferentes grupos taxonômicos têm diferentes necessidades de conservação, podendo ou não incluir o ambiente e o território como prioritário para ações da política. Essas diferenças são destacadas pelos atores que participam da elaboração do PAN, sendo mais acadêmico e voltado para a pesquisa quando específico, e com maior diversidade de atores quando ecossistêmico, o que também pode ser explicado pela área de atuação do PAN.

As políticas de enfoque territorial abrangem áreas extensas e com grande biodiversidade, nesse território da política são encontradas múltiplas territorialidades humanas, com modos de vida tradicionais e sustentáveis que necessitam ser visibilizados e protegidos. A conservação da sociobiodiversidade necessita de atores que dialoguem com as necessidades das diferentes necessidades de conservação. Quando observado o PAN Lagoas do Sul, a presença de um GAT diverso e com um maior número de atores demonstra as intenções e necessidade de integração e colaboração para a construção de um PAN com

enfoque territorial. O CEPSUL, centro de pesquisa e conservação responsável por esta política, teve papel decisivo para a escolha do enfoque, mas além disso, seus colaboradores foram responsáveis por identificar as pessoas e as instituições principais para a implementação dessa abordagem que inclui a coexistência entre as diversas territorialidades presentes na extensa área do PAN Lagoas do Sul. Os coordenadores dessa política foram destacados como peça-chave para a conexão dos diversos atores, tanto a inclusão dentro do PAN quanto a manutenção do ânimo apesar das adversidades vividas.

Como política socioambiental, suas ações foram voltadas para práticas tradicionais e sustentáveis já existentes no território, incluindo novas ações quando identificadas lacunas para a conservação dos ambientes dos sistemas lagunares do Sul do Brasil e das espécies foco do PAN. Como política de melhoria contínua, os interlocutores trouxeram que ao longo das monitorias identificam ações que tem bom andamento e quais precisam ser incentivadas ou revistas, como também identificam novas lacunas. A existência de poucas ações voltadas para as espécies ameaçadas é alvo de crítica por alguns interlocutores, que também trouxeram a impossibilidade de implementação sem recursos financeiros e inclusão de novas pessoas, com destaques nos especialistas dos grupos taxonômicos.

A presença de políticas ambientais com enfoque territorial traz novas perspectivas para o fazer da conservação da sociobiodiversidade. A integração dos atores presentes no território para a implementação das ações da política permite que a população tenha contato com necessidades que estão presentes no território e que suas necessidades coletivas tenham maior visibilidade. Além de que a implementação de políticas públicas com o apoio da sociedade civil e atuação ativa dos atores que vivem no território permitem que o gasto público seja menor e aumente a efetividade das mesmas. Apesar dos esforços dos CNPCs do ICMBio para a identificação dos grupos de governança dentro do território da política, a construção de ações que incluam a participação da sociedade requer verba e divulgação, o que ainda são dificuldades encontradas em ferramentas de gestão pública como os PANs.

Foi realizada neste trabalho uma gama de processos metodológicos em busca de alcançar as respostas para as questões levantadas. A análise documental foi extensa e levantou documentos referentes aos PANs que estavam disponíveis no site do ICMBio. Com mais tempo, poderia ter aprofundado na análise dos resultados dos diferentes focos dos PANs para a determinação da efetividade dessas políticas e o papel do enfoque escolhido para o sucesso de suas ações. Sobre a análise de conteúdo, este trabalho foi inicialmente idealizado para a realização de entrevistas com maior número de interlocutores, que foi impossibilitada pela realidade de estar vivendo no meio de uma pandemia viral. Essa crise de saúde pública afetou

diferentes aspectos de nossas vidas, e a comunicação pessoal foi modificada ao longo desses últimos três anos com grande intensidade. Realizar as entrevistas de modo virtual possibilitou a comunicação com atores de diferentes estados do país que estão relacionados com a construção dos PANs, em destaque o PAN Lagoas do Sul, porém dificultou o acesso a atores que estão no território e estão relacionados a espaços de governança civil e lideranças de povos e comunidades tradicionais.

Tanto na análise documental quanto na análise de conteúdo das entrevistas foi obtido muito material sobre as espécies da fauna existentes no território do PAN Lagoas do Sul e que são focos da política, há muito ainda para ser analisado e elaborado a partir deles. Além disso, identifica-se a necessidade de conversar com atores desse território para buscar aprofundar sobre as interações existentes entre as territorialidades da fauna e das pessoas que vivem nesses espaços. Trabalhar a relação dessas espécies com os espaços antropizados e com as pessoas que vivem no território seria possível através de pesquisa presencial no território do PAN Lagoas do Sul. Assim como, compreender melhor os espaços de governança dos diversos grupos sociais existentes no território, e quais são as atuações para a identificação e implementação das ações dentro dessa política. Outra potencialidade observada é a de tecer relações entre diferentes políticas ambientais com enfoque territorial, como os PATs, e identificar semelhanças e diferenças desde sua base teórica até como ocorre a implementação dessas políticas.

Com o cenário ambiental atual, em que a perda de espécies e ecossistemas causada principalmente pelo impacto que o modo de vida humano tem dentro do sistema capitalista, políticas ambientais que reúnem natureza e pessoas em prol da conservação são um importante passo para a proteção ambiental, com a construção de um saber que suaviza a ideia de dicotomia entre ser humano e natureza, e a partir de sua união permite a resistência e perpetuação da Vida.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALVES, J. C. M. **A participação social a partir do programa federal territórios da cidadania: o caso do território do Cariri/CE**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/353932177_A_PARTICIPACAO_SOCIAL_A_PARTIR_DO_PROGRAMA_FEDERAL_TERRITORIOS_DA_CIDADANIA_O_CASO_DO_TERRITORIO_DO_CARIRICE . Acesso em: 22 dez. 2022.

BAGGIO, M. R. **Boletim Lagoando: Edição Especial de Lançamento**. Itajaí, SC: ICMBio/MMA, 2018. Disponível em:

<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201907/19111006-boletim-lagoando-edicao-1.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2022

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. **Ecologia de indivíduos a ecossistemas**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BIZARRO, L. S.; AGUIAR, R.; STEENBOCK, W.; MELLO, R.; COELHO-DE-SOUZA, G. Agroecologia e o PAN Lagoas do Sul: co-existência entre práticas sustentáveis e tradicionais e espécies ameaçadas de extinção. *In: REUNIÃO TÉCNICA SOBRE AGROECOLOGIA: AGROECOLOGIA, RESILIÊNCIA E BEM VIVER*, 17., 2021, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: Associação brasileira de agroecologia, 2021. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6823>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BIZARRO, L. S.; STEENBOCK, W.; COELHO-DE-SOUZA, G. Percepções sobre a sustentabilidade das práticas associadas às territorialidades no território do PAN Lagoas do Sul. *In: Congresso Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia*, 13, 2022, Cáceres, Mato Grosso. **Anais [...]**. 2022a

BIZARRO, L. S.; STEENBOCK, W.; COELHO-DE-SOUZA, G. Criando redes, conservando a sociobiodiversidade: análise sobre ações do PAN Lagoas do Sul. *In: Congresso Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia*, 13, 2022, Cáceres, Mato Grosso. **Anais [...]**. 2022b.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2021

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 14 ago. 2021

BRASIL. Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5092.htm. Acesso em: 20 jul. 2021

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: 20 jul. 2021

BRASIL. Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira: Atualização - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. Brasília, DF: Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2007a. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/04142907-areas-proritarias-para-conservacao-da-biodiversidade-ministerio-do-meio-ambiente.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 jul. 2021

BRASIL. O panorama da biodiversidade global 3. Secretariado da Convenção sobre Biodiversidade Biológica – CBD. Brasília: MMA, 2010. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cbd.int/doc/publications/gbo/gbo3-final-pt.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021

BRASIL. Instrução Normativa 34, de 17 de outubro de 2013. Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do sistema ESPÉCIES e a publicação dos resultados, e cria a Série Fauna Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=130892#:~:text=Disciplina%20as%20diretrizes%20e%20procedimentos,cria%20a%20S%C3%A9rie%20Fauna%20Brasileira>. Acesso em: 20 jul. 2021

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 20 jul. 2021

BRASIL. Instrução Normativa Nº 21, 18 de dezembro de 2018. Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. Processo SEI n.º 02070.005340/2018-66. Brasília: ICMBio/MMA, 2018.

Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/programas-e-projetos/fauna-brasileira/normativas/01__IN_ICMBIO_N_21_DE_18_DE_DEZ_DE_2018.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Instrução normativa nº 15/Gabin/Icmbio, de 29 de julho de 2022.** Regulamenta e disciplina a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio na atualização e estabelecimento de metodologia de arredondamento dos valores/preços de ingressos de acesso de visitantes, das autorizações e dos preços públicos por serviços técnicos, administrativos e outros prestados nas unidades de conservação federais (Processo 02070.005482/2021-29). Brasília: MMA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/INSTRUCAO_NORMATIVA_N_15_GABIN_ICMBIO_DE_29_DE_JULHO_DE_2022.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022

BURGER, M. I. **Situação e ações prioritárias para conservação de banhados e áreas úmidas da Zona Costeira.** Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://docplayer.com.br/327822-Situacao-e-acoes-prioritarias-para-a-conservacao-de-banhados-e-areas-umidas-da-zona-costeira.html>. Acesso em: 14 ago. 2021

CAIN, M. L.; BOWMAN, W. D.; HACKER, S. D. **Ecologia.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. Ebook.

CASTRO, D.; MELLO, R. S. P. **Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Bacia do Rio Tramandaí.** Rio Grande do Sul: Anama, Via Sapens, 2016. Disponível em: https://taramandahy.org.br/project/areas-prioritarias-para-a-conservacao-da-biodiversidade-da-bacia-do-rio-tramandai/?doing_wp_cron=1703519598.8385710716247558593750. Acesso em: 14 ago. 2021

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIERE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. Pág. 295 - 316. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%2C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021

CNDH - Conselho Nacional dos Direitos Humanos (Brasil). **Conselho Nacional dos Direitos Humanos Povos livres, territórios em luta:** relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Brasília: CNDH, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RELATRIOSOBREOSDIREITOSDOSPOVOSECOMUNIDADESTRADICIONAISv2.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021

COELHO-DE-SOUZA, G.; SANTOS, J. dos; GUAHNON, M. P.; SOUZA, D. F. R. de. Sistemas alimentares, saúde integral e a alimentação nos quilombos no território do PAN Lagoas do Sul no Rio Grande do Sul. *In*: Comida de Quilombo. Belém: Editora UFPA. 2019

COELHO-DE-SOUZA, G.; PERUCCHI, L. C.; PAGLIOSA, P. R. A.; CASTRO, D. de; FREITAS, R. R. de. **Conservação da biodiversidade e modos de vida sustentáveis nas Lagoas do Sul do Brasil**: a experiência de um plano de ação com enfoque territorial. Porto Alegre: UFRGS/CISADE, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.researchgate.net/profile/Alex-Cabral/publication/350382551_Qualidade_das_aguas_e_cenarios_futuros_da_Bacia_do_Rio_da_Madre_SC/links/605c9168299bf1736769c982/Qualidade-das-aguas-e-cenarios-futuros-da-Bacia-do-Rio-da-Madre-SC.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021

CORREA, R. de O. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; GROOT, R. de; FARBERK, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; LIMBURG, K.; NAEEM, S.; O'NEILL, R. V.; PARUELA, J.; RASKIN, R. G.; SUTTONK, P.; BELT, M. van den. **The value of the world's ecosystem services and natural capital**. *Nature*, United Kingdom, v. 387, p. 253–260, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/387253a0>. Acesso em: 14 ago. 2021

CUNHA, M. C. D.; ALMEIDA M. W. B. de. **Indigenous people, traditional people, and conservation in the Amazon**. Brasil: Daedalus, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20027639>. Acesso em: 20 jul. 2021

DEL-CLARO, K.; PREZOTO, F. **As distintas faces do comportamento animal**. Jundiaí, SP: Conceito, 2003.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis, da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

DIEGUES, A. C. Sociobiodiversidade. In: FERRARO, L. A. F. J. (ed.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7553202/mod_resource/content/2/Livro%20-%20Encontros%20e%20Caminhos%201.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://nupaub.ffeilch.usp.br/sites/nupaub.ffeilch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; CAPEZZUTO, V. F. da S.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 2001. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021

FERRAZ, R. P. D.; PRADO, R. B.; PARRON, L. M.; CAMPANHA, M. M. **Marco referencial em serviços ecossistêmicos**. Brasília, DF: Embrapa, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1110948/marco-referencial-em-servicos-ecossistemicos>. Acesso em: 08 mar. 2022

GARCEZ, D.; SÁNCHEZ-BOTERO, J. **Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Rio Grande: Atlântica, 2005. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/atlantica/article/view/2201>. Acesso em: 14 ago. 2021

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 08 mar. 2022

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M.; BECKER, B. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

HAESBAERT, R. Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. *In*: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: UFRGS p. 20, 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/haesbaert-dos-mucc81ltiplos-territo81rios-acc80-multiterritorialidade.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021

IBGE. **Síntese Descrição Biomas**. 2021. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/documentos/Sintese_Descricao_Biomas.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

ICMBIO. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. Brasília: ICMBio/MMA, 2018

ICMBIO; MMA. **Planos de Ação Nacional**. 2021. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/planos-de-acao-nacional>. Acesso em: 2 jul. 2021.

IUCN. **World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development**. 1980. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/wcs-004.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022

JESUS, L.; DAL SOGLIO, F. **Ressignificando a Palmeira-juçara: atores, práticas sociotécnicas e a produção de novidades no litoral norte do Rio Grande do Sul**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172432>. Acesso em: 14 ago. 2021

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
LIMA, A. R. **O Direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris/Instituto Socioambiental, 2002.

LINS, A. C. R.; GALVÃO, A.; DALMOLIN, C. C.; POLAZ, C. N. M.; PERINA, D. do P.; ARAÚJO, E. S. de; ESCARLATE-TAVARES, F.; OLIVEIRA, F. P. de A.; MARANGON, G. M. C.; FERRAZ, J. M.; VILELA, J. F.; SOUSA, N. A. de. **Guia para gestão de planos de ação nacional para a conservação das espécies ameaçadas de extinção: PAN - elabore - monitore – avalie**. Brasília: ICMBio/MMA, 2018. Disponível em:

<https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=3129>. Acesso em: 20 jul. 2022

MATOS, E. A. C.; GRUBER, N. L. S. **Os efeitos da atividade turística no litoral norte do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/22102/12861>. Acesso em: 08 jul. 2022

MAURMANN, K. **Avaliação da estrutura populacional e sustentabilidade do extrativismo foliar de butia atarinenses noblick & lorenzi em remanescentes do litoral norte do Rio Grande do Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/150615>. Acesso em: 08 jul. 2022

OSTFELD, R. S. The Ecology of Territoriality in Small Mammals. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 5, n. 12, 1990. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/016953479090026A>. Acesso em: 14 ago. 2021

PERUCCHI, L. C.; KUBO, R. R.; COELHO-DE-SOUZA, G. Articulação e encaminhamento das questões da pesca artesanal: uma análise do fórum da pesca do litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Gestão Costeira Integrada**, 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108893/000912219.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jul. 2022

PRINTES, R.B. **Território e territorialidade: revisando conceitos diante da complexidade da sociodiversidade**. São Leopoldo: Unisinos, 2015. (Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos, 5).

PRINTES, R. B. **Plano de vida mbya kuery que ‘saiu do papel’ no litoral do Rio Grande do Sul: governança para o tekó porã reguá (caminho do bem viver)**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204089>. Acesso em: 14 ago. 2021

RAMSAR. **The Fourth Ramsar Strategic Plan 2016–2024**. Ramsar handbooks for the wise use of wetlands. 5th ed. Suíça: Ramsar Convention Secretariat, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ramsar.org/sites/default/files/hb2_5ed_strategic_plan_2016_24_e.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022

SANTOS, J.; LIMA, S.H.S.; COELHO-DE-SOUZA, G. **Políticas territoriais voltadas aos**

remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes. *Revista Nera* 20 (37): 216-233. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4491>. Acesso em: 14 ago. 2021

SANTOS, Milton. Dinheiro e território. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. ano 6, no. 16, 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Rio Grande: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais/FURG. Ano 1, nº1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/0>. Acesso em: 08 jul. 2022

SCHÄFER, A.; LANZER, R.; SCUR, L. **Atlas Socioambiental dos Municípios de Cidreira Balneário Pinhal e Palmares do Sul**. Projeto Lagoas Costeiras. Caxias do Sul: EducS, 2013. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/atlas-socioambiental-dos-municipios-de-cidreira-balneario-pinhal-e-palmares-do-sul-projeto-lagoas-costeiras-ii/>. Acesso em: 08 jul. 2022

UN. **Convention on Biological Diversity**. 1992. Canada: Secretariat for the Convention on Biological Diversity, 2011, Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021

UN. **Human Rights, the Environment and COVID-19**. Key Messages, 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/direitos-humanos-meio-ambiente-e-covid-19-mensagens-chave>. Acesso em: 14 ago. 2021

VEECK, C. **Hortas comunitárias urbanas e relações humanos e não humanos: habitar ruínas entre o campo e a cidade**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/254701>. Acesso em: 10 jan. 2023

VERRASTRO, L.; VERONESE, L.; BUJES, C.; MARTINS, M. F. F. **New species of Liolaemus from Southern Brazil (Iguania: Tropiduridae)**. *Herpetologica* 59 (1): 105-118, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236030646_A_new_species_of_Liolaemus_from_Southern_Brazil_Iguania_Tropiduridae. Acesso em: 10 jan. 2023

WWF. **Living Planet Report**. 2020. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/publications/living-planet-report-2020>. Acesso em: 14 ago. 2021

ZANCHETTA, M. I.; BARRETTO, P. T. R. **Radar Rio+20: por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: ISA; FGV; Vitae Civilis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/673a9ddf-1204-430f-9fc5-a5da3bd4f3e0/content>. Acesso em: 08 jul. 2022.

**APÊNDICE A – QUADRO DOS 70 PANS COORDENADOS PELO ICMBIO,
CENTRO RESPONSÁVEL E SEUS ENFOQUES DESDE A PRIMEIRA
PUBLICAÇÃO ATÉ O TEMPO PRESENTE**

Plano de Ação Nacional	Ano Implementação- Finalização	Centro Responsável	Enfoque
Plano de Ação Nacional para a Conservação do Mutum-do-sudeste (PAN Mutum-do-sudeste)	2004-2014	CEMAVE/ICMBIO	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Albatrozes e Petréis (PAN Albatrozes e Petréis - PLANACAP)	2018-2023 (3º ciclo) 2012-2017 (2º ciclo) 2006-2011 (1º ciclo)	CEMAVE/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Ameaçada da Serra do Espinhaço em Minas Gerais (PAN Herpetofauna do Espinhaço Mineiro)	2018-2023 (2º ciclo) 2012-2017 (1º ciclo)	RAN/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Ecossistema
Plano de Ação Nacional para Conservação de Répteis e Anfíbios Ameaçados da Região Sul do Brasil (PAN Herpetofauna do Sul)	2018-2023 (2º ciclo) 2012-2017 (1º ciclo)	RAN/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para Conservação do Lobo-guará (PAN Lobo-guará)	2012-2017 (1º ciclo - finalizado)	CENAP/ICMBIO	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies da Fauna Aquática Ameaçadas de Extinção do Ecossistema Mogi/Pardo/Sapucaí/Mirim/Grande (PAN Mogi/Pardo/ Sapucaí-Mirim/Grande)	2012-2020 (1º ciclo)	CEPTA/ICMBIO	ECOSSISTÊMICA Multiclasse Bacia
Plano de Ação Nacional para Conservação da Onça-Parda (PAN Onça Parda)	2012-2017 (1º ciclo - finalizado)	CENAP/ICMBIO	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas do Nordeste (PAN Primatas do Nordeste)	2018-2022 (2º ciclo) 2012-2016 (1º ciclo)	CPB/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Limícolas Migratórias (PAN Aves Limícolas Migratórias)	2019-2024 (2º ciclo) 2013-2018 (1º ciclo)	CEMAVE/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional
Plano de Ação Nacional para Conservação do Cachorro Vinagre (PAN Cachorro Vinagre)	2013-2016 (1º ciclo - finalizado)	CENAP/ICMBIO	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie
Plano de Ação Nacional para a Conservação da Herpetofauna Ameaçada do Nordeste (PAN Herpetofauna do Nordeste)	2019-2024 (2º ciclo) 2013-2018 (1º ciclo)	RAN/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção (PAN Rivulídeos)	2020-2025 (2º ciclo - previsto) 2013-2018 (1º ciclo)	CEPTA/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Amazônia (PAN Aves da Amazônia)	2014-2019 (1º ciclo)	CEMAVE/CEPAM/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para Conservação	2020-2025 (2º ciclo)	CEMAVE/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO

das Aves do Cerrado e Pantanal (PAN Aves do Cerrado e Pantanal)	- previsto) 2014-2019 (1º ciclo)		Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para Conservação dos Pequenos Felinos (PAN Pequenos Felinos)	2020-2025 (2º ciclo - previsto) 2014-2018 (1º ciclo)	CENAP/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional
Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tatu-bola (PAN Tatu-bola)	2014-2019 (1º ciclo)	CPB/ICMBIO	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhas Ameaçados de Extinção (PAN Tubarões)	2014-2019 (1º ciclo)	CEPSUL/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para Conservação dos Quelônios Amazônicos (PAN Quelônios Amazônicos)	2015-2020 (1º ciclo)	Ibama MMA/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Ameaçada da Mata Atlântica da Região Sudeste do Brasil (PAN Herpetofauna do Sudeste)	2015-2020 (1º ciclo)	RAN/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal)	2015-2020 (1º ciclo)	CNPT/ICMBIO	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Ecossistema
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna Aquática da Bacia do Rio São Francisco (PAN São Francisco)	2015-2020 (1º ciclo)	CEPTA/ICMBIO	ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bacia
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais)	2016-2021 (1º ciclo)	CEPSUL/ICMBIO	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Ecossistema
Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves da Mata Atlântica (PAN Aves da Mata Atlântica)	2017-2022 (1º ciclo)	CEMAVE/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna Aquática e Semiaquática da Bacia do Baixo Iguaçu (PAN Baixo Iguaçu)	2017-2022 (1º ciclo)	CEPTA/ICMBIO	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bacia
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas Amazônicos (PAN Primatas Amazônicos)	2017-2022 (1º ciclo)	CPB/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas (PAN Aves Marinhas)	2018-2023 (1º ciclo)	CEMAVE/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Canídeos Silvestres (PAN Canídeos)	2018-2023 (1º ciclo)	CENAP/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional
Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Ictiofauna, Herpetofauna e Primatas do Cerrado e Pantanal (CERPAN)	2018-2023 (1º ciclo)	RAN/ICMBIO	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Grandes Felinos (PAN Grandes Felinos)	2018-2023 (1º ciclo)	CENAP/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional

Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul)	2018-2023 (1º ciclo)	CEPSUL/ICMBIO	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Ecossistema
Plano de Ação Nacional para Conservação dos Peixes-bois Marinhos (<i>Trichechus manatus</i>) (PAN Peixe-boi Marinho)	2018-2023 (1º ciclo)	CEPENE/ICMBIO	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas da Mata Atlântica e da Preguiça-de-Coleira (PAN PPMA)	2018-2023 (1º ciclo)	CPB/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para Conservação de Mamíferos Aquáticos Amazônicos Ameaçados de Extinção (PAN Mamíferos Aquáticos Amazônicos)	2019-2024 (1º ciclo)	CMA/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies de Peixes Ameaçados de Extinção da Amazônia (PAN Peixes Amazônicos)	2019-2024 (1º ciclo)	CEPAM/ICMBIO	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies de Peixes e Eglas Ameaçados de Extinção da Mata Atlântica (PAN Peixes e Eglas da Mata Atlântica)	2019-2024 (1º ciclo)	CEPTA/ICMBIO	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bacia
Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tamanduá-bandeira e do Tatu-canastra (PAN Tamanduábandeira e Tatu-canastra)	2019-2024 (1º ciclo)	CPB/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Distribuição das espécies
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ungulados (PAN Ungulados)	2019-2024 (1º ciclo)	CENAP/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Mamíferos de Áreas Abertas (PAN Pequenos Mamíferos de Áreas Abertas)	2020-2025 (1º ciclo)	CENAP/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais (PAN Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais)	2020-2025 (1º ciclo)	CENAP/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Cetáceos Marinhos (PAN Cetáceos Marinhos)	2019-2024 (1º ciclo)	CMA/ICMBIO	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma
Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro (PAN Cavernas do Brasil)	2022-2027 (1º ciclo)	CECAV/ICMBIO	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Ecossistema

APÊNDICE B - PANS COORDENADOS PELO ICMBIO ATUALMENTE EM EXECUÇÃO, CENTRO RESPONSÁVEL, ENFOQUES E OBJETIVOS GERAIS

Plano de Ação Nacional	Vigência	Bioma de Atuação	Centro Responsável	Enfoque	Objetivo Geral
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Albatrozes e Petréis (PAN Albatrozes e Petréis - PLANACAP)	2018-2023 (3º ciclo) 2012-2017 (2º ciclo) 2006-2011 (1º ciclo)	Ecosistema Marinho e Costeiro	CEMAVE	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma	"Reduzir a mortalidade de albatrozes e petréis causada por ações antrópicas, em especial pela captura incidental na pesca."
Plano de Ação Nacional para a Conservação do Pato-mergulhão (PAN Pato-mergulhão)	2018-2023 (2º ciclo) 2006-2016 (1º ciclo)	Cerrado e Mata Atlântica	CEMAVE	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie	"manter as populações do Pato-mergulhão, visando o incremento populacional e assegurar a conservação de seu habitat em até 5 anos."
Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ariranha (PAN Ariranha)	2016-2020 (2º ciclo) 2010-2015 (1º ciclo)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	CENAP	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie	"Identificar e Conservar as populações remanescentes de ariranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>) e lontra (<i>Lontra longicaudis</i>) em sua área de distribuição atual e iniciar a recuperação da ariranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>) em áreas estratégicas da sua distribuição original."
Plano de Ação Nacional para a Conservação do Soldadinho do Araripe (PAN Soldadinho-do-araripe)	2016-2021 (2º ciclo) 2010-2015 (1º ciclo)	Caatinga	CEMAVE	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie	"Promover o aumento populacional do soldadinho-do-araripe nos próximos cinco anos"
Plano de Ação Nacional para a Conservação Papagaios (PAN Papagaios)	2017-2022 (2º ciclo) 2010-2016 (1º ciclo)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	CEMAVE	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	"contribuir para a integridade ecológica, genética e sanitária das populações naturais das espécies alvo deste PAN."
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PAN Paraíba do Sul)	2010-2020 (1º ciclo)	Mata Atlântica	CEPTA	ECOSSISTÊMICO Multiclasse área	"recuperar e manter as espécies aquáticas ameaçadas de extinção da bacia do rio Paraíba do Sul em 10 anos (2010-2020)."
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas (PAN Tartarugas Marinhas)	2017-2022 (2º ciclo) 2010-2015 (1º ciclo)	Ecosistema Marinho e Costeiro	Centro Tamar	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma	"manter a tendência de recuperação das populações de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, por meio do aprimoramento das ações de conservação, pesquisa, fortalecimento institucional e envolvimento da sociedade, em cinco anos".
Plano de Ação Nacional para a Conservação da Toninha (PAN Toninha)	2019-2024 (2º ciclo) 2010-2015 (1º ciclo)	Ecosistema Marinho e Costeiro	CMA	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie	"evitar o declínio populacional da toninha em todas as áreas de manejo, em especial por meio da redução das capturas incidentais e da proteção do habitat."
Plano de Ação Nacional para a Conservação do Sauim-de-coleira (PAN Sauim-de-coleira)	2018-2023 (2º ciclo) 2011-2016 (1º ciclo)	Amazônia	CPB/CEPAM	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie	"promover a conservação do sauim-de-coleira e de seu habitat, implementando ações para reverter a atual tendência de declínio populacional da"

					espécie."
Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ararinha-azul (PAN Ararinha-azul)	2019-2024 (2º ciclo) 2012-2017 (1º ciclo)	Caatinga	CEMAVE	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie	"Realizar a reintrodução de ararinhas azuis em sua área de ocorrência original até 2024, buscando seu aumento populacional contínuo e conservando habitats com envolvimento comunitário em práticas sustentáveis."
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Caatinga (PAN Aves da Caatinga)	2018-2023 (2º ciclo) 2012-2017 (1º ciclo)	Caatinga	CEMAVE	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma	"Redução da perda e alteração de ambientes naturais, da pressão de caça e do tráfico, visando a manutenção ou recuperação das populações e habitats das espécies alvo deste PAN, nos próximos cinco anos."
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves dos Campos Sulinos (PAN Campos Sulinos)	2017-2023 (2º ciclo) 2011-2017 (1º ciclo)	Mata Atlântica e Pampa	CEMAVE	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Ecossistema	" Integrar iniciativas e esforços de pesquisa, gestão e proteção para reduzir os fatores de ameaça e melhorar o estado de conservação das aves ameaçadas dos Campos Sulinos e seus habitats."
Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Ameaçada da Serra do Espinhaço em Minas Gerais (PAN Herpetofauna do Espinhaço Mineiro)	2018-2023 (2º ciclo) 2012-2017 (1º ciclo)	Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal	RAN	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Ecossistema	" implementar medidas que favoreçam a conservação das espécies do PAN e de seus habitat, em cinco anos."
Plano de Ação Nacional para Conservação de Répteis e Anfíbios Ameaçados da Região Sul do Brasil (PAN Herpetofauna do Sul)	2018-2023 (2º ciclo) 2012-2017 (1º ciclo)	Cerrado, Mata Atlântica e Pampa	RAN	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma	"promover a redução de ameaças sobre os anfíbios e répteis contemplados pelo PAN e seus habitat."
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies da Fauna Aquática Ameaçadas de Extinção do Ecossistema Mogi/Pardo/Sapucaí/Mirim/Grande de (PAN Mogi/Pardo/ Sapucaí-Mirim/Grande)	2012-2020 (1º ciclo)	Cerrado e Mata Atlântica	CEPTA	ECOSSISTÊMICO Multiclasse acia	"recuperar as espécies da fauna aquática, com ênfase nos peixes ameaçados de extinção, do ecossistema dos rios Mogi Guaçu, Pardo, Sapucaí-Mirim e Grande em oito anos, tendo seu ciclo de gestão iniciado em fevereiro de 2012 e previsão de término em fevereiro de 2020. "
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas do Nordeste (PAN Primatas do Nordeste)	2018-2022 (2º ciclo) 2012-2016 (1º ciclo)	Caatinga e Mata Atlântica	CPB	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma	"Manter e promover a viabilidade de populações das espécies alvo em cinco anos"
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Limícolas Migratórias (PAN Aves Limícolas Migratórias)	2019-2024 (2º ciclo) 2013-2018 (1º ciclo)	Amazônia, Cerrado, Marinho, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.	CEMAVE	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	"Ampliar e assegurar a conservação das aves limícolas alvo do PAN e seus habitats no Brasil, promovendo a cooperação entre a sociedade civil, poder público e setor produtivo."
Plano de Ação Nacional para a Conservação da Herpetofauna Ameaçada do Nordeste (PAN Herpetofauna do Nordeste)	2019-2024 (2º ciclo) 2013-2018 (1º ciclo)	Caatinga e Mata Atlântica	RAN	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma	"redução das ameaças e ampliação do conhecimento sobre os anfíbios e répteis da região Nordeste contemplados neste PAN, integrando a sociedade no processo de conservação, em cinco anos"
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos	2020-2025 (2º ciclo - previsto)	Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e	CEPTA	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	"estabelecer mecanismos de proteção aos rivulídeos deste PAN e

Ameaçados de Extinção (PAN Rivulídeos)	2013-2018 (1º ciclo)	Pampa			anular a perda de habitat das espécies focais em cinco anos. "
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Amazônia (PAN Aves da Amazônia)	2014-2019 (1º ciclo)	Amazônia	CEMAVE/C EPAM	TAXONÔMICO/ ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma	"Reduzir a perda e degradação de habitat e o declínio populacional das aves amazônicas ameaçadas de extinção até 2021."
Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves do Cerrado e Pantanal (PAN Aves do Cerrado e Pantanal)	2020-2025 (2º ciclo - previsto) 2014-2019 (1º ciclo)	Cerrado e Pantanal	CEMAVE	TAXONÔMICO/ ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma	"Diminuir a perda de habitats e de populações de aves, incentivar a recuperação ambiental e produzir conhecimento sobre as espécies do PAN."
Plano de Ação Nacional para Conservação dos Pequenos Felinos (PAN Pequenos Felinos)	2020-2025 (2º ciclo - previsto) 2014-2018 (1º ciclo)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	CENAP	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	"Reduzir a vulnerabilidade de pequenos felinos nos diferentes biomas por meio de ampliação do conhecimento aplicado à conservação, da proteção de habitats, da minimização de conflitos com atividades antrópicas e de ações políticas efetivas, em cinco anos"
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhas Ameaçados de Extinção (PAN Tubarões)	2014-2019 (1º ciclo)	Ecossistema Marinho e Costeiro	CEPSUL	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma	"Mitigar os impactos sobre os elasmobrânquios marinhos ameaçados de extinção no Brasil e de seus ambientes, para fins de conservação em curto prazo"
Plano de Ação Nacional para Conservação dos Quelônios Amazônicos (PAN Quelônios Amazônicos)	2015-2020 (1º ciclo)	Amazônia	Ibama MMA	TAXONÔMICO/ ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma	"aperfeiçoar as estratégias de conservação para os quelônios amazônicos, especialmente as espécies-alvo, e promover ações para sua recuperação e uso sustentável."
Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Ameaçada da Mata Atlântica da Região Sudeste do Brasil (PAN Herpetofauna do Sudeste)	2015-2020 (1º ciclo)	Mata Atlântica	RAN	TAXONÔMICO/ ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma	"reduzir as ameaças sobre as espécies do PAN por meio de ações e geração de conhecimento, em cinco anos, a contar da data da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - DOU."
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna Aquática da Bacia do Rio São Francisco (PAN São Francisco)	2015-2020 (1º ciclo)	Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica	CEPTA	ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bacia	"aprimorar o conhecimento sobre as espécies ameaçadas e mitigar as atividades impactantes, promovendo a conservação e a recuperação da fauna aquática da bacia do rio São Francisco, em cinco anos."
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais)	2016-2021 (1º ciclo)	Ecossistema Marinho e Costeiro	CEPSUL	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Ecossistema	"melhorar o estado de conservação dos ambientes coralíneos por meio da redução dos impactos antrópicos, ampliação da proteção e do conhecimento, com a promoção do uso sustentável e da justiça socioambiental."
Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves da Mata Atlântica (PAN Aves da Mata Atlântica)	2017-2022 (1º ciclo)	Mata Atlântica	CEMAVE	TAXONÔMICO/ ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma	"Estabelecer e implementar medidas para manutenção e recuperação das populações dos táxons do PAN Aves da Mata Atlântica em cinco anos, tendo seu ciclo de gestão iniciado em fevereiro de 2017 e previsão de término em fevereiro de 2022."
Plano de Ação Nacional para a	2017-2022 (1º	Mata Atlântica	CEPTA	ECOSSISTÊMICO	"Melhorar o estado de

Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna Aquática e Semiaquática da Bacia do Baixo Iguaçu (PAN Baixo Iguaçu)	ciclo)			Multiclasse Bacia	conservação das espécies contempladas no PAN Baixo Iguaçu com a proteção e restauração de habitat e redução das fontes geradoras de impactos negativos sobre os ambientes e as espécies, em especial nas áreas estratégicas, em cinco anos."
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas Amazônicos (PAN Primatas Amazônicos)	2017-2022 (1º ciclo)	Amazônia	CPB	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma	"melhorar o estado de conservação dos primatas amazônicos ameaçados em cinco anos"
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas (PAN Aves Marinhas)	2018-2023 (1º ciclo)	Ecossistema Marinho e Costeiro	CEMAVE	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma	"Promover a recuperação das populações e mitigar as principais ameaças às aves marinhas e seus habitats."
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Canídeos Silvestres (PAN Canídeos)	2018-2023 (1º ciclo)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.	CENAP	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	"reduzir os impactos provocados nas populações de canídeos silvestres pela alteração de habitats e pelo contato com animais domésticos, e diminuir a remoção de indivíduos causada por atropelamentos e conflitos com o ser humano."
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção da Ictiofauna, Herpetofauna e Primatas do Cerrado e Pantanal (CERPAN)	2018-2023 (1º ciclo)	Cerrado e Pantanal.	RAN	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma	"reduzir o risco de extinção das espécies-alvo de peixes, anfíbios, répteis e primatas do Cerrado e Pantanal e as ameaças aos seus habitats, em cinco anos"
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Grandes Felinos (PAN Grandes Felinos)	2018-2023 (1º ciclo)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.	CENAP	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	" reduzir a vulnerabilidade da onça pintada e da onça parda, em 5 anos, com vistas a melhorar o estado de conservação de suas populações."
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul)	2018-2023 (1º ciclo)	Mata Atlântica, Marinho e Pampa.	CEPSUL	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Ecossistema	"melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território"
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes-bois Marinheiros (Trichechus manatus) (PAN Peixe-boi Marinho)	2018-2023 (1º ciclo)	Ecossistema Marinho e Costeiro	CEPENE	ESPECÍFICO Monoespecífico Distribuição da espécie	"reduzir os efeitos das atividades antrópicas sobre as populações naturais, ampliar o conhecimento aplicado a sua conservação e aperfeiçoar as ações de conservação ex situ, nos próximos cinco anos. "
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas da Mata Atlântica e da Preguiça-de-Coleira (PAN PPMA)	2018-2023 (1º ciclo)	Mata Atlântica	CPB	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma	"Aumentar o habitat e reduzir o declínio das populações de primatas e preguiça ameaçados da Mata Atlântica em cinco anos"
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Mamíferos Aquáticos Amazônicos Ameaçados de Extinção (PAN Mamíferos Aquáticos Amazônicos)	2019-2024 (1º ciclo)	Amazônia	CMA	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Intraclasse Bioma	"reduzir e mitigar as pressões antrópicas e aumentar o conhecimento sobre os mamíferos aquáticos da Amazônia, visando a sua conservação em cinco anos."
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies de Peixes Ameaçados de Extinção da Amazônia (PAN Peixes Amazônicos)	2019-2024 (1º ciclo)	Amazônia	CEPAM	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bioma	"fortalecer estratégias de gestão, proteção e conservação, e ampliar o conhecimento sobre as espécies-alvo do PAN e suas ameaças, em cinco anos."

Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies de Peixes e Eglas Ameaçados de Extinção da Mata Atlântica (PAN Peixes e Eglas da Mata Atlântica)	2019-2024 (1º ciclo)	Mata Atlântica	CEPTA	TAXONÔMICO/ECOSSISTÊMICO Multiclasse Bacia	"melhorar o estado de conservação e popularizar peixes, eglas, rios e riachos da Mata Atlântica, em 5 anos."
Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tamanduá-bandeira e do Tatu-canastra (PAN Tamanduá bandeira e Tatu-canastra)	2019-2024 (1º ciclo)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.	CPB	TAXONÔMICO Intraclasse Distribuição das espécies	"Minimizar as principais ameaças que acometem as espécies nos próximos 5 anos".
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ungulados (PAN Ungulados)	2019-2024 (1º ciclo)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.	CENAP	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	"promover a viabilidade populacional das espécies de ungulados ameaçados em todos os biomas de ocorrência." "
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Mamíferos de Áreas Abertas (PAN Pequenos Mamíferos de Áreas Abertas)	2020-2025 (1º ciclo)	Caatinga, Cerrado, Pampa e Pantanal	CENAP	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	"Assegurar a viabilidade populacional por meio da manutenção dos habitats e ampliação do conhecimento biológico das espécies alvo do PAN".
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais (PAN Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais)	2020-2025 (1º ciclo)	Amazônia e Mata Atlântica	CENAP	TAXONÔMICO Intraclasse Nacional	"proteger as populações das espécies-alvo do PAN e seus ambientes, reduzindo os fatores de ameaça, e ampliar e difundir o conhecimento sobre elas, visando a sua conservação."
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Cetáceos Marinhos (PAN Cetáceos Marinhos)	2019-2024 (1º ciclo)	Ecossistema Marinho e Costeiro	CMA	TAXONÔMICO Intraclasse Bioma	"melhorar o estado de conservação de cetáceos marinhos, mitigando os impactos antrópicos e minimizando as ameaças e estabelece estratégias prioritárias de conservação para seis táxons ameaçados de extinção."
Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro (PAN Cavernas do Brasil)	2022-2027 (1º ciclo)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Costeiro, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.	CECAV	ECOSSISTÊMICO Multiclasse Ecossistema	"prevenir, reduzir e mitigar os impactos e danos antrópicos sobre o patrimônio espeleológico brasileiro, espécies e ambientes associados, em cinco anos."

APÊNDICE C - FORMULÁRIO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pesquisa Políticas de conservação da biodiversidade com enfoque territorial

Olá!

Junto ao convite para participar da pesquisa da mestranda Lillith Schneider Bizarro, aluna vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) é importante estar ciente do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que acompanha o trabalho.

Este formulário apresentará esta etapa.

Ao terminar de preencher este formulário, uma cópia será encaminhada para o e-mail cadastrado.

[Alternar conta](#) 

***Obrigatório**

E-mail *

Seu e-mail

[Próxima](#) [Limpar formulário](#)

Pesquisa Políticas de conservação da biodiversidade com enfoque territorial

[Alternar conta](#)



*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é referente à pesquisa "Políticas de conservação da biodiversidade com enfoque territorial: coexistência e territorialidades", desenvolvido pela aluna de mestrado Lilith Schneider Bizarro, coorientado pelo Dr. Walter Stenbook e orientado pela professora Dra. Gabriela Coelho-de-Souza.

A pesquisa objetiva analisar como as diferentes territorialidades presentes em territórios cobertos por Planos Nacionais de Ação para Espécies Ameaçadas de Extinção com abordagem territorial são consideradas nesses instrumentos de gestão brasileiros e tecer reflexões sobre sua eficácia na conservação das espécies ameaçadas envolvidas nessa política.

Para tal, esta pesquisa será realizada a partir de metodologia qualitativa, de caráter exploratório com dois procedimentos metodológicos, análise documental e pesquisa de campo.

Neste segundo processo metodológico foi selecionada a técnica de entrevistas semiestruturadas por ser mais flexível e sensível às visões do participante e de condução mais acessível para a pesquisadora. Estas entrevistas serão realizadas com atores do PAN Lagoas do Sul, os quais podem ser agrupados em sociedade civil e atores governamentais.

Devido à crise sanitária mundial causada pela doença COVID-19 desde março de 2020, esta pesquisa e todas as técnicas de pesquisa utilizadas serão realizadas no ambiente virtual, de forma que as entrevistas sejam realizadas em plataformas virtuais. A plataforma escolhida para as entrevistas será a Zoom, sendo passível de modificação, conforme a necessidade da pesquisadora ou do participante.

As entrevistas serão gravadas para análise posterior, e todo o material ficará em posse apenas da mestrandia Lilith Schneider Bizarro, que conduzirá as entrevistas. Todos os dados compartilhados serão categorizados como confidenciais, sem exposição do nome do participante.

Você tem o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou de justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Esta pesquisa integra o projeto de pesquisa PANexus: Conservação, modelos agroflorestais e governança da sociobiodiversidade no Bioma Mata Atlântica (Propesq 36361), aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Ciências Econômicas.

Ao terminar de preencher este formulário, uma cópia será encaminhada para o e-mail

Qualquer dúvida sobre sua participação na pesquisa ou dúvidas em geral, favor entrar em contato pelos e-mails a seguir.

Lilith Schneider Bizarro - lschneiderbizarro@gmail.com

Dr. Walter Stenbook -

Dra. Gabriela Coelho-de-Souza -

Sua participação é de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Atenciosamente,
Lilith Schneider Bizarro

Nome *

Sua resposta

Li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo em participar da pesquisa *

- Sim, eu concordo
- Não, eu não concordo

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

[Voltar](#)

[Enviar](#)

[Limpar formulário](#)

APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS ATORES MEMBROS DO GAT DA SOCIEDADE CIVIL

1. **Identificação**
 - 1.1. Qual é teu nome?
 - 1.2. Qual a profissão/ocupação principal?
 - 1.3. Qual a região que reside?
 - 1.3.1. Mora há quanto tempo na região?
2. **Questões PAN Lagoas do Sul**
 - 2.1. Qual seu cargo e função dentro do PAN/PAT?
 - 2.2. Conhece ou tem vínculo com alguma organização de moradores? Movimento social? Fórum? Similar?
 - 2.2.1. Estas organizações têm participação ativa em políticas públicas ambientais?
 - 2.3. Para você, o que significa participar do PAN/PAT?
3. **Conhecimento Espécies Ameaçadas**
 - 3.1. Tem bichos que costumava ver que não via mais?
 - 3.1.1. Quais?
 - 3.2. Tem bichos que não existiam aqui e que agora tem?
 - 3.2.1. Quais?
 - 3.3. Esses bichos têm algum uso?
 - 3.4. (Apresentar animais) Já observou alguma dessas espécies no território do PAN?
 - 3.4.1. Caso positivo, em qual ou quais ambientes?
4. **Coexistência entre as territorialidades**
 - 4.1. Qual o sentimento sobre o desaparecimento e reaparecimento de algumas das espécies?
 - 4.2. Você observou pessoas convivendo com estes ambientes?
 - 4.2.1. Caso positivo, a presença destas pessoas, na sua concepção, prejudicava de alguma forma a existência desta espécie?
 - 4.3. Acha viável trabalhar diferentes territorialidades dentro da mesma política de conservação?
5. **Inovações do PAN**
 - 5.1. Você acha que o PAN/PAT influenciou para que esses bichos apareçam mais?
 - 5.2. A participação popular influenciou a construção do PAN/PAT?
 - 5.2.1. Qual o impacto da participação popular na conservação de espécies em extinção dentro do PAN/PAT?

APÊNDICE E - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS ATORES MEMBROS DO GAT DA ESFERA GOVERNAMENTAL

1. **Identificação**
 - 1.1. Qual é teu nome?
 - 1.2. Gostaria de deixar algum contato?
 - 1.3. Qual a tua formação?
 - 1.4. Qual o cargo e função dentro da instituição que você atua?
 - 1.5. Já atuou em outros cargos e/ou instituições com função ambiental?
 - 1.6. Atua na gestão de políticas públicas de conservação há quanto tempo?

2. **Questões PAN Lagoas do Sul**
 - 2.1. Qual seu cargo e função dentro do PAN/PAT?
 - 2.2. Atua na gestão de PAN's/PAT's há quanto tempo?
 - 2.2.1. Neste tempo, observou mudanças que gostaria de destacar?
 - 2.3. Como funciona o PAN/PAT?

3. **Conhecimento Espécies Ameaçadas**
 - 3.1. Na sua visão, você acha que o PAN abrange as espécies necessárias?
 - 3.2. (Apresentar animais) Já observou alguma dessas espécies no território do PAN?
 - 3.2.1. Caso positivo, em qual ou quais ambientes?

4. **Coexistência entre as territorialidades**
 - 4.1. Você observou pessoas convivendo com estes ambientes?
 - 4.1.1. Caso positivo, a presença destas pessoas, na sua visão, prejudicava ou beneficiava de alguma forma a existência desta espécie e/ou ambiente?
 - 4.2. Acha viável trabalhar diferentes territorialidades dentro da mesma política de conservação?

5. **Inovações do PAN**
 - 5.1. Qual o diferencial de uma política de conservação com abordagem territorial?
 - 5.1.1. Destacar sobre PAN's de diferentes abordagens.
 - 5.2. Sobre participação popular na implementação destas políticas
 - 5.2.1. Você observou diferenças no desdobramento de políticas que possuem ativa participação popular das que não possuem?
 - 5.2.2. A participação popular influenciou a construção do PAN/PAT?
 - 5.2.3. Qual o impacto da participação popular na conservação de espécies em extinção dentro do PAN/PAT?

APÊNDICE F - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS ATORES NÃO MEMBROS DO GAT DA ESFERA GOVERNAMENTAL

1. **Identificação**
 - 1.1. Qual é teu nome?
 - 1.2. Qual a tua formação?
 - 1.3. Qual seu papel dentro da instituição que você atua?
 - 1.3.1. E qual o seu cargo?
 - 1.4. Já atuou em outros cargos e/ou instituições com função ambiental?
 - 1.4.1. Atua na gestão de políticas públicas de conservação há quanto tempo?

2. **Questões referentes ao funcionamento e concepção dos PAN's**
 - 2.1. Atua na gestão de PAN's/PAT's há quanto tempo?
 - 2.1.1. Qual seu papel dentro do PAN/PAT?
 - 2.1.1.1. Neste tempo, observou mudanças que gostaria de destacar?
 - 2.2. Na sua concepção, como funciona o PAN/PAT?
 - 2.3. Diferenças entre PAN 's?
 - 2.3.1. Tu vê um diferencial do PAN Lagoas do Sul?
 - 2.4. Quais os resultados esperados/encontrados? Quais os desafios?
 - 2.5. Qual o papel da sociedade civil dentro dos PAN 's?
 - 2.5.1. Qual o papel da sociedade civil nas políticas públicas?

3. **Visões e perspectivas sobre os PAN's**
 - 3.1. Na sua concepção, qual o papel de uma política pública de conservação de espécies ameaçadas de extinção?
 - 3.1.1. Os PAN 's estão dando conta de atender às expectativas dessa política?
 - 3.2. Quanto às políticas relacionadas aos PAN 's estão atendendo as metas internacionais?
 - 3.3. Qual a expectativa para os PAN 's para o futuro?

APÊNDICE G - FICHAS TÉCNICAS DAS 29 ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO E ECOSISTEMAS DE OCORRÊNCIA DAS MESMAS

Asthenes hudsoni

João-platino



Bioma Pampa

Encontrado no interior de capim alto e juncos próximos de brejos, banhados, marismas e ambientes de dunas



Imagem: Marisma. Fonte: <http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/marismas.html>



Imagem: Banhado. Fonte: <https://www.ufrgs.br/floracampestre/campos-sulinos-2/>



Imagem: Dunas. Fonte: <https://www.mostardas.rs.gov.br/turismo/view/7/dunas-do-balneario-mostardense>

Circus cinereus

Gavião-cinza



Bioma Pampa e Mata Atlântica

Encontrado em banhados, campos e matas de restinga



Imagem: Campos. Fonte: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/ufrgs-atua-na-elaboracao-do-guia-d-e-reconhecimento-de-especies-dos-campos-sulinos-do-ibama/>



Imagem: Banhado. Fonte: <https://www.ufrgs.br/floracampestre/campos-sulinos-2/>



Imagem: Mata de Restinga. Fonte: http://labtrop.ib.usp.br/doku.php?id=projetos:pp_peic:floresta_de_restinga

Porzana spiloptera
Sanã-cinza



Bioma Pampa

Brejos, banhados e campos úmidos



Imagem: Banhado. Fonte: <https://www.ufrgs.br/floracampestre/campos-sulinos-2/>

Aegla obstipa
Egla



Bioma Pampa

Ocorre ao longo de afluentes do Arroio dos Ratos, pertencente a bacia do Baixo Jacuí.



Imagem: bacia do Baixo Jacuí. Fonte: <https://www.sema.rs.gov.br/g070-bh-baixo-jacui>



Imagem: Margem de afluente do rio Arroio dos Ratos.. Fonte: <https://www.portaldenoticias.com.br/noticia/10123/arroio-dos-ratos-balneario-passo-da-barca-conta-com-guarda-vidas.html>

Olivancillaria contortuplicata

Costeiro/Marinho

Gastrópode marinho, encontrado no litoral sul do Brasil e Uruguai



Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/ManualEcossistemasMarinho%20seCosteiros3.pdf>

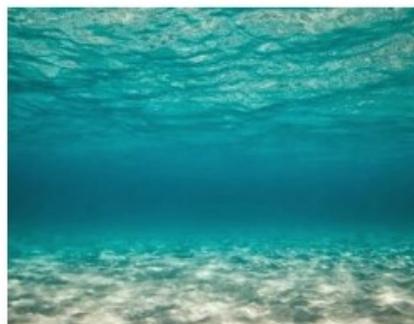


Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>

Olivancillaria teaguei

Costeiro/Marinho

Gastrópode marinho, encontrado no litoral sul do Brasil e Uruguai



Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/ManualEcossistemasMarinho%20seCosteiros3.pdf>



Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>

Alouatta guariba clamitans

Bugio-ruivo

Bioma predominante Mata Atlântica

Ocorre em manchas florestais, podendo ocorrer em florestas ombrófilas densa e mista (mata de araucárias)



Imagem: floresta ombrófila densa. Fonte: <http://inct-bionat.iq.unesp.br/biomas/mata-atlantica/>



Imagem: mata de araucárias. Fonte: https://apremavi.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Livro_Floresta-com-Araucaria.pdf

Ctenomys flamarioni

Tuco-tuco



Bioma Pampa

Ambiente de dunas da planície costeira do RS



Imagem: Tuco Tuco na Duna. Fonte: https://www.ecoregistros.org/site_br/imagen.php?id=329689



Imagem: Dunas. Fonte: <https://www.mostardas.rs.gov.br/turismo/view/7/dunas-do-balnea-rio-mostardense>

Ctenomys minutus

Tuco-tuco



Bioma Pampa

Ambiente de dunas da planície costeira do RS



Imagem: Tuco Tuco em campo arenoso. Fonte: <https://www.ufrgs.br/faunadigitalrs/mamiferos/ordem-rodentia/familia-ctenomyidae/tuco-tuco-ctenomys-minutus/>



Imagem: Dunas. Fonte: <https://www.mostardas.rs.gov.br/turismo/view/7/dunas-do-balneario-mostardense>

Leopardus colocolo

Gato-palheiro



Bioma Pampa

Campos nativos, com predominância em regiões de vegetação campestre e de savana



Imagem: Campos. Fonte: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/ufrgs-atua-na-elaboracao-do-guia-de-reconhecimento-de-especies-dos-campos-sulinos-do-ibama/>



Imagem: Campo nativo. Fonte: <https://www.ufrgs.br/floracampestre/campo-seco/>

Leopardus geoffroyi

Gato-do-mato-grande



Bioma Pampa

Campos abertos (nativos e antropizados).



Imagem: Campos. Fonte:

<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/ufrgs-atua-na-elaboracao-do-guia-d-e-reconhecimento-de-especies-dos-campos-sulinos-do-ibama/>



Imagem: Campo nativo. Fonte:

<https://www.ufrgs.br/floracampestre/campo-seco/>

Leopardus guttulus

Gato-do-mato



Bioma Mata Atlântica

Áreas florestais, com predominância em florestas densas e de vegetação nativa.



Imagem: floresta ombrófila densa. Fonte:

<http://inct-bionat.iq.unesp.br/biomas/mata-atlantica/>

Leopardus wiedii

Gato-maracajá



Bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica

Áreas florestais (nativas e antropizadas),



Imagem: floresta ombrófila densa. Fonte: <http://inct-bionat.iq.unesp.br/biomas/mata-atlantica/>



Imagem: mata de araucárias. Fonte: https://apremavi.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Livro_Floresta-com-Araucaria.pdf

Puma yagouarondi

Jaguarundi



Bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica

Áreas florestais de planícies, matas de restinga, ambientes nativos



Imagem: floresta ombrófila densa. Fonte: <http://inct-bionat.iq.unesp.br/biomas/mata-atlantica/>



Imagem: Mata de Restinga. Fonte: http://labtrop.ib.usp.br/doku.php?id=projetos:pp_peic:floresta_de_restinga



Imagem: mata de araucárias. Fonte: https://apremavi.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Livro_Floresta-com-Araucaria.pdf

Wilfredomys oenax

Rato-do-mato



Bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica

Campo, borda de mata, capoeiras e mata de restingas



Imagem: Campo nativo. Fonte: <https://www.ufrgs.br/floracampestre/campo-seco/>



Imagem: Mata de Restinga. Fonte: http://labtrop.ib.usp.br/doku.php?id=projetos:pp_peic:floresta_de_restinga



Imagem: Capoeira. Fonte: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/3415139/mod_resource/content/1/Sucesso%C3%A3o%20Ecol%C3%B3gica%20LCB%200217%202017.pdf

Austrolebias nigrofasciatus

Peixe-anual

Peixe anual de água doce



Espécie endêmica do sistema lagunar Patos-Mirim. Ciclo de vida em áreas úmidas temporárias



Imagem: sistema lagunar Patos-Mirim. Fonte: http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacias_hidro.asp



Imagem: Lagoa dos Patos. Fonte: <https://www.tapes.rs.gov.br/index.php/2019/09/10/lagoa-dos-patos/>

Cynopoecilus fulgens

Peixe-anual



Peixe anual de água doce

Complexo lagunar/costeiro, endêmica da planície costeira do RS. Ciclo de vida em áreas úmidas tempo



Imagem: sistema lagunar Patos-Mirim. Fonte: http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacias_hidro.asp



Imagem: Lagoa dos Patos. Fonte: <https://www.tapes.rs.gov.br/index.php/2019/09/10/lagoa-dos-patos/>

Cynopoecilus multipapillatus

Peixe-anual



Peixe anual de água doce

Complexo lagunar/costeiro, endêmica da planície costeira do RS e SC. Ciclo de vida em áreas úmidas temporárias



Imagem: Lagoa dos Patos. Fonte: <https://www.tapes.rs.gov.br/index.php/2019/09/10/lagoa-dos-patos/>



Imagem: sistema lagunar território PAN. Fonte: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/Boletins_planos_de_a%C3%A7%C3%A3o/Boletim_Lagoando_3_ed.pdf

Odontesthes bicudo

Peixe-rei



Peixe anual de água doce

Complexo lagunar/costeiro, endêmica da planície costeira do RS. Ciclo de vida em áreas úmidas tempo



Imagem: sistema lagunar Patos-Mirim. Fonte: http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacias_hidro.asp



Imagem: Lagoa dos Patos. Fonte: <https://www.tapes.rs.gov.br/index.php/2019/09/10/lagoa-dos-patos/>

Epinephelus marginatus

Garoupa-verdadeira



Costeiro/Marinho

Ambiente de recifes



Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/ManualEcossistemasMarinho/seCosteiros3.pdf>



Imagem: Garoupa em recife de corais. Fonte: <http://www.marinespecies.org/aphia.php?p=image&pic=127361&tid=127036>

Genidens barbatus

Bagre-branco



Lagunar e Marinho

Ocorre em regiões estuarinas e em lagoas no RS, além da região costeira/marinha no sul e sudeste do Brasil



Imagem: LAGOAS COSTEIRAS. Fonte: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/5_lagoas_costeiras_apa_da_baleia_franca.pdf

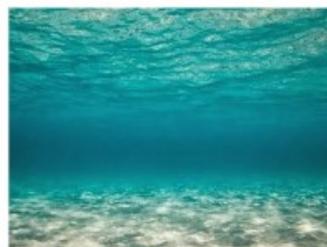


Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>

Genidens planifrons

Bagre-marinho



Lagunar e Marinho

Ocorre em regiões estuarinas, encontrada no complexo lagunar da Lagoa dos Patos



Imagem: Lagoa dos Patos. Fonte: <https://www.tapes.rs.gov.br/index.php/2019/09/10/lagoa-dos-patos/>



Imagem: LAGOAS COSTEIRAS. Fonte: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/5_lagoas_costeiras_apa_da_baleia_franca.pdf



Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>

Hippocampus reidi

Cavalo-marinho



Ecosistema Marinho

Ambientes de recifes, banco de fanerógamas e manguezais



Imagem: Ecosistema marinho. Fonte:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/ManualEcosistemasMarinho%20e%20Costeiros3.pdf>



Imagem: Manguezal. Fonte:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/planos-de-reducao-de-impacto/7000-uncategorised/10333-ucs-catarinenses-iniciam-monitoramento-de-manguezais>

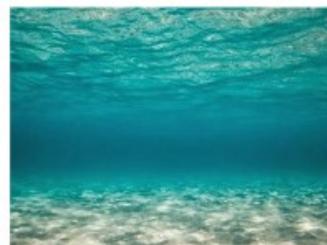


Imagem: Ecosistema marinho. Fonte:

<https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>

Pogonias cromis

Miragaia



Lagunar e Marinho

Ocorre em regiões estuarinas e em lagoas, ocorrendo na Lagoas dos Patos



Imagem: LAGOAS COSTEIRAS. Fonte:

https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/5_lagoas_costeiras_apa_da_baleia_franca.pdf



Imagem: Lagoa dos Patos. Fonte:

<https://www.tapes.rs.gov.br/index.php/2019/09/10/lagoa-dos-patos/>



Imagem: Ecosistema marinho. Fonte:

<https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>

Rhinobatos horkelii

Raia-viola

Costeiro/Marinho

Ambiente bentônico



Imagem: Raia viola no ambiente bentônico. Fonte: <http://deeplyfish.com/family-rhinobatidae/>



Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>

Zapteryx brevirostris

Raia-viola

Costeiro/Marinho

Ambiente bentônico



Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>



Imagem: Raia viola no ambiente bentônico. Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Individuals-of-shortnose-guitarfish-Zapteryx-brevirostris-reported-in-this-study-A_fig1_333731760

Caretta caretta

Tartaruga-cabeçuda

Costeiro/Marinho

Utilizam as praias (região costeira) principalmente para descanso, ocasionalmente para a desova

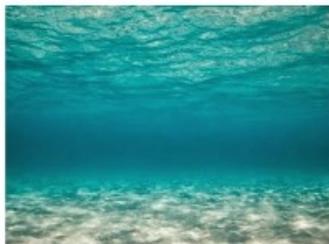


Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>



Imagem: Tartaruga no ambiente marinho. Fonte: <https://torres.rs.gov.br/viva/tartaruga-cabecuda/>



Imagem: Ecossistema costeiro. Fonte: <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina¬i=6137>

Chelonia mydas

Tartaruga-verde

Costeiro/Marinho

Utilizam as praias (região costeira) principalmente para descanso, ocasionalmente para a desova



Imagem: Ecossistema marinho. Fonte: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/tag/ecossistema-marinho>



Imagem: Tartaruga no ambiente marinho. Fonte: <https://torres.rs.gov.br/viva/tartaruga-cabecuda/>



Imagem: Ecossistema costeiro. Fonte: <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina¬i=6137>

Liolaemus arambarensis

Lagartixa-das-dunas

Bioma Pampa

Restingas arenosas, ocorrendo apenas ao leste da Lagoa dos Patos. Espécie endêmica do RS



Imagem: Restinga arenosa. Fonte: <http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>



Imagem: Restinga arenosa. Fonte: <https://mapio.net/pic/p-45073650/>

APÊNDICE H - ROTEIRO DA APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA PARA EVENTO VIRADA SUSTENTÁVEL 2021

Evento Virada Sustentável 2021 - Roteiro operação STREAM YARD

1- AÇÃO - Prof. Gabriela apresenta atividade

FUNDO: Virada sustentável

CÂMERAS: aSsAN Círculo

2- AÇÃO - História João Platino

FUNDO: Imagem 1 - Banhado

CÂMERAS: Lilith e Renan

Texto

Hoje vamos contar uma história, a história de um pequeno passarinho

Um passarinho que vive aqui no Rio Grande do Sul chamado João, um João-Platino (Lilith)

João era um passarinho muito querido por todos, e onde ia sempre fazia muitos amigos

Sua atividade preferida era voar bem alto (Lilith)

Iupiiii! Como é bom voar!!! (Renan)

Mas o lugar favorito de João era sua casinha, um lindo ninho feito de gravetos e plantinhas

Ele ficava ficava bem escondido nas plantas mais altas de um banhado

Onde, de noite, ele dormia bem aconchegado (Lilith)

Certo dia, voltando para casa depois de um divertido passeio, João levou um grande susto!

FUNDO: Imagem 2 - Arrozeiro

CÂMERAS: Renan, Lilih e AsSsAN

Ele e os amigos do banhado sofreram um despejo! (Lilith)

O banhado tinha sido transformado em uma grande plantação de arroz, e os bichinhos que lá viviam, estavam preocupados. (Lilith)

E agora, o que faremos? - Perguntou um peixinho, desconsolado. (prof. Gabriela)

Mas João, que era amigo de todos, teve uma ideia e chamou todos para uma conversa

O passarinho começou a contar seu plano bem depressa (Lilith)

Amigos, não se preocupem, irei atrás de um lugar para a gente ficar! Um lugar lindo, como antes era nosso lar!(Renan)

João saiu voando apressado, com o rumo definido

Ele sabia para onde ir, iria se encontrar com um grande amigo (Lilith)

FUNDO: Imagem 3 - Mata
CÂMERAS: Renan, Lilih e AsSsAN

Voando até a mata, onde tem árvores e até cascatas
 João foi à procura de um antigo amigo, Gil o Bugio (Lilith)

Olá, Gil meu amigo, aqui é João, o João-platino! Poderia me ajudar? Preciso de uma casinha para eu e meus amiguinhos do banhado morar! (Renan)

Gil, que é muito inteligente, logo viu um problema: (Lilith)

Querido amigo João, tu és um passarinho e aqui nas árvores poderia viver, mas seus outros amiguinhos iriam conseguir subir e descer?! Porém acho que conheço alguém que pode te ajudar (prof. Gabriela)
 Por que não pede ajuda para a minha amiga, Marina, a tartaruga verde que vive no mar? (prof. Gabriela)

João agradeceu pela esperteza do amigo e partiu em busca de um novo lar (Lilith)

FUNDO: Imagem 4 - Oceano
CÂMERAS: Renan, Lilih e AsSsAN

Chegando na praia, viu a tartaruga a nadar e logo se pôs a chamar (Lilith)

Prazer, senhora Marina, meu nome é João, o João-platino! Sou amigo do Gil o Bugio! Poderia me ajudar? Preciso de uma casinha para eu e meus amiguinhos do banhado morar! (Renan)

Marina, que era muito sábia, logo viu o problema: (Lilith)

Querido amigo João, tu és um passarinho e não conseguiria viver bem no mar! Porém acho que conheço alguém que pode te ajudar... (prof. Gabriela)
 Logo perto da minha casa tem o senhor Tuco, o tuco-tuco, um roedor que vive nas dunas. Ele mora em tocas feitas na areia, fale com ele que terá boa fortuna! (prof. Gabriela)

João agradeceu a sinceridade da amiga e partiu em busca de um novo lar (Lilith)

FUNDO: Imagem 5 - Dunas
CÂMERAS: Renan, Lilih e AsSsAN

Chegando nas dunas João começou a chamar pelo senhor Tuco, que logo surgiu para falar (Lilith)

Prazer, senhor Tuco, meu nome é João, o João-platino! Sou amigo da Marina a tartaruga marinha, que é amiga do Gil o Bugio! Poderia me ajudar? Preciso de uma casinha para eu e meus amiguinhos do banhado morar! (Renan)

Tuco, que era muito precavido, logo percebeu um problema: (Lilith)

Querido amigo João, um prazer te conhecer, mas não vejo como conseguiria nas dunas viver! Aqui temos que cavar a areia, como os peixes do banhado irão fazer? (prof. Gabriela)
Porém tenho alguém para te indicar, meu amigo Nei, o peixe-rei, pode te ajudar! Ele mora próximo de lagoas, em campos que costumam alagar! (prof. Gabriela)

João agradeceu pelo cuidado do amigo e partiu em busca de um novo lar (Lilith)

FUNDO: Imagem 6 - Poça Temporária

CÂMERAS: Renan, Lilih e AsSsAN

Chegando próximo da lagoa, João percebeu que pensar em ficar por ali lhe dava uma sensação muito boa

Não demorou muito para encontrar Nei, o peixe-rei (Lilith)

Prazer, senhor Nei, meu nome é João, o João-platino! Sou amigo do Tuco, o tuco-tuco, que é amigo da Marina a tartaruga marinha, que é amiga do Gil o Bugio! Poderia me ajudar? Preciso de uma casinha para eu e meus amiguinhos do banhado morar! (Renan)

Nei, que era muito ocupado, logo percebeu um problema: (Lilith)

Querido amigo João, um prazer te conhecer, mas não vejo como conseguiria te ajudar! Minha vida passa muito rápido e preciso me apressar! (prof. Gabriela)

Porém tenho alguém para te indicar, minha amiga Ayana, uma alegre menininha, pode te ajudar! Ela mora próximo da lagoa bem aqui pertinho, numa comunidade quilombola, ela e os humanos que vivem lá sabem cuidar do meio ambiente, são show de bola! (prof. Gabriela)

João agradeceu pela rapidez do amigo e partiu em busca de um novo lar (Lilith)

FUNDO: Imagem 7 - Casinha

CÂMERAS: Renan, Lilih e AsSsAN

Chegando próximo da casa de Ayana, João se pôs a chamar

Logo João viu a menininha, e começou a se apresentar (Lilith)

Prazer, senhorita Ayana, meu nome é João, o João-platino! Sou amigo do Nei, o peixe-rei, que é amigo do Tuco, o tuco-tuco, que é amigo da Marina a tartaruga marinha, que é amiga do Gil o Bugio! Poderia me ajudar? Preciso de uma casinha para eu e meus amiguinhos do banhado morar!(Renan)

Ayana, que além de alegre era muito esperta, logo achou a solução: (Lilith)

Querido amigo João, um prazer te conhecer, fico feliz em conseguir te ajudar! Minha comunidade mora bem pertinho de um banhado, que tem peixes, sapos e passarinhos como você e seus amigos! Se vierem morar por aqui, saiba que estarão em um ambiente mais protegido! (Renan)

João voou bem alto de felicidade e logo seus amigos começou a chamar

E próximo à comunidade onde vive Ayana, todos foram felizes no novo lar (Lilith)

E assim finaliza nossa história

O que acharam da história?

Peçam para os responsáveis escreverem no chat suas dúvidas e comentários sobre a história do nosso amigo João, o João-Platino

3- AÇÃO - Modelagem

FUNDO: Imagem 7 - Casinha

CÂMERAS: Renan (em tamanho grande), Lilith tamanho pequeno

Modelagem João Platino (Renan)

Curiosidades (Lilith)

FUNDO: Imagem 5 - Dunas

CÂMERAS: Renan (em tamanho grande), Lilith tamanho pequeno

Modelagem Tuco Tuco (Renan)

Curiosidades (Lilith)

FUNDO: Imagem 6 - Poça Temporária

CÂMERAS: Renan (em tamanho grande), Lilith tamanho pequeno

Modelagem Peixe Rei (Renan)

Curiosidades (Lilith)

4- AÇÃO - Encerramento

FUNDO: Virada sustentável

CÂMERAS: Prof. Gabriela, Lilith e Renan Coelho

9. Exemplos de figuras das espécies da fauna do PAN Lagoas do Sul feitas pelo artesão Renan Coelho.

